

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
MESTRADO EM LETRAS E CULTURA REGIONAL**

GREICE TOMASI

**LEITURAS NA FRONTEIRA: UM ESTUDO SOBRE A
RELAÇÃO ENTRE LITERATURA E HISTÓRIA NAS OBRAS
DE CALDRE E FIÃO**

Orientadora: Profa. Dra. Marília Conforto

**CAXIAS DO SUL
2007**

GREICE TOMASI

**LEITURAS NA FRONTEIRA: UM ESTUDO SOBRE A
RELAÇÃO ENTRE LITERATURA E HISTÓRIA NAS OBRAS
DE CALDRE E FIÃO**

Dissertação apresentada para a obtenção do
título de Mestre, na Universidade de Caxias
do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Marília Conforto

Caxias do Sul
2007

DEDICATÓRIA

Para Maria do Carmo, Sandro e Laura, as
pessoas que tanto amo.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Marília Conforto, orientadora desta pesquisa, pelo incentivo, pela colaboração e amizade.

RESUMO

O presente trabalho aborda uma reflexão crítica sobre a leitura da história no texto literário e insere-se na linha de pesquisa Região e Regionalidade, pertencente ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Letras e Cultura Regional da Universidade de Caxias do Sul. Nosso objetivo foi de explicitar, de forma crítica, a fronteira existente entre o historiográfico e o literário, a partir do deslocamento da narrativa da história nas obras *A Divina Pastora* e *O Corsário* de José Antonio do Valle Caldre e Fião. Detivemo-nos em apontar a importância dos romances de Caldre e Fião para o entendimento do quadro histórico da literatura brasileira e gaúcha; analisar criticamente o deslocamento discursivo sobre: a Revolução Farroupilha, a escravidão e o contrabando; evidenciar o moralismo de Caldre e Fião como pano de fundo característico no desenrolar de suas narrativas e analisar a construção do herói e do vilão nos romances escolhidos.

ABSTRACT

The present paper approaches a critical reflexion about the reading of the history on literay text and it fits in the Region and Regionalism research, which is part of the Postgraduation and Master degree programs in the courses of Letras and Cultura Regional from Universidade de Caxias do Sul. Our objective was to make it explicit, critically, the boundaries between what is historiographical and the literary, from the shifting of the history narrative at the works *A Divina Pastora* and *O Corsário* de José Antonio do Vale Caldre e Fião. We kept our attention in showing the importance of Caldre's and Fião's novels for the understanding of the historical scenario of the brazilian and gaúcha literatures. To critically analyse the communicative shifting about: Farroupilha Revolution, slavery and smmugling; to evidence Caldre's and Fião's morality as characteristical back cloth when developing their narratives and to analyse the heroe and villain construction on the chosen novels.

PALAVRAS – CHAVE: literature – história – fronteira – regionalidade- Caldre e Fião – A divina pastora – O corsário

KEYWORDS: literary – history – boundaries – regionalism – Caldre e Fião – A divina pastora – O corsário

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 RELAÇÕES ENTRE LITERATURA E HISTÓRIA	26
2.1 Fronteira entre literatura e história	37
2.2 Narrador e personagens	38
3 A LITERATURA NARRA A HISTÓRIA	44
3.1 A Província de São Pedro	50
4 REVOLUÇÃO FARROUPILHA, CONTRABANDO E ESCRAVIDÃO: HERÓIS E VILÕES	70
4.1 O contrabando	75
4.2 A escravidão	77
4.3 Heróis e vilões	80
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	96
ANEXOS	101
A –	102
B –	103
C –	104
D –	106

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa faz uma reflexão crítica sobre a leitura da história no texto literário, dentro da linha de pesquisa Região e Regionalidade.

Acredita-se ser importante a contínua formação do profissional que trabalha com educação. Atuando na área da educação como professora e como coordenadora de ensino, sentiu-se a necessidade de avançar na reflexão teórica, no sentido de transitar por outras áreas do conhecimento, procurando introduzir, no cotidiano de trabalho, perspectivas teóricas interdisciplinares, oportunizando ao aluno o diálogo interdisciplinar como possibilidade de análise nas práticas pedagógicas e de pesquisa.

Escolheu-se o tema com o objetivo de explicitar, de forma crítica, a fronteira existente entre o historiográfico e o literário, a partir do deslocamento da narrativa da história nas obras *A divina pastora* e *O Corsário*, de José Antonio do Valle Caldre e Fião. Os objetivos específicos foram: apontar a importância dos romances de Caldre e Fião para o entendimento do quadro histórico da literatura brasileira e gaúcha; analisar criticamente o deslocamento discursivo, sobre a Revolução Farroupilha, a escravidão e o contrabando; evidenciar o moralismo de Caldre e Fião, como pano de fundo característico no desenrolar de suas narrativas, e analisar a construção do herói e do vilão nos romances escolhidos.

Traçados os objetivos, partiu-se então para a formulação de hipóteses. E alguns autores foram importantes à sua construção. A partir da leitura da pesquisa de Bernd,¹ ao escrever que qualquer leitor sensível é capaz de distinguir um texto historiográfico de um texto literário, porque cada um deles é regido por uma convenção diferente, ou seja, a *convenção de veracidade* e a *convenção de ficcionalidade*, foram estabelecidas as bases para

¹ BERND, Zilá. O maravilhoso como discurso histórico alternativo. In: LEENHARD, Jaques; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Unicamp, 1998. p. 128.

a construção da hipótese. Ainda segundo a autora, quando há *convenção de veracidade*, o enunciador se compromete com o *dito* pelo discurso e pela espera que seu discurso seja tomado como verdadeiro. Nesse caso, o enunciador fica exposto ao erro. Quando há *convenção de ficcionalidade*, o enunciante não se compromete com a *verdade* do *dito* pelo discurso, nem com o fato de seu discurso ser tomado como *verdadeiro*, não ficando, pois, exposto ao erro.

Do exposto acima, formularam-se duas hipóteses:

- 1) A literatura, por ser da ordem da ficção, pôde dizer, ou seja, criticar, aspectos histórico-sociais. A história, ao contrário, é ciência, é método, é **verdade** e por isso seu discurso muitas vezes representa o poder. Assim, em alguns momentos, o discurso literário se antecipa, deslocando para a narrativa ficcional questões que tradicionalmente seriam abordadas no âmbito do discurso histórico, social e econômico.
- 2) Como um gênero de ficção, a literatura pôde, também, antecipar-se ao discurso histórico, deslocando as vozes sociais que, em sua narrativa, construirão os personagens. É através do narrador e da voz dos diversos personagens que a crítica às questões sociais importantes naquele momento se tornaram evidentes. Além disso, o narrador conta também com o discurso moral e o tom severo da narrativa para ratificar suas crenças defendidas ao longo da ficção.

Delimitadas as hipóteses de trabalho, partiu-se, então para a revisão bibliográfica, que seria necessária para o diálogo interdisciplinar que se estava propondo. A bibliografia revisada contempla dois âmbitos: a vida e obra de José Antonio do Valle Caldre e Fião e os estudos a respeito da fronteira existente entre o historiográfico e o literário. A análise configura-se como pano de fundo daquilo que se pretende mostrar com esta pesquisa. Para apresentá-la optou-se pela divisão de suas temáticas.

a) Sobre a vida e a obra de Caldre e Fião

Muitas foram as obras analisadas sobre a vida pessoal e pública do autor em tese e, dentre elas, elegeu-se a obra de Aquiles Porto Alegre, *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*,² como a mais enriquecedora e clara a respeito de sua vida. Guilhermino Cesar, em

² ALEGRE, Aquiles Porto. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1916. (Coleção Especial Laudelino Teixeira de Medeiros).

Fundamentos da cultura rio-grandense, no artigo publicado sob o título “O criador do romance gaúcho”, retrata Caldre e Fião nos mesmos moldes de Aquiles Porto Alegre. Além de fazer comentários a respeito dos romances publicados e protagonizados, o mesmo autor, em *História da literatura do Rio Grande do Sul*, no capítulo “O criador do romance”, além de localizar Caldre e Fião entre os romancistas do cenário brasileiro da época, dedica um amplo espaço para evidenciar passagens da obra *O Corsário*, pois de *A divina pastora* nada mais foi encontrado naquele momento.

Seus romances foram esquecidos; constituem hoje raridade bibliográfica, bastando dizer que não os encontramos na Biblioteca Nacional, nem no Gabinete Português de Leitura. A Biblioteca Pública de Porto Alegre, a Biblioteca Riograndense e a Biblioteca Pelotense também não possuem um só exemplar de A Divina Pastora. Pudemos, contudo, localizar um exemplar de O Corsário na biblioteca particular de um amigo.³

Lothar Hessel, José Augusto Medeiros Pereira e Antônio Carlos Machado, jornalistas do jornal *Correio do Povo*, também dedicaram atenção à Caldre e Fião em momentos marcantes de sua vida profissional.

CORREIO DO POVO, 28 DE AGOSTO DE 1963

Título da reportagem: Caldre e Fião
Escritor: Lothar Hessel

É deveras curioso como um homem da envergadura de José Antonio do Valle Caldre e Fião caia em tão geral esquecimento entre seus conterrâneos, menos de um século após sua morte.

Escritor, médico, parlamentar, poeta, jornalista, orador e abolicionista, salientou-se em cada um desses setores. Foi dos primeiros que no Brasil se insurgiram contra a escravatura, dirigindo mesmo a primeira campanha no sentido de sua abolição e que se vitoriou com a promulgação da Lei Eusébio de Queirós (1850) que proibiu definitivamente o tráfico de escravos. E influenciou decisivamente através dos moços do Partenon Literário, para a eclosão da segunda etapa, a qual culminou com a Lei do Ventre Livre em 1871.

[...]

No arquivo público deparamos com o testamento do escritor: ‘Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo, três pessoas distintas e só Deus verdadeiro. (sic) Declaro que sou católico, apostólico romano, e que nesta religião desejo morrer, encomendando minha alma à Igreja e à misericórdia infinita de Deus [...]’⁴

CORREIO DO POVO, 7 DE JANEIRO DE 1978

Título da reportagem: A divina pastora e a Escravidão

³ CESAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1955.

⁴ HESSEL, Lothar. Caldre e Fião. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 28 de agosto de 1963. (Ver Anexo C).

Escritor: José Augusto Medeiros Pereira

[...] Conclui-se assim que o escritor que, como jornalista combatia a escravidão, que, como poeta, não esquecia o sofrimento dos pobres negros, através do romance, no caso, *A divina pastora*, retratou a vida sofredora dos cativos. E, na opinião dos adversários, de forma insidiosa para penetração popular, com arte. Estabelecido o caráter social abolicionista da obra, extravasa ela do interesse meramente literário e cumpre situa-la como o primeiro romance e mais do que isso, cremos, a primeira produção literária inspirada no drama da escravidão.⁵

CORREIO DO POVO, 15 DE ABRIL DE 1978

Título da reportagem: O Elogio Dramático ao Príncipe D. Pedro, de Caldre e Fião

Escritor: José Augusto Medeiros Pereira

[...] E pode-se afirmar que neste pequeno trabalho, sem maiores pretensões, Caldre e Fião saiu-se muito bem, pois em versos bastante aliviados de carga arcádica (e arcaica ...), numa concepção que apresenta aspectos ora dramáticos, ora de grande delicadeza e singeleza, enfrentou e realizou um gênero difícil, quase estéril à inspiração poética da época em que foi escrito. Pode-se, no entanto, fazer restrições à autenticidade do indígena, que declama como um homem branco ilustrado. Mas acaso escaparam Alencar e Gonçalves Dias deste processo de transfiguração?

Fora do ponto de vista puramente literário o “Elogio Dramático” é, como se vê, um documento que merece ser preservado pela riqueza de elementos que encerra e que interessam à crítica literária na perspectiva histórica.

Estrilho do Elogio Dramático: “Viva D. Pedro II
Viva o Príncipe Imperial
Viva o povo brasileiro
A Instituição Liberal.”⁶

Ainda em revisão, a Revista Mensal do Partenon Literário, por meio de Aquiles Porto Alegre, Aurélio Veríssimo de Bittencourt e Amaro da Silveira, também dedicou espaço ao seu notável colega.

b) A relação história e literatura

⁵ PEREIRA, José Augusto Medeiros. *A divina pastora e a escravidão*. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 7 de janeiro de 1978, p. 4. Cadernos de Sábado. (Ver Anexo A).

⁶ PEREIRA, José Augusto Medeiros. *O elogio dramático ao príncipe D. Pedro, de Caldre e Fião*. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 15 de abril de 1978. (Ver Anexo B).

Segundo Conforto,⁷ o fazer literário e o fazer historiográfico são espaços em que a história e a ficção acontecem. Tanto a história quanto a literatura têm procurado reivindicar o *status* de produtoras de conhecimento verdadeiro. A literatura se defende utilizando a justificativa de que, assim como a história, ela elege o assunto a ser focado, e o narrador conduz a construção do discurso. Seu objetivo é o de desvelar para o leitor todos os meandros da alma humana. A história, por sua vez, ao escolher o fato que será narrado, muitas vezes possui um conhecimento limitado de uma batalha, uma morte ou da assinatura de um tratado. Tudo o que compõe o episódio que será narrado é construído pelo narrador-historiador que, diferentemente do narrador-literato, procura desaparecer atrás do narrado, dando ao seu texto um cunho científico e, portanto, verdadeiro. Outras discussões elegeram a forma de narrar entre a história e a literatura como a diferença entre ambas.⁸

Chaves⁹ também, no decorrer de suas pesquisas escreveu sobre a fronteira existente entre o historiográfico e o literário, chamando a atenção ao significado do termo *fronteira*;, ao invés de separar, como é usualmente empregado, em se tratando da relação literatura e história – a fronteira –, determinaria o ponto de convergência, em que se pode observar a unidade da obra literária.

Bernd¹⁰ afirma que, se a correlação entre literatura e história é importante em nível da literatura em geral, ela se reveste de uma importância ainda maior no que tange ao Brasil e aos demais países da América, que tiveram um passado colonial e cuja história foi escrita pelos conquistadores em um primeiro momento e, posteriormente, pelos colonizadores. Contudo, versões não oficiais dos acontecimentos históricos circulam paralelamente na fala não autorizada das camadas populares que, por meio de suas lendas, contos, mitos, canções e de toda forma de criações orais, contaram, de maneira simbólica, e a partir de um outro ponto

⁷ CONFORTO, Marília. *Faces da personagem escrava*. Caxias do Sul: Educs, 2001.

⁸ CONFORTO, op. cit., p. 13.

⁹ CHAVES, Flávio Loureiro. *História e literatura*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991.

¹⁰ BERND, Zilá. O maravilhoso como discurso histórico alternativo. In: LENHARD, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Unicamp, 1998.

de vista, esses acontecimentos. A oralidade cria, assim, um espaço de conservação de resíduos históricos e uma vertente dialógica na qual se inspiram os escritores latino-americanos que navegam nas águas do maravilhoso. Não temos, pois, uma história, mas várias histórias e, analisada dessa perspectiva, a literatura adquire uma importância maior, na medida em que resgata e traz à tona a fala esquecida dos colonizados. A literatura nas sociedades pós-coloniais terá essa característica, ou seja, a de preencher os vazios da história oficial, trazendo para dentro do texto as versões populares dos diferentes fatos históricos, revestidas pelo simbolismo do imaginário popular e prenes de significações outras.

Os instrumentos usados nesta pesquisa são exclusivamente bibliográficos, por meio das obras *A divina pastora* e *O Corsário* de José Antonio do Valle Caldre e Fião. Como uma das teorias norteadoras, escolheu-se a de Foucault – *A ordem do discurso*, em que o autor aponta três direções para analisar a materialidade discursiva:

Para analisar a materialidade discursiva em suas condições, seu jogo e seus efeitos, é preciso, creio, optar por três decisões às quais nosso pensamento ainda resiste um pouco, hoje em dia, e que correspondem aos três grupos de funções que acabo de evocar: questionar nossa vontade de verdade, restituir ao discurso seu caráter de acontecimento, suspender, enfim, a soberania do significante.¹¹

Compreende-se importante lembrar as três direções que Foucault elenca como princípios na análise discursiva. No Princípio de Descontinuidade, o autor afirma que não existe um discurso ilimitado, contínuo e silencioso que teríamos por missão descobrir, restituindo-lhe, enfim, a palavra. Não se deve imaginar, percorrendo o mundo e entrelaçando-se em todas as suas formas e acontecimentos, um não-dito ou um impensado que se deveria, enfim articular ou pensar. Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam às vezes, mas também se ignoram e se excluem.

Segundo o Princípio de Especificidade, não se deve transformar o discurso em um jogo de significações prévias; não imaginar que o mundo nos apresenta uma face legível que

¹¹ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. de L. F. A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

teríamos de decifrar apenas. Enfim, o Princípio de Exterioridade põe em evidência que não se deve passar do discurso para seu núcleo interior e escondido, ou para o âmago de um pensamento ou de um sentido que se manifestaria nele, mas, a partir do próprio discurso, de sua aparição e de sua própria regularidade, passar às suas condições externas de possibilidade.

Considera-se importante evidenciar como a relação entre literatura e história pode ser percebida. Partindo da perspectiva de Stone,¹² pode-se considerar que a aproximação entre literatura e história no século XIX se dá pela retomada do uso da narrativa na constituição do discurso histórico. Trata-se de uma retomada, pois, segundo o autor, em meados do século XIX, a narrativa – entendida pelo autor como “a organização de materiais numa ordem de seqüência cronológica e a concentração do conteúdo numa única estória coerente, embora possuindo subtramas” – teria sido abandonada e associada à história dita *évenementielle*. O que se pretendia, então, era uma *história científica*, que objetivava explicar o real por meio de modelos, cuja forma de análise privilegiaria o método quantitativo, e a exposição dos resultados seria feita de forma essencialmente analítica, em detrimento da descritiva.

O ressurgimento da narrativa, por sua vez, seria tributário da “desilusão generalizada, como o modelo determinista econômico de explicação histórica”. Iniciava-se, assim, um processo norteado pela busca por uma história com “uma face mais humana, em reação [...] à macro-história, à história quantitativa e ao determinismo”.¹³ Carvalho, em concordância com as idéias de Stone, observa que esse regresso à narrativa é tributário de uma história que pretende estudar os homens em circunstâncias, ao invés de uma investigação centrada nas circunstâncias dos homens. A forma de escrita narrativa seria o instrumento mais apropriado para uma abordagem que privilegiasse o indivíduo, e que tivesse as explicações assentadas em uma gama mais diversificada de causas.¹⁴ Tal deslocamento, para o autor, ainda que

¹² STONE, Lawrence. In: CARVALHO, José Murilo. *O historiador às vésperas do terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Phoênix, n. 3. 1997.

¹³ BURKE, Peter. As fronteiras instáveis entre história e ficção. In: AGUIAR, Flávio et al. (Org.). *Gêneros de fronteira: cruzamento entre o historiográfico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997. p. 114.

¹⁴ HARTOG, François. A arte da narrativa histórica. In: BOUTIER, J.; Júlia D. *Passados recompostos*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1998.

apresentasse algumas armadilhas à investigação histórica, traria certos benefícios à cidadania, uma vez que conceberia o ser humano como agente da história, atuante frente às circunstâncias e não como seu fantoche.

Hartog,¹⁵ no texto *A arte da narrativa histórica*, também considera que a chamada “história-narrativa” confere maior destaque aos indivíduos e aos acontecimentos. Porém, ao contrário de Stone, o autor não considera que o uso da narrativa na história se restrinja aos casos em que os indivíduos e os acontecimentos são evidenciados. Hartog, espelhando-se em Paul Ricoeur, acredita que a história, mesmo aquela voltada para o estudo das estruturas, sempre fez uso da narração, ainda que de forma eclipsada. A história, para Hartog, seria uma narrativa entre outras, e, assim sendo, não haveria precisamente um “regresso” da narrativa ao campo da história, como supunham Stone e outros.

Como se pode observar, as mediações entre história e literatura podem ser descritas como um terreno de geografia indefinida, de fronteiras turvas e terras um tanto quanto pantanosas, como dão a ver as opiniões controversas sobre o uso da narrativa no discurso histórico. Se nos embrenharmos ainda mais nesse terreno, poderemos nos deparar com questões ainda mais controversas, como a da natureza da verdade e da objetividade histórica. Contudo, vale observar, à luz de Paul Veyne, que, na investigação histórica, não há como se desvencilhar da subjetividade. A subjetividade marcaria tanto a literatura quanto a leitura que o historiador faz do passado, na qual a imaginação é usada como ferramenta na interpretação dos indícios históricos.¹⁶

Essa imaginação não advém nem cresce do nada. O historiador tem por norte sua fonte, sua documentação, a partir da qual desenreda as relações do homem com seu tempo. É o historiador também um homem em seu tempo, e a leitura que faz do passado é marcada, de

¹⁵ HARTOG, François. *A arte da narrativa histórica*. In: BOUTIER, J.; Júlia D. *Passados recompostos*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1998.

¹⁶ GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Trad. de Antonio Narino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

forma indelével, pelas relações que estabeleceram em seu próprio tempo; do mesmo modo, o escritor, ao redigir sua obra literária, não a constrói sobre o vazio, desvencilhando-se de qualquer relação com seu tempo, que pode, por exemplo, inspirá-lo em sua criação. Na realidade, a noção de que existe uma relação entre o autor e seu tempo foi considerada na escolha das obras de Caldre e Fião.

Ideologia é outro termo que transpassa a discussão das relações entre o discurso historiográfico e o discurso literário. O conceito não é novo. Ele surgiu em 1810, na obra *Elements de idéologie*, do filósofo Destutt de Tracy. Teria sido forjado para designar a faculdade humana de pensar, ou seja, “tratar as idéias como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente”. Entretanto, essa categoria ganhou um sentido pejorativo com Napoleão Bonaparte. Para ele, os ideólogos franceses eram todos “abstratos, nebulosos, idealistas e perigosos [para o poder] por causa do seu desconhecimento dos problemas abstratos [concretos]”, como expõe Brandão.¹⁷

O significado de ideologia, definido por Marx e Engels, é entendido como produção de idéias e de estados de consciência, em determinadas condições sociais e históricas, mediante complexas mediações; em última instância, direta ou indiretamente, a partir das atividades e dos comércios materiais entre os homens. Constituem, portanto, uma espécie de linguagem da vida real.¹⁸

Marx e Engels propuseram igualmente um nascimento, um devir e uma crise para as ideologias, tidas como sistemas ordenados de idéias e de representações, separadas e independentes das condições materiais de existência. Nesse sentido, teóricos, intelectuais e ideólogos não estavam comumente vinculados diretamente à produção material das condições

¹⁷ BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Introdução à análise do discurso. 5. ed. Campinas: Unicamp, 1996.

¹⁸ Ibidem, p. 20.

de existência, sendo por elas apenas determinados, a partir das complexas mediações, como se viu. Ao exprimirem suas idéias, eles exprimiriam essa desvinculação e mediações.

Uma concepção fundamental de Marx e Engels para este trabalho é que “idéias de classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual”.¹⁹ Portanto, para aqueles autores, as classes que dominavam a produção, a circulação e a distribuição dos bens materiais regulavam igualmente a produção, a circulação e a distribuição das concepções ideológicas de seu tempo.

Tal concepção é essencial neste trabalho, já que se parte do axioma de que, no século XIX, no Brasil, até a Abolição da Escravatura, em 1888, dominava incontestemente o modo de produção escravista colonial e, portanto, as classes senhoriais escravistas: contexto exibido na produção literária de Cladre e Fião, *corpus* deste trabalho.

Susana, essa segunda mãe doméstica dos filhos de Margarida, estava repimpada sobre um grande cepo, como uma rainha de sua nação toda adornada de miçangas e tendo em sua mão um porongo cheio de pimentas que durante a tarde colhera para o molho da comida de seus senhores-moços a quem amava mais que a própria vida. Ela ergueu uma cabeça que nunca baixara sem a terrível idéia da escravidão que sobre ela pesava, mas que pesava levemente; porque, direi de passagem, é melhor fisicamente a escravidão no Brasil do que um estado de dependência em qualquer país da Europa e da Ásia. Fisicamente! Disse eu? Sim; porquanto moralmente não. Oh? Isso é horrível em qualquer parte da terra! Ainda mais, é horribilíssimo! [...].²⁰

A escravidão é um mal! E levada ao centro das famílias quanto não são mais graves os seus resultados! Susana era a bem querida amiga de todos os seus senhores e ainda assim ela se tinha preparado um dia para ser o instrumento da perdição e desgraça daqueles que a amavam.²¹

Bakhtin definiu *palavra* como um signo ideológico por excelência. Segundo ele, a palavra, “produto da interação social, se caracteriza pela plurivalência. Por isso é o lugar privilegiado para a manifestação da ideologia; retrata as diferentes formas de significar a realidade, segundo vozes, pontos de vista daqueles que a empregam”. Mais adiante, o autor

¹⁹ Idem.

²⁰ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Valle. *A divina pastora*. Porto Alegre: RBS, 1992. p. 88.

²¹ Ibidem, p. 204.

ênfatiçou que a linguagem não pode ser encarada como uma entidade abstrata, mas como o lugar em que a ideologia se manifesta concretamente.²²

Conceitos básicos acerca dos termos *cultura* e *região* servirão para melhor entender a linha de pesquisa e os estudos a serem feitos.

Pozenato²³ aponta que a idéia de região é antiga. “A região não é, pois, na sua origem, uma realidade natural, mas uma divisão do mundo social, estabelecida por um ato de vontade.” Estabelece uma noção norteadora de espaço físico, enquadrada geograficamente.

Determina que “tanto o conceito de região (no plano do fazer científico) quanto a definição de uma determinada região (no plano do fazer crítico) são construções”²⁴ realizadas a partir de uma rede de informações que, segundo Pozenato, podem ser estabelecidas pelo autor.

Bourdieu, em seu texto, traz a etimologia da palavra *região* (*regio*) descrita por Emile Beneviste, que conduz ao ato da “di-divisão”, ato mágico, social, apresentando suas fronteiras como arbitrárias e regidas pelo poder.

O que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-divisão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo.²⁵

Para Kaliman, literatura e espaço se inter-relacionam, a primeira como lugar da enunciação literária, e o segundo, como referência do texto. “1) Hay un lugar donde se escriben, el espacio de la enunciación literaria [...] 2) Hay un lugar como tema sobre el que se escribe, el espacio como referencia del texto [...]”²⁶

²² BRANDÃO, op. cit., p. 10-11.

²³ POZENATO, José Clemente. Algumas considerações sobre região e regionalidade. In: FELTES, Heloisa Pedroso de Moraes; ZILLES, Urbano (Org.). *Filosofia: diálogo de horizontes*. Caxias do Sul: Educs, 2001. p. 585.

²⁴ Idem, p. 587.

²⁵ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: Difel, 1989. p.113.

²⁶ KALIMAN, Ricardo. *La palabra que produce regiones: el concepto de region desde la teoria literaria*. Argentina: Universidade de Tucumán, 1994.

Já Freire, citado por Oliven,²⁷ em seu *Manifesto regionalista* (1926), desenvolve basicamente dois temas interligados: a defesa da região como unidade da organização nacional e a conservação dos valores regionais e tradicionais do Brasil em geral e do Nordeste em particular. “Uma região pode ser politicamente menos do que uma nação. Mas vital e culturalmente é mais do que uma nação; é mais fundamental que a nação como condição de vida e como meio de expressão ou de criação humana.”

Sinteticamente, a região é a base territorial para a expressão do regionalismo. Ela se define a partir da relação do homem com o meio e com os seus símbolos, é constituída por diferenças e semelhanças e determina a expressão político-cultural dos seus.

Surge, neste momento, a importância de se mencionarem idéias discutidas a partir do termo *território*, que atualmente vem acompanhado do termo *desterritorialização*. É emergente a discussão pelo fato de Caldre e Fião ter se desterritorializado (foi morar no Rio de Janeiro) para escrever seus dois romances que retratam o Rio Grande do Sul. Costa²⁸ aponta que, dentre os geógrafos, Claude Raffestin (1986, 1988) foi um dos que mais se dedicou à discussão conceitual sobre território, analisando o processo que ele denominou de T-D-R: territorialização – desterritorialização – reterritorialização. Para ele a territorialidade humana, nossos laços com o território, numa concepção bastante aberta, “pode ser definida como ‘o conjunto de relações que desenvolve uma coletividade – e, portanto, um indivíduo que a ela pertence – com a exterioridade e/ou a alteridade por meio de mediadores ou instrumentos’”.²⁹

Segundo Raffestin:

O território é uma reordenação do espaço na qual a ordem está em busca dos sistemas informacionais dos quais dispõe o homem enquanto pertencente a uma cultura. O território pôe ser considerado como o espaço informado pela semiosfera. [...] O

²⁷ OLIVEN, Rubem. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.

²⁸ COSTA, Rogério Haesbaert da. *Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no nordeste*. Rio de Janeiro: Ed. Universidade Federal Fluminense, 1997.

²⁹ RAFFESTIN, Claude. Território e identidade: raízes do gauchismo e da nordestinidade. In: COSTA, op. cit., p. 32.

acesso ou não-acesso à informação comanda o processo de territorialização, desterritorialização das sociedades. É a teoria da comunicação que comanda nos nossos dias a ecogênese territorial e o processo de T-D-R.³⁰

O primeiro conceito de cultura veio do latim *colere*, que significa cultivar; noção vinculada à agricultura. Os romanos adaptaram o termo e ampliaram seu significado para *refinamento pessoal*. Após, com o advento do cristianismo, o conceito foi reforçado de preceitos religiosos. A partir do século XIX, com o surgimento de novas teorias biológicas e sociais e com o nascimento das potências européias, rompe-se essa visão religiosa. Para Santos, “a moderna preocupação com a cultura nasceu associada tanto à necessidade do conhecimento quanto às realidades da dominação política”.³¹ Continuando sua análise coloca que, ao se entender cultura como processo social, não podemos dissociá-la das relações de poder e de dominação que se estabelecem na sociedade. Segundo ele, “[...] a cultura é um produto da história coletiva por cuja transformação e por cujos benefícios as forças sociais se defrontam”.³²

Já para Adorno, a cultura “somente é verdadeira quando implicitamente crítica”. Essa crítica não deixa a cultura se objetivar, pois “o sentido próprio da cultura, entretanto, consiste na interrupção da objetivação”.³³

Canclini³⁴ afirma que, hoje, todas as culturas são de fronteira. Todas as artes se desenvolvem em relação com outras artes; assim; as culturas perdem a relação exclusiva com seu território mas ganham em comunicação e conhecimento.

Pode-se comprovar o pensamento de Canclini observando a cultura nacional. Ela apresenta matizes – isto é, aspectos diferentes – que constroem uma totalidade. Em relação ao Brasil, Candido³⁵ defende um ponto de vista de abertura cultural, pois “[...] somos partes de

³⁰ Idem.

³¹ SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

³² Idem.

³³ ADORNO, Theodor W. *Prismas: crítica cultural e sociedade*. São Paulo: Ática, 1998. p.11.

³⁴ CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1998.

³⁵ CANDIDO, Antonio. *Tese e antítese*. São Paulo: Nacional, 1964.

uma cultura mais ampla, da qual participamos como variedade cultural. E que, ao contrário do que supunham por vezes ingenuamente os nossos avós, é uma ilusão falar de supressão de contatos e influências”.

Por outro lado, Bosi³⁶ concebe a cultura como um conjunto de elementos materiais e imateriais, atribuindo-lhes o papel de projeto modificador do futuro, uma mola para superar os desequilíbrios do presente. Para ele, a cultura contamina e é contaminada, e, nesse sentido, o sucesso de um processo de aculturação reside na reinvenção, ou seja, na criação de um sincretismo entre a cultura do colonizado e a do colonizador, no qual sempre prevalece a cultura do mais forte, a do colonizador.

Para responder às questões utilizar-se, a análise discursiva e, para tanto, acredita-se na necessidade de esclarecer o conceito de *discurso*. Moisés, em seu *Dicionário de termos literários*, apresenta algumas definições para o termo, entre elas, a de representação do diálogo de dois ou mais personagens. Como esse conceito não é próprio apenas à literatura ou lingüística, na área filosófica ele pode ter uma acepção diversa, como a de “operação intelectual que se efetua por uma seqüência de operações elementares parciais e sucessivas”, ou “expressão e desenvolvimento do pensamento por uma série de vocabulários ou proposições em cadeia”.³⁷

A narração – “exposição minuciosa, parcial, esclarecedora, do que de modo sintético e direto se expressa na proposição” – destaca-se dentre as partes componentes essenciais de um discurso. Portanto, na construção da narração de suas proposições, o orador escolhe os pontos mais importantes, que sustentarão a defesa de determinado conceito ou idéia, focalizando-os na perspectiva que melhor lhe convém. Salienta, pois, alguns fatos e minimiza outros.³⁸

³⁶ BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

³⁷ MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1985.

³⁸ Ibidem, p. 154.

Maingueneau³⁹ enfatizou que, para analisar um discurso, deve-se considerar algumas dimensões no âmbito de sua produção, as quais determinaram e delimitaram a enunciação. São elas: os embates históricos, sociais, etc., que se cristalizam no discurso. O espaço próprio de cada discurso configura-se para si mesmo no interior de um interdiscurso. A exemplo de outros estudiosos, Maingueneau considera a linguagem um fenômeno que deve ser estudado não só em relação ao seu sistema interno, mas também como formação ideológica, que se manifesta mediante competência socioideológica.

Para Foucault,⁴⁰ o discurso configura-se como o espaço em que poder e saber se articulam. Quem fala, fala de algum lugar e esse discurso passa como verdadeiro, como veículo de saber, do saber institucional. Portanto, o discurso é gerador de poder. Para esse autor, o discurso é concebido como uma dispersão, sendo formado por elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade. Cabe à análise do discurso descrever essa dispersão, buscando regras para reger essa formação discursiva. As regras são as relações entre os objetos e os tipos de enunciados.

Foucault partiu da suposição de que, em toda sociedade, a “produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos”. Esses procedimentos “têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. Em nossa sociedade, Foucault reconhece o procedimento de *interdição*, isto é, não se pode “falar de tudo em qualquer circunstância, de qualquer um, enfim, não se pode falar de qualquer coisa”.⁴¹

As idéias de Foucault sobre o conceito de discurso são aqui tomadas como ponto gerador na análise. Acredita-se que são totalmente adequadas e respaldadas pelo posicionamento discursivo tomado por Caldre e Fião, ao narrar seus romances. Na obra *A*

³⁹ MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. de F. Idursky. São Paulo: Pontes/Ed. da Unicamp, 1993.

⁴⁰ FOUCAULT, op. cit.

⁴¹ Ibidem, p. 8-9.

divina pastora, a instituição da família gera um tipo de saber e poder permeado por um tipo de ideologia que não reconstrói a realidade vivida nas comunidades do século XIX, no momento em que a revolução tomava conta do estado. Acredita-se que a obra antecipa-se e deseja atingir um determinado tipo de leitor, refletindo o pensamento ideológico do narrador que, em seu segundo romance, expõe-se diferentemente. Vale lembrar: naquele período, Caldre e Fião já estava engajado na carreira política e acredita-se que não poderia falar de tudo em qualquer circunstância, de qualquer pessoa e muito menos de qualquer coisa que se apresentasse contrária às ideologias do poder dominante.

Considera-se também importante o conceito de moral que cercará a análise desta pesquisa, quando se trata do perfil do narrador Caldre e Fião. Sua postura moralista salta aos olhos nos dois romances em questão.

Ele tinha filhos e filhas que educava na santa moral de Cristo, propagada, sustentada e exemplificada pelos bons Padres Jesuítas nestas incultas terras.⁴²

– Ninguém as ignora: a fonte da moral é a própria alma de cada um de nós. Deus, no momento em que nos infundiu essa substância semelhante à sua natureza, deu-nos as regras imutáveis que dirigiriam as nossas ações e, para demonstrar-nos, sem cessar, as condições delas, fez aparecer as dores físicas e os remorsos ou dores morais, que nos despertam da letargia da indiferença corpórea a que também, por uma dupla condição, estamos submetidos; em razão de que todas as vezes que preferimos o prazer e o interesse ao dever, somos culpáveis e dignos de castigos do céu.⁴³

Ele deu alguns passeios por entre o grande número de plantas de cicuta que aí brotam espontaneamente; muitos pés pequenos dessas plantas foram esmagados por seus pés. A cicuta é uma planta extremamente venenosa, cujo suco fez morrer o célebre filósofo moralista Sócrates... é abundante nestes sítios.⁴⁴

Para isso, toma-se como base a teoria da lei moral, explicada por Aranha.⁴⁵ A teoria assume o posicionamento psicológico e a dualidade entre o físico e o mental. Considera o problema moral como proveniente do fato de as pessoas possuírem vontade livre e poderem ajudar ou prejudicar umas as outras. Reconhece leis morais universais capazes de prescrever as ações que devem ser realizadas e proibir outras ações. Assume a razão como guia

⁴² CALDRE e FIÃO, op. cit., p. 88-89.

⁴³ Ibidem, p. 233-234.

⁴⁴ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *O Corsário*. Porto Alegre: Movimento, 1979. p. 112.

⁴⁵ ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Temas de filosofia*. São Paulo: Moderna, 1992.

privilegiado para a motivação moral. A crítica feita em relação a essa teoria é que nossa tradição moral deve ser vista apenas como uma entre outras, não havendo nela nada de absoluto, pois os conceitos que a definem são metafísicos. Tal teoria tende a ignorar ou negar o papel da imaginação nas nossas deliberações morais, possuindo um caráter necessariamente negativo e restritivo.

2 RELAÇÕES ENTRE LITERATURA E HISTÓRIA

As relações entre literatura e história estão no centro do debate da atualidade e apresentam-se no bojo de uma série de constatações relativamente consensuais, que caracterizam nossa contemporaneidade, na transição do século XX para o XXI: a crise dos paradigmas e o fim da crença nas verdades absolutas legitimadoras da ordem social.

Baczko⁴⁶ pondera que a perplexidade atual das ciências humanas deriva de um sentimento de perda da certeza das normas fundamentadoras de um discurso científico unitário sobre o homem e a sociedade. Na medida em que deixa de ter sentido uma teoria geral de interpretação dos fenômenos sociais, apoiada em idéias e imagens legitimadoras do presente e antecipadoras do futuro (o progresso, o homem, a civilização), ocorre uma segmentação das ciências humanas e um movimento paralelo de associação multidisciplinar em busca de saídas.

Assim, novos objetos, problemas e sentidos se ensaiam, marcados por um ecletismo teórico dentro de uma ótica interdisciplinar e comparativista e com grande apelo temático. Portanto, o diálogo entre história e literatura, como objeto de estudo, configura uma possibilidade de interpretação e análise para temas de pesquisa.

A compreensão de que a literatura é, além de um fenômeno estético, uma manifestação cultural, portanto uma possibilidade de registro do movimento que realiza o homem na sua historicidade, nos seus anseios e nas suas visões de mundo, tem permitido ao historiador assumi-la como espaço de pesquisa.

Assim, mesmo que os literatos a tenham sempre produzido sem um compromisso com a verdade dos fatos, construindo um mundo singular que se apresenta como espaço de leituras também do mundo real, é inegável que, por meio dos textos artísticos, a imaginação

⁴⁶ BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux*. Paris: Payot, 1984, p. 27.

produz imagens, e o leitor, no momento em que, pelo ato de ler, recupera tais imagens, encontra uma outra forma de ler os acontecimentos constitutivos da realidade que motiva a arte literária.⁴⁷

Revisando os momentos em que os estudos literários abordam sistematicamente a relação entre os textos de ficção e os textos de história, são notáveis os períodos que compreendem os estudos poéticos da Antiguidade, as pesquisas estéticas do Romantismo: século XIX e as novas propostas teóricas de leitura da história no texto literário, gestadas ao longo do século XX, que vieram a se tornar a opção para inúmeros pesquisadores no final do século XX.

Como se vê, a história da discussão sobre a aproximação ou separação entre literatura e história remonta ao início da teorização da arte ocidental, o que torna necessário retroceder brevemente às idéias de Aristóteles, para se entender a construção desses paradigmas antitéticos e suas configurações tanto na teoria literária quanto na historiografia.

O filósofo estabeleceu uma antítese entre história e poesia em sua obra *Poética*, criando assim obstáculos quase intransponíveis entre as duas.⁴⁸ Para ele, a poesia encerra mais filosofia, elevação e universalidade, por falar de verdades possíveis ou desejáveis. Por seu turno, a história trataria de verdades particulares, acontecidas, não universais:

[...] não diferem o historiador e o poeta por escreverem verso e prosa [...], diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder. Por isso a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente o universal, e esta o particular. Por referir-se ao universal entendo eu atribuir a um indivíduo de determinada natureza pensamentos e ações que, por liame de necessidade e verossimilhança, convém a tal natureza; e ao universal, assim entendido, visa à poesia, ainda que dê nomes às suas personagens. Outra não é a finalidade da poesia, embora dê nomes particulares aos indivíduos; o particular é o que Alcibíades fez ou que lhe aconteceu.⁴⁹

⁴⁷ A categoria teórica *mundo real* que está sendo utilizada pode ser compreendida como um sistema de idéias-imagens que dá significado à realidade, participando, assim, da sua existência. Logo, o real é, ao mesmo tempo, concretude e representação. Veja-se LE GOFF, Jacques. *L'histoire et l'imaginaire*. Entretien avec Jacques Le Goff. (Apud CAZENAVE, Michel. *Mythes et histoire*. Paris: Albin Michel, 1984. p. 55).

⁴⁸ MENDONÇA, Wilma Martins de. Memórias do cárcere: história sim, literatura também. *Graphos: Revista da Pós-Graduação em Letras da UFPB*, João Pessoa, n. 2, ano 1, p. 123-148, 1995.

⁴⁹ ARISTÓTELES. *Poética*. Trad. de Eudoro de Souza. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 443-471. T. IV. (Coleção Os Pensadores).

Assim concebidas, arte e história, ficção e verdade, constituíram manifestações opostas. Com o avanço do racionalismo nos tempos modernos, tal contraposição seria acentuada, resultando na inversão dos termos apresentados por Aristóteles.

Poesia, arte e ficção seriam progressivamente desqualificadas como modos do conhecimento da realidade, passando a habitar um terreno quase etéreo: lugar de fantasia para o artista ou de metafísica para o intelectual.⁵⁰ Do outro lado habitariam as ciências dos homens sensatos e progressistas, com suas leis e seus postulados de objetividade, racionalidade ou referencialidade, cumprindo funções utilitárias.

Assim, solidificou-se a separação entre ficção e verdade, base do divórcio entre arte e ciência. As noções de história, desde o século XIX, que pretenderam a cientificidade da disciplina, ou as manifestações do realismo e do naturalismo na literatura do mesmo período, tiveram como fundamento essa distinção. Segundo Lima, “um verdadeiro veto ao ficcional, um controle do imaginário, decorrente do racionalismo, pôde ser assistido desde meados do século XVIII, atravessando os mais variados discursos, até mesmo os artísticos”.⁵¹

No entanto, essa mesma separação daria suporte às correntes que, a partir do romantismo, procuraram reafirmar o valor intrínseco e superior da poesia e da literatura ficcional, manifestando uma repulsa à ciência. A teoria literária, que se constituiu institucionalmente no século XX, ainda que tenha abandonado os ideais românticos ao assumir o pendor científico, também buscaria assegurar a singularidade do literário e do estético, diante das ciências e das outras linguagens e dos discursos, como a história.

Desse modo, a concepção aristotélica seria, mais uma vez, retomada para demarcar posições. A literatura, nessa perspectiva, exprimiria o verossímil (a impressão de verdade, não necessariamente falsa, que se inclui no espaço ficcional), enquanto a história pretenderia o

⁵⁰ FERREIRA, Antonio Celso. A narrativa histórica na prosa do mundo. *Revista Itinerários* [Pós-Graduação em Letras – Unesp]. Araraquara, n. 15/16, p. 133-140, 2000.

⁵¹ LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário: razão e imaginação no Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 31.

verdadeiro (no sentido da representação do acontecimento particular).⁵² Assim, a teoria instituída no século XIX conseguiu assegurar, até algumas décadas do século XX, a noção de que literatura e história são campos distintos, indicando que, enquanto um ficcionaliza o real, o outro o estabelece. Baseada nessa visão, a história autodenominou-se a única possibilidade de registro da realidade do passado, não reconhecendo essa capacidade na literatura.

Essa teorização, contudo, ao propor a separação dessas formas de conhecimento, ignorou as produções ficcionais e históricas de sua época, o que fortificou a contestação a essa conceituação por parte da teoria e da arte pós-moderna.

Nesse processo, foram fundamentais os questionamentos a respeito do próprio estatuto da história e as tentativas de compreender o papel social do historiador. O processo de produção do texto histórico também passou a ser interpretado à luz da experiência literária. Santos comenta a atitude de muitos estudiosos da escrita histórica, dizendo que eles têm: “[...] sugerido que a historiografia deve utilizar-se das variações e criatividade que podem ser constatadas nos diversos níveis da narrativa literária. Desse modo, incorporaria no próprio discurso o caráter inerente relativo a todo conhecimento sobre o passado.”⁵³

Dessa reflexão, resultou a ponderação de cientificidade da narrativa histórica e a instauração da idéia de relatividade do conhecimento nela revelado. Essas leituras basearam-se na fragilidade da realidade histórica, como produto da subjetividade, a qual é ilimitada e passível de erros. Há, ainda, a interpretação dos fatos dada pelo sujeito historiador, a partir da seleção e organização da realidade que ocorrem numa narrativa histórica.

Desse modo, embora a descrença no discurso científico unitário sobre o homem e a sociedade tenha se agudizado no interior desse quadro da crise dos paradigmas de interpretação do real, na transição do século XX para o XXI, o debate sobre a história e suas

⁵² AQUINO, Ivânia Campigotto. *Literatura e história em diálogo: um olhar sobre Canudos*. Passo Fundo: UPF, 1999. p. 16.

⁵³ SANTOS, Pedro Brum. *Teorias do romance: relações entre ficção e história*. Santa Maria: UFSM, 1996. p. 19.

conexões com os gêneros literários já estava colocado desde a década de 70 do século passado.⁵⁴

Pautada por uma ótica interdisciplinar, essa linha de reflexão vem acompanhando a propensão de se interrogar as fronteiras de conhecimento que a tradição da pesquisa construiu. Nesse sentido, é fundamental localizar e caracterizar essa polêmica, a fim de consubstanciar o nosso problema teoricamente.

Rosenfeld toma como ponto de partida o narrador para diferenciar história e ficção. O historiador, como enunciador real das orações, no ponto zero do sistema de coordenadas espaço-tempo, projeta, a partir desse ponto zero, o mundo real do passado histórico. Entretanto, ele não faz parte desse mundo enunciado. Na ficção narrativa, desaparece o enunciador real e constitui-se um narrador fictício que passa a fazer parte do mundo narrado, identificando-se, por vezes, ou sempre, com um ou com outro personagem.⁵⁵

As proposições de Stone, na obra “O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma velha história”, de 1979, podem ser consideradas como um marco da polêmica. Stone anunciava um ressurgimento da narrativa na historiografia recente, em consequência do declínio da história científica generalizante. Associando a história narrativa aos trabalhos dos novos historiadores, o autor enfatizou que tal tendência significaria a atualização de uma tradição, que “durante dois séculos encarou a narrativa como modalidade ideal, pois os historiadores sempre contaram estórias”.⁵⁶ Esse caminho aberto por Stone, o da inclinação

⁵⁴ No plano das condições concretas da existência, a falência dos regimes socialistas, por um lado, abalou a convicção de que era possível a reconstrução de uma sociedade alternativa ao capitalismo, dada a forma histórica de realização totalitária em que tais regimes haviam descambado. Por outro lado, as próprias economias do Primeiro Mundo não conseguiram resolver as questões sociais internas, aumentando o número de desempregados e sem lar, ao passo que a vigência da liberal democracia não impediu a ascensão da direita no Velho Mundo, com posições que podem ser associadas ao fascismo. E mais, a própria concepção dos Annales de uma “história global” esfacelou-se nessa encruzilhada de incertezas de fim de século. Para uma reflexão mais aprofundada desse processo, veja-se PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História: representações*, São Paulo: Anpuh/Contexto, v. 15, n. 29, 1995. p. 9-27.

⁵⁵ ROSENFELD, Anatol. Literatura e personagem. *Revista de Teoria Literária e Literatura Comparada*, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 2, p. 20-21, 1964.

⁵⁶ STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma velha história. Trad. de Denise Bottmann. *Revista de História*, Campinas, n. 2, p. 12-27, 1991.

hegemônica às ciências sociais para o campo dos estudos literários, exige referências a outros estudos da época, que também tentaram demonstrar, cada qual à sua maneira, a filiação da história à literatura.

Assim, uma das contribuições foi dada por Gay em *O estilo da história*, que, realizando um estudo dos estilos de quatro historiadores clássicos – Gibbon, Macaulay, Ranke e Burckhardt –, indagou sobre a natureza do próprio conhecimento histórico: ciência ou arte, verdade ou ficção? Conclui sobre a natureza dual da história: ciência e arte simultaneamente.⁵⁷

Num ensaio precursor da epistemologia da história, Veyne em *Como se escreve a história*, reafirmou a propensão da história à narrativa e à literatura, sugerindo que o historiador, no seu ofício, agiria como o literato, tomado pela trama e pelo enredo urdido subjetivamente.⁵⁸ Ainda conforme a exposição de Veyne, o historiador deve se apropriar da noção de intriga, elaborada pela ficção, recurso que possibilitará uma compreensão aberta do real. É o narrador, por meio de sua intriga, que faz emergir do esquecimento a matéria desordenada de acontecimentos do real, pois atribui sentido aos fatos.

Assim, ao escolher os fatos que merecerão destaque na construção de suas tramas, o historiador não deixa de narrar segundo seu ponto de vista. Se tal visão literária da narrativa histórica pode ser interpretada como uma veleidade do historiador, não custa recorrer à autoridade de um consagrado escritor de romances, José Saramago, que escreveu:

[...] parece legítimo dizer que a História se apresenta como parente próxima da ficção, dado que, ao rarefazer o referencial, procede a omissões, portanto a modificações, estabelecendo assim com os acontecimentos relações que são novas na medida em que incompletas se estabeleceram. É interessante verificar que certas escolas históricas recentes sentiram como que uma espécie de inquietação sobre a legitimidade da História tal qual vinha sendo feita, introduzindo nela, como forma de esconjuro, se me é permitida a palavra, não apenas alguns processos expressivos da ficção, mas da própria poesia. Lendo esses historiadores, temos a impressão de estar perante um romancista da História, não no incorreto sentido da História romanceada, mas como o resultado duma insatisfação tão profunda que, para resolver-se, tivesse de abrir-se à imaginação.⁵⁹

⁵⁷ GAY, Peter. *O estilo da história*. Trad. De Denise Bottmann. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. p. 21-29.

⁵⁸ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Trad. de Alda Baltar e Maria A. Kneipp. Brasília: Ed. da UnB, 1982. p. 37-45.

⁵⁹ SARAMAGO, José. *História e ficção*. *Jornal de Letras, Artes e Idéias*, Lisboa: [s.n.], 1990. p. 7-19.

Ressalta-se que tal observação procede de um escritor de ficção, e ainda mais, um dos criadores daquilo que se convencionou chamar romance histórico contemporâneo, o que permite reforçar os laços de vizinhança entre história e literatura.

Retomando a discussão a partir do significado da narrativa e assumindo que um mundo exibido por uma obra ficcional é sempre um mundo temporal, Ricoeur afirma que “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal”.⁶⁰

Dessa maneira concebidas, historiografia e narrativa de ficção são formas de conhecimento do mundo, em sua temporalidade, o que levaria a contestar tanto as noções puramente estéticas da literatura quanto a idéia da escrita da história como discurso científico de natureza oposta à narrativa.

Ainda levando em consideração o aspecto tempo, tanto para o acontecimento quanto como para seu relato, Nunes, rastreando o pensamento de Ricoeur, argumenta:

[...] narrar é contar uma história, e contar uma história é desenrolar a experiência humana do tempo. A narrativa ficcional pode fazê-lo alterando o tempo cronológico por intermédio das variações imaginativas que a estrutura auto-reflexiva de seu discurso lhe possibilita, dada a diferença entre o plano do enunciado e o plano da enunciação. A narrativa histórica desenrola-o por força da mimeses, em que implica a elaboração do tempo histórico, ligando o tempo natural ao cronológico.⁶¹

Com a proposta de refletir sobre literatura na perspectiva da história social, Chalhoub e Pereira assumem a proposta de historicizar a obra literária – seja ela romance, seja conto, poesia ou crônica –, inserindo-a no movimento da sociedade, investigando suas redes de interlocução social, destrinchando não sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas a forma como constrói ou representa sua relação com a realidade social.⁶²

⁶⁰ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Trad. De Constança M. Cesar. Campinas: Papyrus, 1994. p. 15.

⁶¹ NUNES, Benedito. Narrativa histórica e narrativa ficcional. In: RIEDEL, Dirce Cortes (Org.). *Narrativa: ficção e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1988. p. 9-35.

⁶² CHALHOUB, Sidney, PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (Org.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 7-32.

A partir da análise de obras de Machado de Assis, José de Alencar, Mário de Andrade e Jorge Amado, entre outros, o livro organizado pelos autores citados argumenta que a obra literária é uma evidência histórica objetivamente determinada, ou seja, situada no processo histórico; necessita, portanto, ser adequadamente interrogada a partir de suas propriedades específicas: “Em suma, é preciso desnudar o rei, tomar a literatura sem reverências, sem reducionismos estéticos, dessacralizá-la, submetê-la ao interrogatório sistemático que é uma obrigação do nosso ofício. Para historiadores a literatura é, enfim, testemunho histórico.”⁶³

Indagando a historiografia do ângulo da lingüística, Barthes em *O rumor da língua*, interrogou sobre o real dos fatos no discurso histórico, considerando que ele próprio possuiu uma existência lingüística: é signo e discurso. Para o autor, diferentemente da literatura ficcional, a história fingiu ignorar o imaginário e a ideologia do eu narrador na reconstrução da interpretação dos fatos históricos.⁶⁴

Ainda segundo Barthes, a história deve ser vista, se não como ficção, pelo menos como discurso: “Essa narração [a história] difere realmente, por algum traço específico, por uma pertinência indubitável, da narração imaginária, tal como se pode encontrar na epopéia, no romance, no drama?”⁶⁵ indaga o semiólogo. Seu estudo das características fundadoras do discurso histórico responde que, do ponto de vista da estrutura, ambas as narrativas compartilham diversas características.

Para Santos, a distinção entre história e literatura já não mais se pode dar em função do valor e do privilégio da primeira estar com a verdade, pois esta, como já ensinava Foucault, não está localizada em um ponto tal que se possa segurá-la, ela jamais é fixa. Santos ainda afirma que,

⁶³ CHALHOUB; PEREIRA, op. cit., p. 7.

⁶⁴ BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 10-27.

⁶⁵ BARTHES, op. cit., p. 145.

[...] nessa perspectiva, há a desconfiança sobre a história enquanto campo de uma organização factual, de totalidade empírica, na qual se localizaria a verdade tal qual se acreditou existir, una e reconhecível, apesar de suas encenações várias. O pensar história como literatura situa-se no projeto, também histórico, de se desconstruir as garantias e as certezas dos métodos e análise dirigidos pela força da tradição, pela busca da origem, pela concepção de legado, pela credibilidade na influência e na autoria.⁶⁶

Nesse sentido, essas questões seriam enfrentadas, como em nenhuma outra obra, por White – *Meta-história: a imaginação histórica no século XIX*, na qual concentrou sua análise formalista dos historiadores oitocentistas Michelet, Ranke, Tocqueville e Burckhardt, bem como dos filósofos da história: Marx, Nietzsche e Croce. Isso para elaborar sua tese fundamental: a atividade do historiador seria ao mesmo tempo poética, científica e filosófica. Incorporou em sua narrativa argumentativa modelos de análises literários, como ele próprio fez com as obras daqueles pensadores citados, destacando seus enredos (romance, comédia, tragédia e sátira), seus tropos retóricos (metáfora, metonímia, sinédoque e ironia) e relacionando-os a modos de explicação e atitudes políticas.⁶⁷

No artigo intitulado “O texto histórico como artefato literário”, White resume bem suas posições, afirmando que

[...] tem havido uma relutância em considerar as narrativas históricas como o que elas mais manifestamente são: ficções verbais, cujos conteúdos são tão inventados como descobertos, e cujas formas têm mais em comum com suas contrapartidas na literatura que na ciência.⁶⁸

Mas isso não equivale para ele a tomar a ficção verbal da história como discurso destituído de valor; ao contrário, significa admitir que toda forma de conhecimento contém elementos de imaginação e ficção, que a poesia não é seu elemento oposto.

Também presente em *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*, talvez o ensaio mais desafiador de White, “O fardo da história”, questiona a concepção científica da

⁶⁶ SANTOS, Roberto Corrêa dos. *História como Literatura*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999. p. 129-135.

⁶⁷ WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica no século XIX*. Trad. de José Lourênio de Melo. São Paulo: Edusp, 1992. p. 20-31.

⁶⁸ WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: WHITE, Hayden e cols. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. de Alípio Correia de Franca Neto. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001. p. 97-116.

história seguindo um *insight* nietzchiano. De acordo com ele, a dessemelhança radical entre arte e ciência resultou de um mal-entendido promovido pelo medo que o artista romântico tinha da ciência e de um desdém que o cientista positivista votava à arte romântica.⁶⁹

Argumenta ainda que, por oposição à cultura historicizada ocidental e burguesa, ao pesadelo e ao fardo da consciência histórica na modernidade, as artes atuaram como uma força libertadora, ao afirmarem a contemporaneidade de toda experiência humana significativa, a exemplo de Kafka, Proust ou Virgínia Woolf.

Conclamando os historiadores a experimentarem destemidamente a visão artística, ainda que isso signifique um mergulho no imprevisível, White conclui:

[...] somente libertando a inteligência humana do senso histórico é que os homens estarão aptos a enfrentar os problemas do presente. As implicações de tudo isso para qualquer historiador que valoriza a visão artística como algo mais que mero divertimento são óbvias: ele tem de perguntar a si próprio de que modo pode participar dessa atividade libertadora, e se a sua participação acarreta forçosamente a destruição da própria história.⁷⁰

Em seus últimos escritos, White assumiu um tom menos provocativo, sem contudo abandonar a marca da radicalidade comum em suas teses fundamentais. Um bom exemplo disso é *Teoria literária e escrita da história*, em que o autor procura sistematizar as principais objeções levantadas pelos críticos à sua obra, tentando responder detidamente a cada uma.

Contra a acusação de destruir a diferença entre fato e ficção, e de assim abrir espaço para toda aventura historiográfica, esclarece que sua teoria apenas redefine as relações entre os dois dentro dos discursos:

[...] se não existem fatos brutos, mas eventos sob diferentes descrições, a factualidade torna-se questão dos protocolos descritivos para transformar eventos em fatos [...]. Os eventos acontecem, os fatos são constituídos pela descrição lingüística. O modo da linguagem usado para constituir os fatos pode ser formalizado e governado por regras, como nos discursos científicos e tradicionais; pode ser relativamente livre, como em todo discurso literário modernista ou pode ser uma combinação de práticas discursivas formalizadas e livres.⁷¹

⁶⁹ WHITE, Hayden. *O fardo da história*. In: Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura. 2. ed. p. 39-64.

⁷⁰ WHITE, op. cit., 2001, p. 52.

⁷¹ WHITE, Hayden. *Teoria literária e escrita da história*. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 21-

É interessante ressaltar que grande parte dos autores citados nessa exposição pertencem a uma vertente historiográfica em crescimento nas últimas décadas, a denominada *nova história cultural*, que, por sua vez, tem identificado a representação como um dos problemas centrais da disciplina, procurando respostas a uma pergunta crucial: como a narrativa histórica representa a realidade?⁷²

Nessa direção, a própria noção de documento, que sustentava a narrativa convencional, foi alvo de inúmeras interrogações, bem como foi realçado o papel ativo do historiador em sua recolha e interpretação, rompendo-se assim a idéia de que cabe a ele o simples registros dos testemunhos.⁷³

Nesse caso, não se trata de substituir a ficção pela história, mas de possibilitar uma aproximação poética em que todos os pontos de vista, contraditórios mas convergentes, estejam presentes, formando o que Steenmeijer chamou de representação totalizadora. Assim, a literatura pode ser considerada como uma leitora privilegiada dos acontecimentos históricos.⁷⁴

Segundo Lucas, a aliança da história com a literatura apresenta-se em dois modos patentes: primeiro, quando a literatura é, ela própria, um fenômeno histórico. Já se disse que “o valor de uma obra é seu lugar na História”; segundo, quando o fato histórico pode ser captado dentro da literatura, imanente ao texto. Há um caso extremo de realce do fator histórico na literatura no caso do romance histórico, gênero de eleição do Romantismo.

48. 1994.

⁷² HUNT, L. (Org.) *A nova história cultural*. Trad. de Jefferson L. Camargo. São Paulo: M. Fontes, 1992. p. 39.

⁷³ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. De Bernardo Leitão. Campinas: Unicamp, 1990, p. 12. Historiadores estrangeiros renomados têm experimentado práticas narrativas novas, enfatizando a natureza sempre parcial não só dos testemunhos utilizados como também do próprio ato discursivo. Livros como o de Le Roy Ladurie, *Carnival in romans*; Georges Duby, *The legend of Bouvines*; Natalie Davies, *The return of Martin Guerre*; Carlo Ginzburg, *O queijo e os vermes*; Simon Schama, *Citizens*, no exterior, ou brasileiros como os de Nicolau Sevcenko, *Orfeu extático na metrópole* e Emília Viotti da Costa, *Coroas de glória, lágrimas de sangue*, são exemplos de escritos históricos capazes de problematizar o passado sem submetê-lo às verdades incontestáveis dos escritos unitários.

⁷⁴ Citado por ESTEVES, Antonio R. Literatura e história: um diálogo produtivo. In: ZILÁ BERND, Jaques Migozzi. *Fronteiras do literário*. Niterói: Eduf, 1997. p. 65.

2.1 Fronteira entre literatura e história

Segundo a enciclopédia Einaudi, a origem da fronteira reside no movimento, que é próprio de cada ser vivo, e ela é por isso móvel. A fronteira não implica uma zona de paragem duradoura, mas a paragem perante a falta de condições vitais necessárias, ou, então, perante a resistência doutro movimento em sentido contrário. A fronteira poderá ser avançada se as condições vitais mudarem nesse sentido, ou, então, se o movimento em sentido contrário enfraquecer. A mobilidade é, portanto, um carácter intrínseco da fronteira, mesmo se algumas sociedades humanas tendem a fixar definitivamente suas próprias fronteiras.

Discute-se aqui a fronteira entre história e literatura. Infere-se que o termo *fronteira*, nesta pesquisa, não comporta o significado usual, mas uma das suas acepções refere-se a limite, extremo, fim. Nesse sentido, tem-se uma linha divisória rígida entre literatura e história.

Segundo Bosi:

Falar em ‘fronteiras’ da literatura dentro desse campo de interações é sempre recuar um pouco, é no fundo pensar em chão sólido de conceitos pelos quais tudo o que guarda um compromisso direto com a experiência (com a experiência consensualmente verificável) é não-ficção.⁷⁵

O termo fronteira, que será usado neste trabalho, é sinónimo de cruzamento. O verbete possui dois significados importantes. O primeiro identifica cruzamento como “intersecção de duas vias de circulação”, o que significa que a circulação dos dois discursos, historiográfico e literário no espaço textual. O segundo refere-se como “encontro de duas coisas”: a narrativa histórica e a narrativa literária.⁷⁶

Chaves, ao escrever sobre a fronteira existente entre o historiográfico e o literário, afirma:

⁷⁵ BOSI, Alfredo. *As fronteiras da literatura. Gêneros de fronteira*. Cruzamento entre o histórico e o literário. p. 12.

⁷⁶ Concorde-se com o uso do termo *fronteira* apresentado por Marília Conforto no seu livro *As faces da personagem escrava*; significação que também será utilizada na presente pesquisa.

A fronteira, aqui, não separa; antes, determina o ponto de convergência onde podemos observar a unidade da obra literária. Eis uma lição que, no Brasil, devemos primeiro a Augusto Meyer e logo depois a Antonio Candido: “Só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo. Sabemos, ainda, que o externo (no caso, o social) importa não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno”. Há pois um momento privilegiado em que as paralelas se cruzam e a ficção imaginária ilumina a realidade insatisfatória que lhe deu origem.⁷⁷

2.2 Narrador e personagens

Quando se pensa num romance e na sua estrutura, sabe-se que seus constituintes mais simples são: enredo, foco narrativo, personagens, tempo, espaço, etc. E, por se ter esses elementos, de certa forma, arraigados na nossa consciência, dificilmente pergunta-se – principalmente quando se trata de um romance histórico e, portanto, com uma estrutura diversificada – sobre a existência de um possível autor dentro do texto.

Não se quer com isso entrar em seu processo gerativo, na procura do ser biográfico, mas de uma persona ou sujeito ficcional que insurge no romance como uma voz que se desloca e, ao mesmo tempo, prende-se às personagens e à *diegese*. Sabe-se que o autor é *falado* (Lacan) no romance, pois suas escolhas lexicais, seu enredo, suas personagens e digressões são elementos que denunciam seu ser. O autor, assim como as personagens, também *representa papéis*.⁷⁸ Diante de seu papel, o autor cria consciências outras que se distanciam de seu ser biográfico e que, por vezes, inverte o papel e torna-se parte integrante do público, para se ver encenado no palco. Ou, nas palavras de Lima em *Persona e sujeito ficcional*: “Desloco-me de meu papel para que eu seja meu próprio voyeur”⁷⁹ (Grifo do autor.)

⁷⁷ CHAVES, op. cit.

⁷⁸ LIMA, Luiz Costa. 1990. Persona e sujeito ficcional. In: CONGRESSO DA ABRALIC, 2., Belo Horizonte, 1990. *Anais...* Belo Horizonte, 1990.

⁷⁹ Op. cit. P.127.

Há uma espécie de isomorfismo entre autor e persona, justamente porque cada ser tem seu papel na vida ou no romance. Assim como a personagem, do ponto de vista da literatura, apresenta muitas **máscaras**,⁸⁰ pois se constitui como **parasita do real**⁸¹ (grifo do autor) e, portanto, encarna “o papel” ou as atitudes e características humanas, o autor também, como ser enunciativo, desempenha, em seu desdobramento textual, papéis que o distanciam e ao mesmo tempo o aproximam de sua essência ou de sua persona.

Segundo Lima, o autor só se constitui como persona quando o mesmo cria *carapaças simbólicas do indivíduo*. É no exercício dos vários papéis que o homem se constitui e marca sua alteridade, quer real, quer ficcional. O papel do autor (ser biográfico) é recriar o mundo (ficcional) como possibilidade discursiva. Numa relação hierarquizada, teria-se aquele que cria (autor) e aquele que é criado (persona), mas, quando esses dois elementos estão inseridos num texto, ambos se constituem e se definem como seres sígnicos. Poder-se-ia dizer, então, que o autor biográfico cria uma espécie de persona-autor, que se interpõe textualmente num desdobramento metalingüístico.

Chiappini,⁸² ao sistematizar alguns teóricos em literatura, para referenciar a questão do autor, utiliza os conceitos de Booth, em *A retórica da ficção*, e de Dal Farra, em *O narrador ensimesmado*, os quais explicitam a existência de um autor implícito.⁸³ Nesses estudos, Booth menciona:

[...] o autor não desaparece mas se mascara constantemente, atrás de uma personagem ou de uma voz narrativa que representa. A ele devemos a categoria de autor implícito, extremamente útil para dar conta do eterno recuo do narrador e do jogo de máscaras que se trava entre os vários níveis da narração.⁸⁴

⁸⁰ “*Persona(ae)* era a máscara de madeira usada pelos atores gregos [...] por transporte semântico, depois a palavra designou a configuração externa do ser, o contorno, o físico, [...]” Não confundir com *persona* descrita por Luiz Costa Lima, cujo correlato está para “papel”.

⁸¹ ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999. p. 89.

⁸² LEITE, M.; CHIAPPINI, Lígia. *O foco narrativo*. São Paulo: Ática, 1991.

⁸³ É preciso ressaltar que a fonte pesquisada no que se refere ao autor implícito é de segunda mão, devido à dificuldade de consultar a fonte primária.

⁸⁴ LEITE, M.; CHIAPPINI, Lígia. *O foco narrativo*. São Paulo: Ática, 1991. p. 18.

De forma correlata a Lima, Dal Farra, em *O narrador ensimesmado*, afirma que o autor é um manejador de disfarces, que encoberto pela ficção insurge do interior da narrativa denunciando sua presença pela escolha sígnica, da pontuação e das personagens que cria para deixar sua marca.

Mas esse jogo entre autor implícito, narrador e personagens só pode ser feito por meio do leitor. Ao discutir o conceito de Booth, Chiappini diz que o deslocamento do ponto de vista pode, a princípio, nos confundir, pois corremos o risco de cair em psicologismos ou confundir personagens com pessoas, ou, ainda, confundir autor real com autor ficcional. Segundo a autora, Booth tomou os devidos cuidados ao considerar a obra na sua materialidade. E acrescenta ainda que,

o AUTOR IMPLÍCITO é uma imagem do autor real criada pela escrita, e é ele que comanda os movimentos do NARRADOR, das personagens, dos acontecimentos narrados, do tempo cronológico e psicológico, do espaço e da linguagem em que se narram indiretamente os fatos ou em que se expressam diretamente as personagens envolvidas na HISTÓRIA.⁸⁵

Essa imagem ou essa *persona*, criada pelo autor, abre espaço para se pensar o sentido de orquestração. Um deus criador surge para delinear um mundo sígnico, sua presença só pode ser percebida quando mediada por um leitor, mas é forte o suficiente para impor-se para além e aquém das amarras de um narrador, de uma personagem ou de um ser real, biográfico, para ser uma presença, um desdobramento metalingüístico.

Em *Lector in fábula*, Eco define o autor-modelo como aquele que coopera com o texto, com o intuito de atualizar ou preencher os vazios e os índices que o texto carrega.

Segundo Eco, “o texto é uma máquina preguiçosa que exige do leitor um trabalho cooperativo para preencher espaços do não-dito ou do já dito que ficaram, por assim dizer, em branco, então o texto simplesmente não passa de uma máquina pressuposicional”.⁸⁶

⁸⁵ Op. cit., p. 19.

⁸⁶ ECO, op. cit., p. 11.

O autor (ser biográfico), ao criar seu universo ficcional, pressupõe um leitor-modelo com a competência necessária para decodificar os variados meandros sígnicos de seu texto. Trata-se de uma estratégia discursiva,⁸⁷ na qual o texto prevê não só o leitor-modelo, mas também o autor-modelo. Assim, leitor e autor, ao cooperarem entre si, desempenham papéis no processo de construção textual.

A presença de um autor-modelo num texto se deve a certas conotações que indiciam sua presença. Essas conotações são facilmente observadas quando temos em um leitor cujo repertório crítico é ativo, isto é, capaz de operar o código metalingüisticamente. Sua presença deriva de uma relação dialética entre o repertório de informação dado pelo emissor em relação ao receptor: “Uma mensagem organiza-se de modo a provocar reconhecimento de conceitos e formas já adquiridas pelo receptor porque fazem parte do senso comum, da cultura.”⁸⁸

O emissor, quando combina seus signos, não o faz gratuitamente, o autor-modelo já estava previsto intencionalmente, mas só o percebemos quando o leitor-modelo o decodifica metalingüisticamente.

Sendo assim, os pressupostos utilizados por Eco, ao tratar do autor-modelo, podem ter uma correlação com uma voz metalingüística, que discute seu fazer textual. O mito do *eu* do autor só se concretiza pelo leitor e pela metalingüagem. Há uma espécie de dialogia entre leitor e texto para se chegar ao autor-modelo. É o que observa Ferrara, em *A estratégia dos signos*:

Na linguagem dialógica, escritura e leitura, emissor e receptor se suplementam, a escritura solicita e comanda um suplemento de escritura. Este dobrar e desdobrar de leitura, essa espécie de repetição da mesma prática parece apagar toda a novidade do discurso, mas, na realidade, constitui toda a especificidade da linguagem dialógica ou da moderna prática da linguagem.⁸⁹

Embora a autora explicita o dialogismo como forma paródica, sua análise também é pertinente para o autor-modelo. Na paródia, quem opera o código ou faz a dupla leitura entre

⁸⁷ ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999. p. 31.

⁸⁸ CHALHUB, Samira. *Funções de linguagem*. São Paulo: Ática, 1995. p. 15.

⁸⁹ FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. *A estratégia dos signos*. São Paulo: Perspectiva, 1986. p. 89.

o texto-fonte e o texto parodiado é o leitor. Se ele não tiver o conhecimento prévio do texto-fonte, a paródia não existe para esse leitor. Ao mesmo tempo, a paródia não deixa de ser um desdobramento metalingüístico. Por isso, Eco apresenta os níveis de cooperação textual como estratégia discursiva, para que haja a existência desse autor-modelo, mas isso decorre, antes de tudo, do diálogo entre o leitor sagaz e o texto. Ou, nas palavras de Ferrara, “a metalinguagem coloca em evidência outro aspecto estrutural do dialogismo: a leitura”.⁹⁰ E desse diálogo pode-se concluir que o autor-modelo também pode ser uma faceta da metalinguagem.

Finalmente, pode-se dizer que essa voz que se insere nos romances não pode ser confundida com seu autor (ser biográfico). Trata-se, na realidade, de uma estratégia discursiva criada intencionalmente por seu autor biográfico, com o intuito de fazer com seu leitor perceba sua presença e que, por sua vez, inscreve-se metalingüisticamente e, também, que esse *alter ego* reflexivo do autor possibilita o encaminhamento temático e inter/extratextual do romance e das personagens. Considera-se a classificação feita por Eco, quanto ao autor-modelo, no que concerne à estratégia discursiva prevista pelo autor e da participação do autor-modelo, como parte integrante desse processo. Por outro lado, considera-se válida, também, a classificação de autor-implícito, sistematizada por Chiappini ao estudar Booth e Dal Farra, ao explicitar que o autor-implícito “é uma imagem do autor real criada pela escrita”,⁹¹ e que o mesmo só pode existir com a presença do leitor. Como diria Lima, o papel do autor (ser biográfico) é recriar um universo ficcional como possibilidade discursiva e ao fazê-lo desdobra de si mesmo um *eu* que é um *outro*.

Lima, no conjunto de ensaios que define como *trilogia do imaginário*, publicada ao longo da década de 80, acredita que a criação literária ocidental se processa sob o veto do ficcional, e que a tematização do tempo é também o traço essencial da narrativa histórica. O

⁹⁰ Op. cit., p. 80.

⁹¹ LEITE; CHIAPPINI, op. cit., p. 19.

último parágrafo aponta para o mesmo caminho, lembrando a proximidade de origem e de configuração do romance e da história:

[...] é interessante notar que o desenvolvimento do romance se dá *pari passu* com o desenvolvimento da escrita da história. História e romance são formas discursivas firmadas sobre o mesmo veículo: a prosa narrativa. Daí mesmo a dificuldade de perceber-se e aceitar-se sua inscrição em campos discursivos diversos, sujeitos a exigências distintas, em vez da tendência mais freqüente de subordinar uma à outra. (Historicamente, essa tendência sempre se fez no sentido de subordinar o romance à verdade da história).⁹²

⁹² LIMA, L.C. A questão da narrativa. In: _____. *Pensando nos trópicos*. Rio de Janeiro, Rocco, 1991. p. 140.

3 A LITERATURA NARRA A HISTÓRIA

O presente trabalho se debruça sobre a análise da obra que inaugurou o romance gaúcho, *A divina pastora*, escrita em 1847, e *O Corsário*, escrito em 1849, ambas de autoria de José Antonio do Valle Caldre e Fião, ambientadas na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, no período imperial, logo após o término da Revolução Farroupilha (1845). Nos romances, foram retratados a fisionomia dos pampas, o mito, o herói, o anti-herói, a donzela desprotegida, a história, o povo e o gaúcho, com seus costumes, sua cultura, seus ideais éticos e humanitários. Até o autor se revela homem sensível aos anseios de liberdade, sempre disposto a ajudar humanitariamente os escravos, os pobres e os necessitados. O foco de análise faz-se sobre a tênue fronteira existente entre história e literatura. Procura-se evidenciar as maneiras encontradas pela literatura para revelar os aspectos históricos e os papéis sociais através dos diversos discursos apresentados pela narrativa.

Considera-se importante retratar o contexto histórico do período em que as obras foram publicadas, para se compreender o espaço circundante do narrador e das personagens. Tratamos por espaço para referirmos ao tempo das obras, onde foram escritas, para quem foram escritas.

Os efervescentes anos de fundação da literatura brasileira produziram um intenso debate que evidencia tanto as tentativas de definir a cor local quanto os primeiros esforços de construção de uma história literária no País. A coincidência entre o processo de independência e a busca de definição da especificidade da literatura gerou um movimento na cultura voltado para buscar os pressupostos tanto da história propriamente dita quanto os da história literária.

Nesse esforço de delimitação metodológica dos fundamentos de uma história literária, os textos pioneiros de Domingos Gonçalves de Magalhães (1811-1882), “Ensaio

sobre a história da literatura do Brasil” (1836), e de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), “Ensaio histórico sobre as letras no Brasil” (1847), tornaram-se responsáveis por traçar “esquemas cronológicos que serviram de base à construção de uma periodologia”, veiculando, diz Nunes,⁹³ pressupostos que contribuíram para estabelecer uma tradição canônica romântica.

“Ensaio sobre a história da literatura do Brasil” foi publicado em 1836, no período entre a Segunda Regência e a Maioridade, quando o autor encontra-se em Paris, completando sua formação estudantil. Nesse momento, as elites políticas locais já se articulavam em torno da possibilidade de decretar a maioridade do príncipe regente, lidando com uma frente de batalha dupla, tanto contra as ameaças de recolonização do país pelos portugueses, como contra o radicalismo político das revoluções regenciais. Ressalte-se ainda que, naquela época, a consciência de pertencer à unidade territorial não estava ainda consolidada na cultura. A publicação do artigo de Magalhães coincide tanto com as manobras políticas no sentido de conter a “maré” revolucionária, republicana e abolicionista, quanto de formar e revelar um sentimento de unidade nacional, fundamental para as medidas de controle da economia e da política brasileiras, empreendidas por um governo central.

Nesse período germinal da historiografia literária e de definição da literatura brasileira, o artigo de Magalhães fundamenta suas motivações não necessariamente numa empreitada voltada para traçar um balanço exaustivo dos períodos, das obras literárias e dos autores da história, autodefinindo-se, antes, como um *projeto de historiografia*, uma *sondagem* sobre a origem e o progresso da literatura. O texto levanta uma série de questões a respeito dos critérios em torno dos quais a história literária deveria assentar seus pressupostos, traçando um esboço prévio para as histórias literárias que o seguiram.

Tributário em grande medida do texto de Denis, “Resumo da história da literatura brasileira” (1826), Magalhães pressupõe uma ancestral e ‘instintiva’ evolução da inteligência brasileira que, segundo ele, viera se constituindo já com os aborígenes, mas que teria sido

⁹³ NUNES, Benedito. *Crivo de papel*. São Paulo: Ática, 1998.

abortada pela invasão portuguesa. Propõe, com isso, que uma história literária deve teorizar o espírito de cada época, procurando averiguar as modificações sofridas ao longo de seu desenvolvimento, desde sua origem.

Para tanto, adota a convicção anacrônica de que, no Brasil, teria havido, desde a Colônia, uma literatura brasileira com peculiaridades próprias, mas que, em contato com a portuguesa, teria sofrido modificações que fizeram com que sua especificidade desaparecesse. Uma história literária brasileira deveria, assim, averiguar quais foram as mudanças sofridas pelo que se concebe como expansão da *inteligência brasileira* em cada uma de suas fases.

Assim, entre os pressupostos que levanta a respeito dos critérios de construção da história literária, destina um lugar de destaque à filosofia da história, cabendo-lhe analisar “qual a sua origem, seu progresso, seu caráter e suas fases”, além de observar os “homens que a cultivaram e as circunstâncias que a tolheram ou favoreceram seu florescimento”. Para Magalhães, uma vez que cada época é determinada por um espírito, ou uma razão própria, a filosofia da história deve também fazer um levantamento das obras e dos autores representativos de cada época:

Por um espírito de contágio, uma idéia lavra entre os homens de uma época; reúne-os em crenças, em pensamentos se harmonizam e para um só fim tendem. Cada época representa então uma idéia que marcha escoltada doutras, que lhe são subalternas, como Saturno rodeado de satélites, ela contém e explica as outras idéias como as premissas no raciocínio contém e explicam a conclusão. Essa idéia é o espírito, o pensamento mais íntimo de sua época.⁹⁴

Não obstante, a certa altura de seu texto, o autor desiste da empreitada de avaliar a idéia que teria marcado as modificações de cada fase da literatura, alegando carência de documentação. Essa espécie de fuga do problema proposto pela discussão, realizada por meio do questionamento de seus princípios mais legítimos, pode ser melhor compreendida na evidência de que o texto, ao se apoiar na romântica correspondência entre as origens da

⁹⁴ MAGALHÃES, Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. *Niterói, Revista Brasiliense*, versão facsimilada pela Biblioteca da Academia Paulista de Letras, p. 134-135, 1978, t. 1.

tradição de um povo com sua literatura, funciona objetivamente como programa de definição da nacionalidade em literatura.

Dessa forma, apesar de anunciar, em sua introdução, que seu objetivo seria averiguar qual a razão que marca os diversos períodos da história literária brasileira, Magalhães, ao longo de seu texto, abandona essa intenção, submetendo a história dessa literatura a um programa de definição de sua especificidade. Mas esse abandono da filosofia da história, em favor de um programa de definição da cor local, não se restringe a Magalhães, mas foi, antes, uma ruptura gestada nos momentos iniciais dessa metodologia, num período anterior à ascensão da burguesia como classe dominante.

Na passagem do século XVIII para o XIX, o nascimento da história literária foi antes de tudo uma reação contra a antiga concepção de tempo, como um fenômeno circular que repete o passado no presente, reproduzindo categorias e abstrações universais, tomadas como fundamentos de uma verdade absoluta e sagrada. Proposta inicialmente por Herder, por volta de 1770, quando da vigência do movimento romântico alemão, *Sturm und Drang*, e levado a cabo posteriormente pelo idealismo alemão, especialmente por Schiller e Goethe, a moderna concepção da história baseia-se no conceito de *Bildung* (formação e cultura), formulado em estreita relação com o de filosofia da história.

De acordo com os pressupostos do idealismo alemão, o processo de formação da sociedade e da literatura de um povo obedeceria a um princípio orgânico, análogo ao dos fenômenos naturais, nascendo, amadurecendo e degenerando-se ao longo de uma cadeia evolutiva, mas de tal forma que cada uma de suas épocas seria regida por leis próprias e singulares. Assim, a história se desenrolaria estabelecendo relações de causa e efeito entre um período anterior e o seguinte, movida por forças relativas e particulares, determinadas pelos traços típicos de cada fase da sociedade.

Em seus momentos iniciais, a história literária buscou assentar seus fundamentos, ressaltando a necessidade de se levantar os nexos que a ligam à história da literatura mundial. Obcecados pela idéia de uma *essência* original ou de *idéias primordiais* regendo a formação dos fenômenos, os românticos alemães prescrevem que a história literária averigüe os nexos factuais que podem ligar um período dado a outro remoto, por meio de estudos comparativos, que pudessem estabelecer as inter-relações fundantes de uma cultura com a de outra anterior.

A aceitação de que haveria uma essência orgânica regendo a harmonia entre os contrários pressupõe, conforme Steiner,⁹⁵ a universalidade comum das leis de regulação dos fenômenos, a literatura entre eles, e, simultaneamente, a necessidade de estudar as conexões, os contrastes e a harmonia entre uma cultura e o sistema mundial em que ela se insere.

Assim, as formulações iniciais de uma história literária não se dissociavam da história universal. Ressaltavam-se, antes, os nexos entre ambas, adotando como metodologia a comparação entre as diversas literaturas do mundo. Os idealistas românticos procuram com isso averiguar o legado de uma na outra, pressupondo um entrelaçamento dos acontecimentos nas regiões do mundo, de tal sorte que estas só podem ser compreendidas, numa expressão de Elias, “no quadro de referência da humanidade como um todo”.

É nesse sentido que o princípio de originalidade das leis que regem a cultura leva a teoria idealista da história a dividir a literatura de um povo em fases e conceber que cada uma delas seria determinada, conforme Jauss, por uma idéia fundamental, interligando todos os acontecimentos do mundo, até que tal idéia seja substituída por outra razão própria que marcaria uma nova fase e a superação da anterior.

Se a história se constrói como uma linha evolutiva no processo de formação de uma cultura, a filosofia da história seria o conhecimento do desenrolar desse processo ou, conforme a formulação de Schelling,⁹⁶ a história deveria compreender as leis que regem a

⁹⁵ STEINER, Georg. *Nenhuma paixão desperdiçada*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 153.

⁹⁶ SCHLEGEL, Friedrich. *Conversas sobre poesia e outros fragmentos*. São Paulo: Iluminuras, 1994. p. 45.

formação da cultura, acompanhando todas as etapas de sua formação, indo de etapa em etapa até chegar a uma provável *fonte original*.

Essa concepção evolutiva da história de um povo e de sua literatura coincide, como se sabe, com o apogeu do capitalismo industrial, quando a burguesia caminha para tomar o poder e firmar-se como classe hegemônica. Para Elias, a imagem da burguesia industrial, como classe social em ascensão, foi simbolicamente apreendida, no plano das idéias, como evolução da inteligência da humanidade.

Nesse momento, o domínio da técnica e da natureza e a iminência de ascensão da burguesia contribuem para disseminar o sentimento de que a cultura avançava e que, por isso, cada povo seria devedor de eras passadas que, de um ou de outro modo, teriam contribuído para o progresso da humanidade. Diante dessa leitura, a história universal justificava-se “com o argumento de que a concatenação dos eventos que tinham levado às circunstâncias das gerações atuais só podia ser entendida quando fosse reconhecido [...] que ‘uma longa cadeia de eventos, interligados como causas e efeitos, estende-se desde o presente até os primórdios da raça humana’.”

No entanto, mesmo que em seus primórdios a história literária tenha sido concebida em estreita conexão com a filosofia da história, imediatamente depois a primeira delas desliga-se da segunda. Com isso, a história literária deixa de observar os nexos causais que ligam uma série de acontecimentos numa longa cadeia histórica. Ao falar em filosofia da história, os momentos germinais da história literária pressupunham que o acompanhamento cronológico dos autores e de suas obras, ao longo de uma cadeia temporal, dependia da averiguação dos princípios sociais, culturais e políticos que ligam as fases de uma literatura às da literatura mundial.

Dependia também da comparação entre os traços básicos dessa literatura dada com os que norteiam as literaturas de todo o mundo, procedimento capaz de fornecer o

entrelaçamento factual entre elas e, com isso, a medida do progresso da humanidade. No entanto, ao longo do século XIX, esse imbricamento entre filosofia da história, história da literatura e literatura comparada desapareceu, cedendo lugar e esbarrando no isolamento da história no âmbito da cultura, sem que se ressaltassem suas inter-relações com a história política e social. Ao mesmo tempo, verificou-se que a história literária aderiu, em todo o Ocidente, à ideologia nacionalista.

A retirada da história literária do âmbito político e seu conseqüente alheamento na esfera da cultura, sobretudo na religião, na ciência, na arquitetura, na filosofia e na literatura, devem-se, para Elias,⁹⁷ ao fato de que, no século XVIII, a história política e os assuntos dos Estados absolutistas eram de competência dos membros da nobreza, configurando um espaço que simbolizava, para os membros da burguesia ilustrada, a “área de sua humilhação e de sua falta de liberdade”.

3.1 A Província de São Pedro

A vida econômica e social brasileira, após a independência, apresentava-se como uma sociedade tradicional, patrimonialista, latifundiária, conservadora e escravista. No período entre 1822 até 1840, o Brasil viveu em permanente instabilidade política, não apresentando grandes modificações no plano social e econômico.

Inicialmente, o processo de independência do Brasil monopolizou os esforços políticos e ideológicos das elites intelectuais brasileiras. A ruptura cultural e política com Portugal e a formação de um grande império americano teriam reflexos nas representações ideológicas. Nessa época, sobretudo no Brasil, a literatura identificava-se com a poesia e era vista, por muitos, como a mais elevada expressão cultural e espiritual de um povo e de uma nação.

⁹⁷ Elias, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução dos habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997. p. 121.

Segundo Maestri,⁹⁸ após a definitiva independência de Portugal, a inclusão da literatura brasileira, como uma página da literatura portuguesa, pretensão de muitos autores da época, era considerada pelos senhores da nova nação como sinônimo de subserviência colonial. Para as elites brasileiras, a construção de uma literatura nacional, de uma cenografia nacional, de uma historiografia nacional, de uma arquitetura nacional era consequência lógica da conclusão do processo de emancipação iniciado em 1822 e concluído em 1831.

O tardio desenvolvimento do capitalismo no Brasil e os interesses dos senhores escravistas impediram que se suprimisse mais cedo a escravatura. No início do século XIX, apenas alguns segmentos da pequena burguesia urbana, timidamente, é que se opuseram à escravidão. A abolição acabou se impondo como realidade. O Império resistiu sempre a uma abolição brusca, com medo de abalar os fundamentos da propriedade, mesmo quando fatores importantes, como a pressão inglesa e o progresso da cafeicultura paulista em ritmo empresarial, passaram a favorecê-la. A abolição do tráfico, em 1850, constituiu-se no marco precursor mais importante da abolição: além de ter encarecido consideravelmente o escravo, colocou em disponibilidade consideráveis parcelas de capital, para investimento na indústria, no comércio e na agricultura.

Quatro grandes movimentos provinciais ameaçaram a unidade do País: a Cabanagem, que explodiu na Província do Pará em 1835; a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul, que durou de 1835 a 1845; a Sabinada, na Bahia, no período de 1837 e 1838 e a Balaiada, no Maranhão, de 1838 a 1841.

Cabe, agora, antes de aprofundar a questão Farroupilha, cenário dos romances em análise, lembrar o panorama sul-rio-grandense para melhor se contextualizar esta pesquisa.

A história do Rio Grande do Sul começou bem antes da efetiva ocupação de seu território pelos portugueses. Inicialmente, o estado era uma “terra de ninguém”, de difícil acesso e muito pouco povoada. Vagavam por suas pradarias os índios guaranis, charruas e

⁹⁸ MAESTRI, Mário. *Uma história do Brasil: Império*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 65.

tapes e, vez por outra, aventureiros que penetravam em seu território em busca de índios para apresar e escravizar. Esse quadro foi modificado com a chegada dos padres jesuítas que, no início do século XVII, na região formada pelos atuais estados do Rio Grande do Sul e Paraná, e pela Argentina e Paraguai, fundaram as Missões jesuíticas. Nelas se reuniam, em torno de pequenos grupos de religiosos, grandes levadas de índios guaranis convertidos. Procurando garantir a alimentação desses índios, os jesuítas introduziram o gado em suas reduções. O clima e a vegetação propícios fizeram com que o gado se multiplicasse. Com isso, a região passou a oferecer dois atrativos para os que apresavam índios: os próprios índios e o gado.

Até 1640, várias expedições vindas de São Paulo estiveram no Rio Grande, para capturar índios e gado, provocando o desmantelamento das Missões existentes no atual estado. Nessa época, os índios, comandados pelos jesuítas, derrotaram os chamados bandeirantes e as missões tiveram mais de cem anos de paz. Ao final do século XVII, devido aos constantes conflitos de fronteira entre Portugal e Espanha, os jesuítas resolveram concentrar a população indígena convertida em uma área que consideravam mais segura, e escolheram a zona localizada na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. Foram criados os Sete Povos das Missões. Mas a prosperidade desses povos, que funcionavam independentemente das coroas portuguesa e espanhola, terminou por decretar seu fim. Em 1750, um tratado firmado entre os dois países estabeleceu que a região das Missões passaria à posse de Portugal, em troca da Colônia de Sacramento, que havia sido fundada pelos portugueses em 1680 nas margens do rio da Prata, defronte a Buenos Aires. Embora tenha havido resistência por parte de padres e índios, as Missões foram desmanteladas. Mas deixaram um legado que, por muito tempo, seria a base da economia do Rio Grande do Sul: os grandes rebanhos de bovinos e cavalos, criados soltos pelas pradarias. Esses rebanhos atraíram os colonizadores portugueses, que passaram a se instalar na região de forma sistemática a partir de 1726.

A descoberta das minas de ouro em Minas Gerais, posteriormente, criou uma grande demanda pelo gado da região, e consolidou a ocupação do território. Naquela época, a célula básica da comunidade gaúcha eram as estâncias, sempre com grandes extensões, onde o gado era criado. Em 1740, chegou à região do atual Rio Grande do Sul o primeiro grupo organizado de povoadores. Vindos da ilha dos Açores, contavam com o apoio oficial do governo, que pretendia que se instalassem na vasta área onde anteriormente estavam situadas as Missões. Mas as dificuldades de transporte fizeram com que terminassem por se fixar na área onde hoje está Porto Alegre, a capital do estado. Praticando a agricultura de pequena propriedade, não encontraram, em um território em que cada estância funcionava como uma célula independente, mercado para seus produtos, e terminaram por se integrar à economia voltada para a pecuária.

Posteriormente, em 1780, um fato iria reforçar ainda mais o caráter rural da vida do atual estado. Foi criada a primeira charqueada comercial em Pelotas. Aos poucos, o charque se tornou o principal produto de exportação do Rio Grande, sendo enviado para as demais regiões do País. Essa situação começou a ser modificada no início do século XIX. A estrutura econômica do Brasil de então se baseava na exportação dos produtos agrícolas plantados em grandes propriedades por trabalhadores escravos. O Rio Grande fornecia o charque para esses trabalhadores, e também para os moradores pobres das grandes cidades. Mas, a partir da década de 20 do século passado, o governo brasileiro resolveu estimular a vinda de imigrantes europeus, para formar uma camada social de homens livres que tivessem habilitação profissional, e pudessem oferecer ao País os produtos que até então tinham que ser importados, ou que eram produzidos em escala mínima. Isso significa que o governo queria trazer pequenos produtores – para fornecer alimentos para as cidades – e artesãos. A idéia, apoiada por alguns, era rejeitada pelos senhores de escravos, que temiam que os trabalhadores livres “fossem um mau exemplo”, demonstrando que o trabalho pago produzia mais e melhor

que o escravo. Moradores de regiões mais ao Norte do País, os grandes senhores de escravos, conseguiram impedir que os imigrantes fossem destinados às suas regiões. Por isso, o governo terminou por levá-los para o Rio Grande do Sul, que estava situado à margem do grande eixo econômico, no centro do País.

Os primeiros imigrantes que chegaram foram os alemães, em 1824. Eles foram assentados em glebas de terras situadas nas proximidades da capital gaúcha. E, em pouco tempo, começaram a mudar o perfil da economia do atual estado. Primeiramente, introduziram o artesanato em uma escala que, até então, nunca fora praticada. Depois, estabeleceram laços comerciais com seus países de origem, que terminaram por beneficiar o Rio Grande. Pela primeira vez havia, no País, uma região em que predominavam homens livres, que viviam de seu trabalho, e não da exploração do trabalho alheio.

As levas de imigrantes se sucederam, e aos poucos transformaram o perfil do Rio Grande. Trouxeram a agricultura de pequena propriedade e o artesanato. Por meio dessas atividades, consolidaram um mercado interno e desenvolveram a camada média da população. E, embora o poder político ainda fosse detido pelos grandes senhores das estâncias e charqueadas, o poder econômico dos imigrantes foi, aos poucos, se consolidando. Durante a fase inicial da colonização alemã, um fato iria abalar a política e a economia do Rio Grande, causando reflexos políticos no centro do País e até nos países vizinhos. Foi a Revolução Farroupilha, que durou de 1835 a 1845.

Como pano de fundo das obras em análise nesta pesquisa, a Revolução Farroupilha merece destaque e contextualização. Também chamada Guerra dos Farrapos, explodiu no RS e foi a mais longa revolta brasileira. Durou dez anos, e uma das suas principais causas foram os problemas econômicos da classe dominante. O Rio grande do Sul tinha uma economia baseada na criação de gado e vivia, sobretudo, da produção do charque. Este era vendido nas diversas províncias brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e na Região

Nordeste), para a alimentação dos escravos. Os produtores gaúchos, donos de imensas estâncias, reclamavam duramente do governo do Império contra a concorrência que sofria do Uruguai e da Argentina, países que também produziam e vendiam charque para as províncias brasileiras. Como os impostos de importação eram baixos, os produtos importados do Uruguai e da Argentina chegaram a custar menos que a carne do Rio Grande do Sul. A concorrência estava arruinando a economia gaúcha.

Os poderosos estancieiros gaúchos queriam que o governo do Império protegesse a pecuária do Rio Grande e dificultasse a entrada do charque argentino e uruguaio no Brasil. Essa mesma elite de grandes estancieiros também brigava com o governo do Império por uma maior liberdade administrativa para o Rio Grande do Sul. Entre os principais líderes dos farroupilhas destacaram-se Bento Gonçalves, David Canabarro e José Garibaldi.

Em 1835, Bento Gonçalves comandou as tropas farroupilhas que dominaram Porto Alegre, capital da província. O governo do império reagiu energicamente, mas não teve forças suficientes para derrubar os farroupilhas. A rebelião expandiu-se e, em 1836, fundou a República Rio Grandense, também chamada República de Piratini. O momento máximo da expansão do movimento farroupilha deu-se em 1839, com a conquista de Santa Catarina e a fundação da República Juliana, sob o comando de David Canabarro e Garibaldi.

A Revolução Farroupilha só foi contida a partir de 1842, por meio da ação militar de Luís Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias. Além da ação militar, Caxias procurou entrar em acordo com os líderes farroupilhas. Em dia 1º de março de 1845, já durante o Segundo Reinado, celebrou-se o acordo de paz entre as tropas imperiais (comandadas por Caxias) e as forças farroupilhas.

Voltando ao contexto nacional, o Segundo Reinado pode ser dividido em três momentos: de 1840 a 1850 – período da consolidação do Império, marcado pela criação de leis voltadas para a ordem, até então ameaçada pelos movimentos populares. Dentro desse

contexto, os romances de Caldre e Fião foram escritos: *A divina pastora* (1847) e *O Corsário* (1849); de 1850 a 1870 – período da estabilidade geral, marcado pelo desenvolvimento da economia cafeeira e por uma série de realizações materiais feitas pelos grandes proprietários rurais capitalistas; de 1870 a 1889 – declínio da monarquia, quando começaram a se desenvolver a propaganda e o movimento republicano, que puseram fim ao Império. Entre as principais medidas, os liberais procuraram pacificar o País, concedendo anistia a todos os implicados nas rebeliões regenciais. A Câmara, formada em sua maioria por conservadores, opunha-se ao gabinete liberal. Valendo-se do poder Moderador, o imperador dissolveu a Câmara e convocou novas eleições a qualquer custo, utilizando-se de todos os meios possíveis. Novos presidentes foram nomeados para as províncias; juízes de direito e delegados foram substituídos. Todas essas mudanças tinham o objetivo de intimidar o eleitorado e garantir a vitória para os liberais.

Os liberais de São Paulo esperavam ajuda dos liberais das Províncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro e dos farroupilhas que ainda lutavam contra o Império no Sul do País. Em 17 de março, Tobias de Aguiar, em Sorocaba, foi proclamado presidente provisório da província. Os liberais paulistas já estavam derrotados quando os de Minas entraram na luta. Comandada pelos liberais moderados José Feliciano Pinto e Nunes Galvão, receberam o apoio do liberal exaltado Teófilo Ottoni. Os liberais das duas províncias foram presos e anistiados em 1844 pelo imperador. Pouco a pouco, foram se integrando à nova ordem imperial e aceitando a centralização do poder. De 1844 a 1848, quando dominaram o poder, os liberais utilizaram as mesmas leis reacionárias que haviam combatido. O Brasil escravocrata tinha preconceitos contra o trabalho manual; por isso, quase não havia escolas técnicas no País. O ideal educativo de nossa sociedade patriarcal era o bacharel, com sua retórica vazia e pomposa. No Parlamento, e nos altos cargos do Estado, predominavam os bacharéis. O revezamento dos partidos no poder, as disputas entre as elites e a necessidade de

progresso material no País requeriam uma estabilidade do Estado, que era dada pelo imperador e pela burocracia estatal.

A prática de conciliação foi muito comum ao longo de toda a história do Brasil. Embora se tenha tentado confundir a noção de conciliação com a de entendimento, ambas são distintas. Numa conciliação, os grupos dirigentes, sem muito contato popular, sem diferenças econômicas, sociais ou partidárias profundas entre si, desejam por trégua à recomposição de forças, para impedir que outros setores sociais, ou mesmo as disputas entre os grupos dominantes, pudessem criar dificuldades para a situação vigente. Portanto, conciliação é um arranjo, um acordo entre elites dominantes, sem consulta ou apoio popular, um pouco contra o próprio povo.

Tanto liberais como conservadores podiam participar do mesmo governo, defendendo o centralismo progressista, que lhes dava cargos governamentais. A década de 1850 foi marcada pela conciliação e pelo progresso material que beneficiava os grupos dominantes. A conciliação começou a declinar com a morte do Marquês de Paraná e com o abalo provocado pelas quebras no comércio e na indústria em 1856. A defesa da livre iniciativa unia conservadores moderados que queriam reformas parciais e liberais moderadas, que odiavam a revolução e a temiam. A Liga Progressista dominou o poder de 1862 a 1868, quando fundiu-se com os liberais históricos, reunificando os liberais. Uma parcela dos liberais mais jovens, aliado a alguns liberais históricos, formou o Partido Radical, que identificava o liberalismo com a democracia e exigia descentralização, ensino livre, Senado temporário e eletivo, extinção do poder Moderador e sufrágio direto e universal, entre outras reivindicações.

Dessa forma, concorda-se com o pensamento de Sodré,⁹⁹ em que aponta a literatura como consolidadora do Estado nacional.

⁹⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. p. 25

É nesta fase que vamos vivendo que os escritores, em nosso país, aproximam-se da vida, isto é, do que os rodeia, da terra, da gente, dos dramas e dos problemas próprios do nosso meio e do nosso tempo, elaborando uma literatura peculiar, original e brasileira. E tão somente por isso é que nos distanciamos da periodicidade adotada, como as suas poucas variações, para obedecermos ao critério histórico, mostrando como o desenvolvimento literário em nossa terra obedeceu às contingências econômicas, políticas e sociais que lhe impuseram um período colonial, na vigência da subordinação à metrópole, um período de elaboração nacional, na vigência da estrutura econômica levantada na fase de subordinação, e um período, ainda recente, caracterizado como nacional, quando o Brasil adquire os traços que definem a nação, entre os quais se destaca, pela sua importância, o da participação do povo na obra nacional, inclusive na literária, pelo conhecimento e pelo interesse com que começa a encará-la e recebê-la.

Conforme foi considerado, por meio da literatura é possível perceber o movimento da vida num outro tempo, escoado, vivido, passado. O historiador faz falar as suas fontes, procura avidamente as marcas deixadas pela presença de pessoas de outro tempo, de um tempo que já foi presente (para o autor de outrora), pois, como diz Benjamin, “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de agoras”.¹⁰⁰ Não obstante, sua análise e compreensão se dão sempre *a posteriori* e, paradoxalmente, num outro *agora* (do historiador).

Nesse sentido, o papel do autor como elo de ligação entre tempos presentes reais é fundamental, pois segundo Sevcenko:

O ponto de intersecção mais sensível entre a história, a literatura e a sociedade está concentrado evidentemente na figura do escritor. Eis porque uma análise que pretenda abranger esses três níveis deve se voltar com maior atenção para a situação particular do literato no interior do meio social e para as características que se incorporam no exercício do seu papel em cada período.¹⁰¹

Assim, chega o momento de debruçar-se sobre o percurso vivido pelo primeiro autor de um romance rio-grandense: José Antonio do Valle Caldre e Fião,¹⁰² que nasceu em Porto Alegre em 15 de outubro de 1821. Foi professor antes de exercer a medicina, tornou-se

¹⁰⁰ BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 229.

¹⁰¹ SEVCENKO, Nicolau. *A Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 246.

¹⁰² Veja-se Anexo D – fotografia digitalizada da Revista do Partenon Literário – 1876. Acervo do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul.

médico, escritor e jornalista, além de político; apesar destas atividades, não se pode estabelecer relações de sua origem social nem com a burguesia incipiente, nem mesmo com a oligarquia rural, bem mais presente na sociedade rio-grandense da época.

No ensaio biográfico realizado por Carlos Reverbel, que consta no livro *A divina pastora*, José Antonio do Vale, ainda sem o apelido que acrescentaria ao nome mais tarde, era órfão de pai e, em 1834, aos 13 anos de idade, teria começado a trabalhar numa farmácia porto-alegrense. Em 1837, com 16 anos, foi admitido como auxiliar da botica da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, onde trabalhava por alimentação em troca de aprendizado. Mais tarde mudou-se para o Rio de Janeiro, onde cursou a faculdade de medicina e escreveu seus dois romances: *A divina pastora* em 1847¹⁰³ e *O Corsário* em 1851, retornando ao Rio Grande do Sul em 1852 após obter o diploma.

Apesar de sua formação, levou uma existência modesta,¹⁰⁴ porém militante: escreveu, dirigiu e fundou vários periódicos,¹⁰⁵ nos quais defendia o ideário liberal da época. Em 1867, durante o grande surto de cólera em Porto Alegre, participou ativamente como médico sanitário, mas, segundo Reverbel, “o jeito de cuidar dos doentes revelou o destino que lhe estava reservado, como médico dos pobres, naquela comunidade”,¹⁰⁶ seguindo desse modo até o fim da vida. Participou ainda ativamente da fundação do Partenon Literário em 1868 além de escrever libelos em defesa da abolição, até 1876, ano de sua morte.

¹⁰³ As informações sobre datas de publicação dos livros de Caldre e Fião são muitas, Carlos Reverbel diz que a obra *A divina pastora* foi escrita em 1847; porém, o livro *Terra farroupilha: formação do Rio Grande do Sul*, de Aurélio Porto (volume comemorativo do segundo centenário da fundação do Rio Grande do Sul – 1737-1937) diz que o livro foi publicado em 1837. O mesmo acontece com *O Corsário*, que, segundo Aurélio Porto, foi publicado em 1841.

¹⁰⁴ Nas palavras de Aquiles Porto Alegre: “Como médico de grande clínica, jamais exigi retribuição dos seus serviços. Só os conscienciosos, espontaneamente, lhe recompensavam o trabalho. Morava numa casa de modesta aparência [...]. Não tinha horas marcadas para repasto. Só vinha à casa quando sua clínica o permitia. Tomava apenas uma refeição diária, um jantar de pobre ... [...].” (REVERBEL, Carlos. Traços biográficos de Caldre e Fião. In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Valle. *A divina pastora*. Porto Alegre: RBS, 1992. p. 250).

¹⁰⁵ Fundou e dirigiu “O Filantropo” de 1849 a 1851, colaborou com “O Rio-Grandense” em 1852, foi redator “n’O Conciliador” em 1857, e da publicação da Revista Partenon Literário de 1868 a 1876, e também participou de “A Reforma” de Gaspar Silveira Martins em 1871. (CESAR, Guilhermino. Cronologia bibliográfica. In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Valle. *O Corsário*. Porto Alegre: Movimento; IEL; INL, 1979. p. 20.

¹⁰⁶ REVERBEL, op. cit., p. 249.

Carlos Reverbel descreve de maneira expressiva a posição social do velho escritor no fim de sua vida, quando diz que “o velho lidador se encontrava nos últimos anos e, não dispondo de poder, sua influência estava bastante limitada. Além disso, vivia notoriamente em estado de pobreza franciscana”.¹⁰⁷

Caldre e Fião era, além de cristão, um homem de ciência, imbuído do espírito que percorreu todo aquele século, resultado da herança dos modernos na crença firme de que os problemas da sociedade se resolveriam pela ciência e pelo progresso. Talvez por isso o espírito reto, generoso e militante desse rio-grandense, que possivelmente por adotar a crença de que melhores seriam os resultados sociais obtidos, quanto mais participativo fosse o ser humano na sociedade, tenha o médico, que sufocou o romancista, se aliado ao abolicionista. Tanto assim que muito mais por suas atitudes e por seus ideais, do que por sua posição social, sua postura ideológica pode ser traduzida pelo ideário liberal daqueles jovens românticos do século XIX.¹⁰⁸

O tom dramático da narrativa de Caldre e Fião n’*A divina pastora* revela uma aproximação com o sentido de idealismo, muito próximo do romantismo, que corresponde ao momento histórico-literário vivido pelo autor e suas condições de existência, bem como traduz com maior fidelidade os sentimentos de quem narra uma história que se passa em sua terra natal, da qual acha-se já distante há algum tempo e que ao escrever, rememora, revive, redescobre e, também, reinventa o lugar, as pessoas, os detalhes do cotidiano, tudo impregnado de lembranças e percepções particulares, isto é, que dizem respeito a um só indivíduo, o próprio autor.¹⁰⁹

¹⁰⁷ REVERBEL, op. cit., p. 251.

¹⁰⁸ Conduta e pensamento bastante adequados aos fundamentos do “espírito liberal” da época, porquanto em perfeita conformidade às formulações vigentes de “jusnaturalistas e moralistas, como Benthan, que acreditavam que bastava ao indivíduo buscar inteligentemente sua própria felicidade para estar buscando, simultaneamente, a felicidade dos demais”. (Apud ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: M. Fontes, 1990. p. 604).

¹⁰⁹ O idealismo é aqui utilizado porque expressa a representação de um período vivido pelo autor, que contava com apenas 14 anos quando eclode a Revolução Farroupilha.

Caldre e Fião não foi um autor regionalista no estrito sentido de evocação da realidade campeira dos rio-grandenses. Ele foi um escritor da primeira geração dos românticos brasileiros, um médico engajado nos problemas sociais de seu tempo e um homem saudoso de seu lugar de nascimento, tanto que preferiu voltar à terra natal, quando poderia ter fixado residência na Corte. Há nesse retorno algo extremamente romântico.

Para além dessa constatação, há em Caldre e Fião uma definição de ser regional e que talvez não se enquadre na linha regionalista, definida pelos comentaristas literários,¹¹⁰ mas é inegável que o ser social fixado pelo escritor também existe na realidade sulista, e é possível crer, de maneira mais contundente do que se supõe. Então, é necessário que se saiba o que pensa Caldre e Fião de seu principal personagem, o homem do Rio Grande do Sul; antes, porém, devem-se analisar alguns aspectos pontuais.

Nunca é demais reiterar o caráter precursor da obra de Caldre e Fião, não apenas por ser o primeiro a apresentar uma perspectiva ‘regionalista’ no romance brasileiro, mas por participar ativamente da produção intelectual e cultural do País durante seu processo de criação. Numa palavra, um homem integrado no seu tempo, o tempo das incipientes tentativas de construção de uma literatura de cunho nacional, de uma literatura que demonstrasse as peculiaridades da cultura brasileira. Uma necessidade que surge, a partir de 1822, com a Proclamação da Independência do Brasil, a fim de definir uma representação do *tipo social brasileiro*, numa intenção claramente nacionalista, que pretende formar uma idéia de povo e de Pátria.¹¹¹

¹¹⁰ Essa produção literária situada a partir da fundação do Partenon Literário, é denominada por Guilhermino Cesar de “gauchesca” (para diferenciá-la da literatura gaúcha como um todo), na qual foi, então, que “como centro da gauchesca, nesse que poderíamos chamar o seu primeiro momento, o homem da Campanha teve uma atividade bifronte: ou era o campeador no encalço das reses através do campo indiviso, ou era o guerreiro que ia à caça do inimigo platino”. (Apud CESAR, Guilhermino. *Notícia do Rio Grande: literatura*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994. p. 24).

¹¹¹ Antonio Candido afirma que é após a independência “que a literatura brasileira adquire consciência da sua realidade [...]. Era preciso mostrar que tínhamos uma literatura, exprimindo características que julgavam nacionais [...]. Ser bom, literariamente, significava ser brasileiro; ser brasileiro significava incluir nas obras o que havia de específico do país, notadamente a paisagem e o aborígene” (Apud CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Nacional, 1985. p. 171).

Inicia-se, então, o processo nacionalista de construção da história e da cultura brasileira e, nesse andamento, são especialmente significativos o aparecimento da obra *Suspiros poéticos*, de Gonçalves de Magalhães em 1836, e a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838, demonstrando uma sincronia entre a criação artística e o pensamento científico nacional. E, nesse curso dos acontecimentos culturais, em 1844 vem a lume o primeiro romance de costumes brasileiro, de Joaquim Manuel de Macedo, mais conhecido como Doutor Macedinho, intitulado *A Moreninha*.

No ano seguinte, em 1845, o naturalista alemão Von Martius publica, por meio do IHGB, *Como se deve escrever a história do Brasil*,¹¹² em que define os parâmetros do ofício do historiador brasileiro. Em 1847, aparecem *os Primeiros cantos*, de Gonçalves Dias, mantendo-se ainda o compasso em relação ao ‘movimento literário’ em curso – o romantismo, e a temática aliada ao discurso científico –, o nativismo e o indianismo,¹¹³ e, nesse ínterim, surge *A divina pastora*, como marco inicial do regionalismo na literatura.

A primeira observação que se impõe é a de que *A Moreninha* não apresenta nenhum tema colateral relacionado com a história nacional, o que no caso de *A divina pastora* é contundente, pois o autor “projeta a narrativa num contexto histórico real: a ‘Grande Revolução’ que, deflagrada em 1835, só concluirá na década seguinte em 1845, isto é, apenas

¹¹² “Cabia ao historiador brasileiro redigir uma história que incorporasse as três raças, dando predominância ao português, conquistador e senhor que assegurou o território e imprimiu suas marcas morais ao Brasil. [...] dar atenção às particularidades regionais, escrevendo suas histórias de maneira a fazê-las convergir rumo ao centro comum ou à unidade de uma história nacional; [...] demonstrar que a vasta extensão do território e suas diferenças regionais exigiam como regime político a monarquia constitucional, tendo a unidade figurada no imperador. E era tarefa sua prover a história com elementos que garantiriam um destino glorioso à nação.” (Apud CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 22).

¹¹³ Nesse sentido, as primeiras manifestações literárias tratam das belezas naturais do Brasil na primeira fase do romantismo, também chamado ‘nativismo’; em seguida há o ‘indianismo’ que traz à tona o nativo brasileiro (“o bom selvagem”), assim como aparecem os outros elementos constitutivos da ‘raça brasileira’, ou seja, o europeu-colonizador (o herói desbravador) e o negro (o despersonalizado), sempre esquecido ou confundido, ora com a abolição, ora com a escravidão, instituições que lhe conferem o caráter, e por fim há a valorização das diferentes regiões brasileiras, ou seja, o ‘regionalismo’; todos esses elementos açambarcados pela idéia-força da formação de “uma raça histórica”, ou seja, na impossibilidade de constituirmos ‘biologicamente’ uma raça homogênea, devemos nos empenhar em construir uma cultura homogênea que nos conduza à ‘civilização’.

dois anos antes da publicação da *Divina Pastora!*”.¹¹⁴ Isso que obriga a tomada de posição política pública sobre o conflito e seus envolvidos, algo deveras arriscado em qualquer período histórico.

Por essa via, *Caldre e Fião* é alçado a um grau bem superior em relação ao contexto literário predominante no romantismo, extrapolando os limites de um simples drama romântico, pois, tal como assevera Chaves:

A tendência predominante no romantismo era a busca do passado, retroagindo a épocas remotas numa eliminação do contingente, à cata do exótico e do inusitado. *Caldre e Fião* subverte esta corrente, ancorando a ação de seu livro no presente imediato e altamente problemático, porque trata de fatos candentes sobre os quais pouquíssimos ousavam falar, as brasas ainda acesas sob uma camada de cinza fina. E não apenas isto. Seja qual for o grau de adesão de suas idéias políticas, o fundamental é que elas aí estão, expostas com meridiana clareza, buscando interpretar honestamente a sociedade e a conjuntura que a mergulhara numa grave crise.¹¹⁵

Nesse sentido, deve-se considerar duas informações sobre a divulgação da obra de *Caldre e Fião* e que suscitam algumas reflexões sobre a época em questão. A primeira informação é encontrada em César, sobre um anúncio do romance *A divina pastora*, o qual em 10 de fevereiro de 1848, foi publicado no *Correio da Tarde*, jornal do Rio de Janeiro, sob a seguinte nota:

DIVINA PASTORA. – Saiu à luz o 2º volume desta novela brasileira; onde se lê os costumes e hábitos dos povos do Rio grande do Sul, e muitas cenas domésticas em que a virtude aparece sempre triunfante, vestida com os trajes da religião cristã, e o vício açoutado pelo castigo de Deus; assim como muitos episódios da História Brasileira, e muitas poesias inspiradas pela majestade pureza do céu do Brasil.¹¹⁶

A segunda, refere-se ao fato mencionado acima e de como as informações anunciadas no jornal aparecem de fato na capa da edição de 1847, que veio estampada na

¹¹⁴ CHAVES, Flávio Loureiro. *Um texto resgatado*. In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Valle. *A divina pastora*. p. 16.

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 16.

¹¹⁶ CESAR, Guilhermino. *Bibliografia de Caldre e Fião*. In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Valle. *O Corsário*. p. 28.

reedição de 1992, onde consta o título *A divina pastora*, acompanhado do subtítulo, *Novella Rio-Grandense*, e do seguinte verso inscrito no frontispício:

Cantando a virtude
Na terra natal,
Sorri-me o prazer,
De mim foge o mal.¹¹⁷

Vejam-se então um pouco mais atentamente esses dois documentos quando postos em confrontação: o anúncio do jornal divulga uma “novela brasileira” que trata dos costumes e hábitos dos povos do Rio Grande do Sul, além de apresentar alguns episódios da História do Brasil; contudo, o que se vê na capa da edição original do romance é o subtítulo de “novella rio-grandense” e, apesar da nota iludir a “muitos episódios da História Brasileira”, não esclarece que o romance ambienta-se em meio a Revolução Farroupilha; não obstante, são os versos que chamam a atenção e que podem ser interpretados como uma breve confissão de procedência do autor, ou talvez como um pequeno tributo à terra natal, no sentido de exaltar e de ufanar-se do lugar de sua origem, ou ainda uma forma poética de atribuir um caráter fidedigno ao texto apresentado.

Além disso, considerando-se a análise de Chaves, é possível compreender algo mais do silêncio demonstrado pelo periódico do Rio de Janeiro sobre quais episódios históricos trataria o romance e na maneira de apresentar a obra, pois, para o mercado consumidor da época, uma novela de costumes brasileira, ambientada no Rio Grande do Sul, deveria ser mais “atraente” que uma novela rio-grandense, pois que os recentes acontecimentos da Revolução tornavam a Província ainda mais distante da Corte, cultural e politicamente, além do que os habitantes urbanos não viam com bons olhos aqueles rebeldes do campo.

Assim, em sua narrativa ‘folhetinesca’ (gênero literário comum à época), Caldre e Fião vai construindo uma imagem do Rio Grande de São Pedro, dos costumes, da alimentação, do linguajar próprio daquelas gentes, com muitos detalhes sobre as roupas e as

¹¹⁷ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Valle. *A divina pastor*, op. cit., p. 19.

armas, além de comentários sobre a Revolução Farroupilha, pois, como já foi dito, a trama desenrola-se durante o conflito militar. E por isso Chaves é enfático ao afirmar que “o romance de Caldre e Fião é essencialmente histórico”, e de sua importância,

no sentido talvez bem mais moderno da problematização da história à luz da ficção. Os seres imaginários e seu destino fictício aí estão porque através deles podemos melhor compreender a engrenagem que movimenta a história, a imaginação nascendo da realidade e sobre ela reincidindo para inaugurar novas perspectivas e iluminar novos cominhos.¹¹⁸

Chaves faz uma apresentação concisa da trama que é ambientada em Porto Alegre, Viamão e na Vila de São Leopoldo, da seguinte maneira:

A intriga está centralizada em Edélia (a ‘divina pastora’), donzela belíssima e virtuosa; logo apaixonada por seu primo Almênio, bravo guerreiro farroupilha, que entretanto, irá casar com Clarinda, filha de imigrantes alemães no Vale dos Sinos. Atormentando a vida de todos, aparece Francisco, o vilão, protótipo da felonía rediviva.

[...] Ao início da ação, Almênio é um guerrilheiro farroupilha, que colocou sua juventude e bravura indômita ao serviço da Revolução de 1835, separatista e republicana. Na trama do romance, esta questão desempenha um papel decisivo, pois é exatamente a adesão às forças insurrectas que provoca a repulsa de sua prima Edélia – a “divina pastora” – e, a partir daí, a impossibilidade de qualquer simpatia às suas tentativas de aproximação efetiva. [...] Finalmente convencido da ilegalidade da República de Piratini, Almênio troca de lado, passando ao exército imperial. Mas então já é tarde demais, ele prometeu casamento à bela Clarinda.¹¹⁹

É fundamental, para a análise que se quer empreender, tentar buscar os parâmetros do autor para a construção de seu personagem masculino, representante da Revolução Farroupilha, ou dela questionador, identificando qual é a percepção de Caldre e Fião sobre um filho do Rio Grande; e, nesse sentido, ele oferece uma descrição exemplar do pensamento científico e sociocultural contemporâneo ao descrever o rio-grandense:

Alguns historiadores têm querido que o clima só por si forme o Rio-Grandense tão austero em costumes, tão forte e constante em combates, tão bom e fiel amigo na sociedade e tão vingativo e implacável inimigo quando é ofendido, como ele é atualmente descrito por todos os estrangeiros que têm observado seus hábitos e seus usos e que têm atravessado as plagas que ele habita; mas quanto a mim, que já me considero com algumas propriedades e quesitos necessários ao historiador, suponho dever atribuir-lhe muitas dessas coisas à sua alimentação e educação moral. O Rio-Grandense aprende, desde os seus primeiros passos, a respeitar os mais velhos, a ser

¹¹⁸ CHAVES, Flávio Loureiro. Id. Ibidem. p. 16.

¹¹⁹ CHAVES, Flávio Loureiro. Id. Ibidem. p. 10 e 15.

amigo, a desprezar o covarde e a vingar-se do inimigo; guarda fiel os usos que lhe foram transmitidos por seus pais e julgar-se-ia desonrado se um dia deixasse de cumprir os preceitos de seu evangelho. O evangelho da moral Rio-Grandense não é escrito, é tradicional, mas apesar disso, ainda não foi alterado em um só de seus artigos: para sabê-lo, *in totum*, é necessário ser Rio-Grandense e viver muitos anos naquela divisão política do Império que chamamos – Província do Rio Grande do Sul.¹²⁰

Há nesse parágrafo de Caldre e Fião todo um discurso científico vigente no século XIX, e que na literatura nacional atingirá seu ponto máximo de expressão no romance ‘sociológico’ de Euclides da Cunha, em 1902, *Os Sertões*. Não obstante, ao atribuir características específicas do rio-grandense à “sua alimentação e educação moral”, o autor vai buscar seus fundamentos além da ciência; ele inicia pela ciência, mas conclui seu pensamento com base nos *costumes*, nos códigos culturais aprendidos por ele mesmo, embora a conduta de homem enunciada (um cavalheiro do século XIX), seja, num sentido ético e moral, uma cultura universal a qualquer sociedade educada dentro dos princípios do iluminismo europeu.

Em janeiro de 1849, o jornal *O Americano* inicia a publicação em folhetins de “O Corsário, romance brasileiro” e, em 1851, sai publicado pela Tipografia Filantrópica, no Rio, “*O Corsário, romance rio-grandense*” de José Antonio do Vale Caldre e Fião.

Inicialmente convém traçar as semelhanças entre as obras e, nesse sentido, nota-se de imediato a presença da mesma dicotomia sobre a ‘naturalização’ do romance (brasileiro x rio-grandense) que já foi discutida n’*A divina pastora*. Outro ponto comum é a ambientação histórica, pois também nessa obra a Revolução Farroupilha apresenta-se como ‘pano de fundo’, inscrevendo novamente a narrativa de Caldre e Fião, na perspectiva do romance histórico, inclusive nesse caso importantes figuras do movimento aparecem como personagens do romance, como é o caso de Bento Gonçalves, José Gomes Jardim e Giuseppe Garibaldi.

¹²⁰ CALDRE e FIÃO. José Antonio do Vale. *A divina pastora*, op. cit., p. 81.

Cesar oferece um resumo do enredo desse romance regional ambientado no Litoral do Rio Grande do Sul, e que tem como palco dos acontecimentos as cidades de Rio Grande e Porto Alegre:

A efabulação d'O Corsário abrange um quadro psicológico, moral e histórico, de grande envergadura; chega a ser ousada, para o tempo, dadas as limitadas ambições de nossos primeiros romancistas. Toma um episódio que foi comum nas costas do Sul – o naufrágio e navios veleiros, na altura de Tramandaí. Os destroços de repetidos naufrágios eram recolhidos por famílias das redondezas, uma das quais vivia das desgraças ocasionadas pelo mar. De uma feita, vem dar à praia o capitão de um navio corsário, Vanzini, homem de passado escuro, autor de crimes que o haviam tornado indesejável em Veneza. Maria, moça praiera, encontra o capitão desfalecido, num dos cômodos da costa, e por ele se apaixona, mas o jovem serve-se de todos os recursos para iludi-la, pois a sua alma de corsário visava sobretudo os bens materiais. [...] A linha sentimental do romance é o amor de Maria e Vanzini: afinal, desmascarado este nas suas intenções, a moça vem a amar um rude e honesto vaqueano, João Martinho, prometendo ao leitor o *happy-end* das histórias do gênero. [...] Assim é que, a par das descrições da vida das populações litorâneas, com seus contrabandistas e aventureiros, perpassa pelo romance e sopra épico da luta farroupilha.¹²¹

As diferenças entre os dois romances não são muitas e iniciam pelos locais de ambientação das tramas, anteriormente referidos, mas esses ambientes por si não oferecem maiores contrastes além da mudança na paisagem de campos e coxilhas para cômodos de areia e mar. No entanto, o mais significativo a ser percebido na presente obra, em contraste com a anterior, é que as palavras *gaúcho* e *monarca das coxilhas* aparecem substituindo *riograndense*, mostrando uma distinção social.

Sobre esse aspecto, observa Cesar que o termo *gaúcho* “nunca é usado pelo romancista como patronímico, senão como significando – campeiro, peão, campeador”.¹²² De qualquer maneira, o uso da palavra começa a acontecer, pois já havia sido notada sua ausência por Meyer em seu estudo sobre a palavra *gaúcho*:

Na tradição escrita, e abrangendo literatura e folclore, mostraria o estudo semasiológico certa dubiedade no emprego da palavra, que pode levar a conclusões interessantes, do ponto de vista que aqui mais importa, isto é, transição do sentido antigo e restrito para a atual acepção de apelido regional. No decênio da grande revolução (1835-1845), o filho do Rio Grande é sempre o contineiro, ou

¹²¹ CESAR, op. cit., 1971, p. 144.

¹²² CESAR, Guilhermino. O criador do romance gaúcho. In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Valle. *O Corsário*. Op. cit., p. 17.

continentista, o riograndense. A letra do primeiro Hino Republicano, composto por Medanha, abre com o verso / Nobre povo Rio-grandense/ e da sua variante consta:

Aos livres continentistas,
Ao povo republicano.

Procurei em vão, na poesia de cunho farroupilha, a palavra gaúcho. Nos primeiros documentos da nossa poesia popular, é freqüente o uso de monarca, termo este enfunado de narcisismo, carregado de ênfase, para dar a entender o filho da campanha, de vida mais ou menos folgada e ainda bem próxima do tipo de vida que caracterizava o gaudério.¹²³

Todavia, Caldre e Fião, no romance *O Corsário*, não modifica a percepção que tem sobre a diferença entre um legítimo Rio-Grandense (em letras maiúsculas) e outros conterrâneos. E, nesse sentido, Chaves faz uma crítica em relação ao posicionamento literário adotado pelo escritor, a fim de retirar-lhe a classificação de autor regionalista – conferido, aliás, por ele e por César, considerando então que, apesar de pioneira, a ocorrência do *gaúcho* em sua narrativa é “insuficiente para configurar uma atitude regionalista”.

Cabe aqui apontar a antecipação de uma narrativa histórica, feita por Caldre e Fião, por meio dos seus romances, em que projeta pela primeira vez, muito antes do “Heródoto Brasileiro”¹²⁴ – Francisco Adolfo de Varnhagen com sua obra *História geral do Brasil* (1850), um pouco da história política, social e econômica brasileira, sob o panorama revolucionário e pós-revolucionário do século XIX.

Caldre e Fião também antecipa-se ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB)¹²⁵ (1838) na documentação narrada, por meio dos seus romances, do episódio revolucionário farroupilha, que até 1947 – ano de publicação de *A divina pastora*, não havia

¹²³ MEYER, Augusto. *Gaúcho: história de uma palavra*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1957. p. 36.

¹²⁴ Ele foi considerado, de fato, o “Heródoto do Brasil”, pois foi o iniciador da pesquisa metódica nos arquivos estrangeiros, onde encontrou e elaborou inúmeros documentos relativos ao Brasil. In: REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003. p. 24.

¹²⁵ O novo país precisava reconhecer-se geográfica e historicamente. O projeto do IHGB era geográfico e histórico. Geográfico, teria a tarefa de situar cidades, vilas, rios, serras, portos, planícies; de conhecer e engrandecer a natureza brasileira, seu céu, clima, suas matas, riquezas minerais, a flora e fauna; de definir os limites do território. Histórico, deveria eternizar os fatos memoráveis da pátria e salvar do esquecimento os nomes de seus melhores filhos. Para isso, deveria coletar e publicar os documentos relevantes para a história do Brasil, incentivar os estudos históricos, manter relações com instituições congêneres do Exterior, especialmente com a instituição que foi seu modelo, o *Institut Historique* de Paris. Desde então, o Brasil procurou os franceses como referência intelectual. O IHGB será o lugar privilegiado da produção histórica durante o século XIX, lugar que condicionará as reconstruções históricas, as interpretações, as visões do Brasil e da questão nacional. In: REIS, op. cit., p. 26.

nenhum registro a respeito dos dez anos da memorável revolução. Pelo exposto, pode-se analisar Caldre e Fião como um dos primeiros romancistas a registrar a história da Província de São Pedro e a Revolução Farroupilha, contribuindo com o IHGB e caracterizando-se, assim, como também um historiador.

4 REVOLUÇÃO FARROUPILHA, CONTRABANDO E ESCRAVIDÃO: HERÓIS E VILÕES

Em princípio, o propósito de Caldre e Fião era escrever um romance de costumes, que, sem embargo, tornou-se também um drama político e social, pois, conforme já foi dito, a história tem como pano de fundo a Revolução Farroupilha. E, nesse sentido, em suas páginas são descritos os planos, as artimanhas, a urdidura enfim, da trama política que um conflito armado, em qualquer tempo, envolve. Um período dramático da vida real, quando as maquinações em torno de sentimentos patrióticos não revelam heróis, mas simples homens envolvidos em conspirações secretas que, por meio da narrativa desse autor, tornam-se as “vítimas algozes” de seu próprio destino.

Assim, a percepção do autor acerca do conflito está plasmada nas passagens a seguir, bem como sua visão sobre os homens que protagonizam e os que coadjuvam acontecimentos dessa natureza; além disso, ele fornece indicações sobre os lugares sociais que ocupam os indivíduos nessa sociedade, e identifica, mediante seu discurso, que tipo de entendimento tinham seus contemporâneos sobre o homem do Rio Grande do Sul.

O próprio autor dialoga com o leitor na obra *A divina pastora*, buscando evidenciar seu ponto de vista a respeito, deixando claro à corte (lugar onde escreveu a obra) que não concordava com os motivos e que ela somente serviu para manchar a história do povo de morais inigualáveis e mascarar a situação econômica do Rio Grande do Sul na época,

Se sábios fôssemos, as negras cores dos hórridos fatos passados no Pará, na Bahia, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul e mais províncias brasileiras¹²⁶ não teriam manchado o quadro histórico de nossa pátria. É a ignorância a fonte de todos os males. E vós o sabeis? Sim. Então não acusai Almênio. E de mais quereis uma lição política? Quereis que vos eu diga quais minhas idéias a respeito da revolução que teve princípio, na província de meu nascimento, em 20 de setembro de 1835 e que devastou seus campos por nove anos, cinco meses e oito dias? Não farei dela a história; direi em definitivo: a razão condena os partidos que, em uma reunião social, tendem a disseminar a desordem e com ela a desconfiança que destrói os

¹²⁶ O texto alude aos movimentos insurrecionais e separatistas que eclodiram na primeira metade do século XIX. (Apud CALDRE e FIÃO, José Antonio do Valle. *A divina pastora*, op. cit., p. 45.)

laços da fraternidade, mas olhemos para as circunstâncias morais de nossa associação nesses tempos e facilmente adivinharemos o motivo da guerra. O povo excitado por gênios irrefletidos esperava do governo salutares providências que serenassem os ânimos, mas esperou debalde e a torrente do descontentamento, como uma longa enfiada de corais cuja ponta se desprende e deixa escoar um a um cada um deles sem que destra mão os possa segurar, correu veloz por sobre a reação das almas experientes. Vejamos o motivo! Alguns caudilhos antolhavam um futuro cheio de esperanças, de ouro e de glória individual, e muito poucos o da verdadeira glória da Pátria; e marcharam para eles pela mesma via.

O pensamento de Caldre e Fião vem ao encontro das palavras de Azevedo, em que deixa claro o verdadeiro posicionamento do rio-grandense como protagonista da grande revolução e defensor de suas fronteiras

Verdadeiramente, só de perto podemos sentir que a realidade é bem diversa da que, de ordinário, se imagina. São os próprios rio-grandenses, quem faz questão de afirmar que seu Estado é bem brasileiro, o mais brasileiro de todos pelo papel que lhe tem cabido na defesa das nossas fronteiras ao sul e da nossa soberania, brasileiro porque o quer e tem sempre querido ser. O episódio da sua história que lhe valeu a fama de separatista – a revolução farroupilha com a República Rio-grandense de 1835 – não visava cindir a unidade do Império mas forçá-lo a promulgar uma constituição federalista. Os dirigentes desse grande movimento, Bento Gonçalves, David Canabarro e outros, nem só afirmavam a sua lealdade ao Brasil como se recusavam, por esse motivo, a aceitar os auxílios da “castelhanada” para uma definitiva e inteira separação.

Esse sentimento é hoje o mesmo. “Quando pensamos na terra gaúcha, na grandeza moral do nosso povo, no caráter excepcional da nossa gente – e ainda Manoelito de Ornelas¹²⁷ quem fala – não limitamos esse pensamento a fronteiras de províncias. Ampliamo-lo por toda a vastidão territorial da nação. A história do Brasil é feita pela história dos seus Estados”.¹²⁸

Não só com suas palavras, mas também por meio de seus personagens, Caldre e Fião espelha-se demonstrando os efeitos sociais e morais da revolução:

Pai de Edélia: Na verdade, disse Paulo, é muito interessante esta historietta; qualquer Estadista que sobre ela refletisse tiraria uma lição proveitosa; vede, meus filhos, que uma reforma repentina acarreta a destruição de um povo inteiro ainda o mais numeroso e bem regido da terra.¹²⁹

Pedro Joaquim (alfaiate) se coloca contra as revoluções: – Deus nos livre de revoluções, disse Pedro Joaquim abanando a cabeça; elas só são boas para quem não quer trabalhar, para esses cavalheiros de indústria que andam por aí a ferrar calotes em todo mundo; para esses peralvilhos que vêm ter aqui comigo, mandam-me fazer uma casaca, vestem-na, e andam por aí passeando de chicotinho e luneta; e eu cá à espera do dinheiro, fazendo cruces na boca. Para esses sim a revolução é boa.¹³⁰

¹²⁷ ORNELAS, Manoelito. Tradições e símbolos, Porto Alegre: _____ 1940. Obra Citada por Thales de Azevedo (assim descrita).

¹²⁸ AZEVEDO, Thales de. *Gaúchos*. Bahia: Progresso, 1958. p. 22.

¹²⁹ CALDRE e FIÃO. José Antonio do Valle. *A divina pastora*, op cit., p. 122.

¹³⁰ CALDRE e FIÃO. José Antonio do Valle. *O Corsário*, Op. cit., p. 83.

Curiosamente, na obra *A divina pastora*, Caldre e Fião expõe seu repúdio a qualquer designação e tratamento em torno da política. Convém tratá-lo por curioso, pois em poucos anos o escritor tornou-se deputado e proferiu muitos discursos na Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, comprovações que serão vistas no decorrer da análise investigativa.

Sejamos claros e falemos a verdade: eu sou pouco apto para explicar estas coisas, tenho repugnância em caminhar pela vereda da política, tanto mais que seu templo está cheio de adoradores e seus altares perfumados com poderoso incenso trazido de lá da pestilenta Europa, que o foi buscar às desertas plagas da embrutecida Ásia.¹³¹

Em *O Corsário*, a narrativa vai se desenvolvendo e quando passa a discutir, por meio de seus personagens José Gomes Jardim, um dos chefes revolucionários, e Matias, o comerciante de São José do Norte, os rumos da possível revolução, vão aparecendo algumas designações e qualificativos a respeito do homem rio-grandense:

Jardim: – [...] É em minha casa que se reúnem os meus antigos amigos, e bem vezes temos tratado dos males que oprimem a pátria, e de todas as desgraças dos nossos concidadãos, e das vantagens incalculáveis que resultariam da união do Estado Oriental com esta província, formando uma região independente e livre, que deva marchar pelo caminho da prosperidade, desentrevada de todos os abusos que apresenta um governo longínquo, situado à distância de mais de 400 léguas. E a nossa generosidade, o nosso patriotismo não deveriam deixar sem uma resposta e sem uma satisfação pronta as reclamações da nossa terra e dos nossos patrícios.

Matias: – Pretendeis então fazer uma revolução para a separação da província, e para a união com o Estado Oriental?

Jardim: – Não, meu amigo, nós não necessitamos de recurso das armas: temos o recurso moral da nossa parte. A maior parte dos velhos generais que combateram contra o Artigas e contra alguns chefes argentinos tem-se declarado de acordo com este nosso pensamento, mesmo ligando-se e despertando no ânimo dos nossos vizinhos a união que hoje me parece infalível. Como já sois velho, conheceis bem qual o caráter da gente da nossa terra, e deveis saber que a independência e a liberdade hão de ser bem recebidas em toda a parte em que se proclamar. Nós não necessitamos [...] do recurso das armas; desse recurso atroz que pode dar origem a muitas fontes de desgraça e a muitos rios de sangue. Mas ... [...]

Jardim: – Mas, se for necessário o recurso das armas, então os nossos velhos generais, a nossa valente mocidade há de aparecer em campo, há de mostrar aos escravos, a esses miseráveis escravos do Imperador, para quanto presta um guasca deste continente.¹³²

¹³¹ CALDRE e FIÃO. José Antonio do Valle. *A divina pastora*, op. cit., p. 46.

¹³² CALDRE e FIÃO. José Antonio do Valle. *O Corsário*, op. cit., p. 64-65.

Na seqüência, o mesmo personagem, Matias, encontra-se com Bento Gonçalves, ocasião em que o autor faz a apresentação do líder farroupilha, que incumbe de divulgar certas ‘instruções’ que se referem, entre outras coisas, ao tratamento dado pelo governo à província e das ‘causas’ do abandono do cargo pelo presidente Braga e encerra sua mensagem dizendo “que a nossa causa é a causa da liberdade, e da pátria. Que todos aqueles que me não seguirem, não são mais do que traidores indignos do nome Rio-Grandense”.¹³³

No sétimo quadro, ou penúltimo capítulo do romance, é narrado um encontro entre Bento Gonçalves e alguns dos personagens envolvidos na trama, em que se estabelece um diálogo entre Manoelzinho, um rapazote de 14 anos (filho de Matias que foi expulso do Rio Grande por Bento Gonçalves e sobre o qual narra-se o encontro acima) e o próprio chefe farroupilha sobre os motivos da revolução:

Manoelzinho porém, saído o primeiro deste estado de torpor e sobressalto, deu passos para o chefe da insurreição; estendeu-lhe a mão e disse-lhe com ironia:

– Valente coronel, foi sem dúvida a vossa ida à corte que vos fez mudar as boas disposições patrióticas que tínheis em outro tempo, como me afirmou meu pai!

E voltando-se para os outros com voz firme e pronunciada:

– Um rio-grandense não deve trair sua pátria!... não deve servir aos interesses dos cortesãos!!

Todos estremeceram; Bento Gonçalves fixou-lhe um olhar em que transluzia a raiva e o desespero; mas que brevemente mudou por um sorriso que a sua dissimulação sabia emprestar-lhe em momentos críticos. Ele disse depois com acento pausado:

– És ainda muito moço, meu menino, para me compreenderes. Entende?

[...]

– Meu menino, disse Bento Gonçalves instantaneamente inflamado por um orgulho que lhe era próprio, eu não sou escravo das vontades alheias: a minha espada que cingi desde bem tenros anos, e que me deu o primeiro posto militar de capitão de guerrilhas das antigas milícias, quando me achava nos campos de Cerro Largo, jamais serviu senão em defesa da pátria, do rei que tínhamos, e dos nossos gloriosos imperadores. Estás enganado quando dizes que a minha ida à corte mudou as minhas disposições patrióticas. – Vós todos que me ouvis, continuou falando para os mais que estavam na sala, sabeis que nós não servimos aos caprichos do governo do Rio de Janeiro; mas que, pelo contrário, é o governo do Rio de Janeiro quem se presta servilmente aos nossos planos de federação e de separação da província.

– O mais alto funcionário desta província, bem como o mais ignorante gaúcho do campo, vos acusam de que recebeis ordens secretas do Rio de Janeiro, disse Manoelzinho com ar duvidoso.

– Assim é, meu menino: porém eles se enganam. Os nossos fins políticos são nossos e só nossos; as nossas espadas brandem-se em defesa da nossa pátria; e se há interesses que nos guiam, esses interesses não passam do círculo da província. Se um governo fraco e ignorante das nossas cousas tem hoje assumido o poder e nos favorecido, não penseis por isso que deles recebamos ordens. O grande mal que tem

¹³³ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Valle. *O Corsário*, p. 82.

pesado sempre sobre o império, desde a sua independência, é a má escolha que o ex-Imperador, e depois dele a Regência, tem feito de ministros inábeis, e também da versatilidade contínua de suas nomeações.¹³⁴

O estrangeiro europeu foi sinalizado por nosso romancista como uma maldição que somou na desintegração da cultura e nos valores do rio-grandense; esse fato pode ser evidenciado nas insistentes retomadas que Caldre e Fião faz, como narrador, nos seus romances, fortificando a irretocável conduta moral do filho do Rio Grande. O romancista coloca a si e a personagem escrava observando a presença do estrangeiro na vida e na história do povo rio-grandense.

Se o Rio-Grandense é dotado de um nobre orgulho, que os estrangeiros lhe lançam em rosto, tem em compensação um coração em que a misericórdia acha a mais fiel guarida; o Rio-Grandense é o Árabe Americano, o hospitaleiro por excelência. Se o Rio-Grandense tem muitas vezes de que arrepender-se é de ter feito bem ao estrangeiro quando não conhece seus corrompidos hábitos.¹³⁵

A negra Susana: Como sabeis, meus filhos, o estrangeiro é sempre amado entre estas boas gentes destas terras, mas nem sempre também corresponde aos bons ofícios que recebe. Quando receberdes em vossa casa o estrangeiro, tratai-o como melhor vos for possível, mas nunca lhe abri o coração, porque esse é o órgão da vida e, se ele o tocar, vós morrereis de uma morte amarga! O Estrangeiro!¹³⁶

Já em relação aos imigrantes alemães, os primeiros a chegar (1824), o nosso autor os elogia em diversos momentos de sua narrativa; concede a eles o mérito de, conforme a narrativa, sermos exemplo na produção agrícola e de terem trazido conhecimento e valores morais; esse fato os engrandece e os torna bem-vindos dentre um povo tão honrado. Vejam-se as palavras de Caldre e Fião:

A indústria alemã, aí levada pelos colonos, prospera sem entraves, no meio de uma liberdade constante que é partilha dos brasileiros e que a ela bafeja agradavelmente. A agricultura, essa primeira mãe da felicidade dos homens, única e verdadeira riqueza dos estados novos, é exercida pelos seus habitantes e de seus contornos com admirável desenvolvimento. Entre alguns colonos, expatriados de sua terra por motivos talvez bem justos, encontra-se uma pura e adiantada ciência; conversei com muitos que conheciam de perto as ciências físicas, as matemáticas, a história natural, as ciências morais e muitas aplicações desses conhecimentos abstratos aos usos da vida [...]¹³⁷

¹³⁴ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Valle. *O Corsário*. p. 192-193.

¹³⁵ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Valle. *A divina pastora*, op. cit., p. 41.

¹³⁶ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Valle. *A divina pastora*, op. cit., p. 89.

¹³⁷ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Valle. *A divina pastora*, op. cit., p. 153.

Segundo Pozenato,¹³⁸ quando chegaram os colonos alemães e os italianos, em 1824 e 1875, respectivamente, a tradição local possuía suficiente unidade para se impor como padrão principal de cultura. Depois de um marginalismo inicial, em que as duas colônias permaneceram com sua vida própria, inclusive a língua de origem, o processo de integração começa a dar-se pela assimilação, por parte dos imigrantes, dos valores culturais dos primeiros povoadores do território. De um modo geral, salvas as peculiaridades facilmente observáveis, é a cultura do gaúcho que vai servir de elemento aglutinador dos novos habitantes.

4.1 O contrabando

O contrabando teve, desde o período colonial, papel significativo na fronteira do extremo-sul do Brasil, podendo até mesmo ser considerado como um elemento complementar à subsidiária economia sul-rio-grandense. A própria formação histórica do Rio Grande do Sul – região de posse duvidosa entre as potências ibéricas, de tardia colonização e de extensa área fronteiriça – originou aquele fenômeno.

Dentre as zonas gaúchas onde mais intensamente desenvolveu-se o contrabando, destacou-se a da Fronteira, principalmente pela identidade histórica entre essas duas regiões.

As origens da colonização rio-grandense estiveram intimamente ligadas à tentativa de expansão lusa no Prata, com a formação e a constante busca de manutenção da Colônia do Sacramento, possessão portuguesa que serviu em larga escala à prática do comércio ilícito. Mesmo com os movimentos emancipacionistas e com a conseqüente formação dos Estados Nacionais, as ligações históricas persistiram. A posse exercida pelo Brasil sobre a Cisplatina, num primeiro momento, promoveu uma maior fiscalização, incapaz, porém, de deter

¹³⁸ POZENATO, José Clemente. *O regional e o universal na literatura gaúcha*. Porto Alegre: Movimento, 1974. p. 24.

completamente os contrabandistas, os quais atuavam ainda mais fortemente a partir da independência do Uruguai.

Os conflitos nos quais o Brasil envolveu-se, durante o Período Imperial, ou seja, as “questões platinas”, tiveram decisiva participação dos rio-grandenses que em muito se aproveitaram das intervenções políticas e militares para promover a manutenção e até intensificação do comércio clandestino.

A própria crise desencadeada pela Revolução Farroupilha levou ao incremento das atividades comerciais ilícitas, de parte a parte, pois tanto rebeldes quanto governistas as praticavam. O lucrativo contrabando na fronteira do Rio Grande do Sul, além de possuir o amplo interesse de grandes proprietários rio-grandenses, contava com um verdadeiro incentivo *institucional* por parte dos governos platinos, principalmente o uruguaio, que buscava ampliar até mesmo uma infra-estrutura que serviria não só ao comércio legal.¹³⁹

O governo imperial buscou de forma infrutífera combater o contrabando no Rio Grande do Sul, pois, além das dificuldades em fiscalizar uma área tão vasta, encontrava a conivência e até a participação das autoridades locais naquela atividade ilícita. Essa ineficácia gerava constantes protestos de setores da sociedade gaúcha, visivelmente ligados ao comércio do Litoral, que apontavam o contrabando como responsável pela possível ruína econômica da província, levando, inclusive, a confrontos regionais e políticos.

Apesar disso, o comércio ilegal continuou sendo praticado, levando políticos como Ramiro Barcellos, já na República, a afirmar “que o Estado do Rio Grande do Sul é, comercialmente falando, ‘o mais rico departamento da República Oriental do Uruguai’.”¹⁴⁰

A obra de Caldre e Fião, *O Corsário*, não deixou de apontar, significativamente, o contrabando como uma prática constante e uma forma viável economicamente. Matias, um comerciante muito amigo da família de Maria, moça que resgatou um corsário que naufragou

¹³⁹ CESAR, Guilhermino. *O contrabando no Sul do Brasil*. Caxias do Sul: UCS; Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1978. p. 70.

¹⁴⁰ Citado no Jornal *Echo do Sul*. Rio Grande, 24 de janeiro de 1890. p. 1.

nas águas de Tramandaí, esclarece a Martinho, homem que pretendia casar-se com Maria, a respeito do trabalho e da pessoa de Vanzini, o corsário salvo pela bela e inocente mulher.

– Convém que saibas, meu amigo Martinho: eu te conheço há muitos anos; vi-te mesmo ainda mamando nos braços de tua mãe. Eu fui em outros tempos morador das costas, onde por trinta anos recolhi os despojos dos barcos portugueses e espanhóis que por aí passavam carregados de misteres para as colônias do Rio do Prata; até que, aborrecido dessa vida vaga e trabalhosa, me retirei daí, e me entreguei ao comércio, que tem aumentado a cada dia a minha fortuna, achando-me hoje em circunstância de poder benfazer a todos os meus camaradas. Filipe era meu vizinho: sua filha Maria também nasceu debaixo dos meus olhos. As saudades do meu antigo ofício me fizeram entreter relações com todos os contrabandistas de Buenos Aires e Montevideo, a quem eu ajudava em suas temerárias empresas, e mesmo com os corsários italianos, e os homens da esquadilha de Brown, que bastantes vezes vieram às nossas costas do mar do Estreito entregar-me as suas numerosas e ricas presas. Vanzini era do número dos temerários corsários que tantos males e tantas afrontas fizeram à esquadra brasileira no tempo da guerra da independência da província Cisplatina.¹⁴¹

4.2 A escravidão

As obras em análise configuraram-se em um panorama, em que a construção da nacionalidade brasileira estava em ebulição. Situadas na segunda metade do século XIX, momento que pode ser apontado como de fundamental importância na concepção do negro no imaginário social brasileiro e em plena busca por uma identidade para a jovem república, que mobilizava a classe dominante e os intelectuais das diversas áreas, elas apontam a personagem escrava pela voz do narrador, que em alguns momentos lhe concedia a palavra.

Nessa busca da construção da nacionalidade, a literatura, a história e a política da época queriam encontrar a forma mais moderna de se definir o perfil do País. Certamente, tais reflexões não podiam se realizar sem que houvesse grande preocupação com a questão racial e a mestiçagem. Considerando que aquele era um momento em que a presença do negro começava a ser discutida acerca de sua necessidade, e que o nosso narrador/autor antecipava-se na exposição de seus ideais abolicionistas, já na obra *A divina pastora* pode-se observar:

¹⁴¹ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Valle. *O Corsário*, op. cit., p. 54.

Susana, essa segunda mãe doméstica dos filhos de margarida, estava repimpada sobre um grande cepo, como uma rainha de sua nação toda adornada de miçangas e tendo em sua mão um porongo cheio de pimentas que durante a tarde colhera para o molho da comida de seus senhores-moços a quem amava mais que a própria vida. Ela ergueu a cabeça que nunca baixara sem a terrível idéia da escravidão que sobre ela pesava, mas que pesava levemente; porque, direi de passagem, é melhor fisicamente a escravidão no Brasil do que um estado de dependência em qualquer país da Europa ou Ásia. Fisicamente! Disse eu? Sim; porquanto moralmente não. Oh? Isso é horrível em qualquer parte da terra! Ainda mais é horribilíssimo!¹⁴²

É importante, neste momento, lembrar que nesse século foram criadas no País as instituições de pesquisa e ensino superior, principalmente por influência da transferência da Corte para cá com o afã de reproduzir aqui um ambiente cultural semelhante ao europeu. Além de ser um período de grande importância, em nível mundial, as idéias de naturalização da igualdade dos homens, herdadas da Revolução Francesa, passam a ser revistas e questionadas. O termo *raça* é introduzido no pensamento social mundial a partir de seu ponto de vista biológico, embora no Brasil ele tenha adquirido uma conotação visceralmente político-social.

As teorias raciais chegam ao Brasil pelo *discurso estrangeiro*, que constantemente faz referências à composição do povo brasileiro como algo absolutamente negativo, por conta da grande mistura ocorrida principalmente com o elemento negro. Com a obra *A divina pastora*, pode-se notar que o autor corroborou com esse *discurso estrangeiro* quando aponta a personagem escrava Susana como uma convivência maléfica aos senhores e às suas famílias. A denúncia que fez, em relação aos malefícios da escravidão, foi feita em nível moral, reforçando a tese da vingança servil.

Susana foi mera espectadora desta cena em que a virtude acabava de sair vitoriosa, ajudada da ardente mocidade que ordinariamente é acessível a todos os bons sentimentos. Ela ficou na carretinha, vendo afastar-se dela esses jovens virtuosos com certa emoção de prazer e arrependendo-se de seu comportamento criminoso. Fora ela que, atraída pelos presentes de Francisco, enganara sua senhora-moça e a induzira a segui-lo, pretextando seu estado de moléstia e conciliando o ardente amor

¹⁴² CALDRE e FIÃO, José Antonio do Valle. *A divina pastora*, op. cit., p. 88.

que penetrara no coração da moça com considerações de humanidade e de piedade.¹⁴³

Alguns dias depois, Susana foi atacada de febre escarlatina e, apesar da aplicação constante de bichas no pescoço, de duas largas sangrias, de vomitórios e cáusticos, com que costuma a imperícia de muitos cirurgiões martirizar os coitados enfermos; sucumbiu a ela, deixando todos os da família de Paulo numa grande consternação. [...]

A escravidão é um mal! E levada ao centro das famílias quanto não são graves os seus resultados! Susana era a bem querida amiga de todos os seus senhores e ainda assim ela se tinha preparado um dia para ser o instrumento da perdição e desgraça daqueles que a amavam.

Quem tinha salvado a inocente Edélia? [...] a Providência Divina.¹⁴⁴ (Grifo nosso.)

Na faculdade de direito do Recife, Sílvio Romero faz considerações nas quais aponta a mestiçagem como a grande peculiaridade do país, e o branqueamento como a solução para os problemas decorrentes dela. “Nas escolas de medicina do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, por exemplo, a discussão racial era tão constante que muitas vezes parecia [que] estávamos a um passo do *apartheid* social.”¹⁴⁵

Curiosamente, após dois anos da publicação de *A divina pastora* (1847), Caldre e Fião, em *O Corsário*, apresenta uma personagem escrava que é aliada e protetora de seus senhores. Nitidamente as experiências na Corte e a carreira política interferiram nos posicionamentos e mudaram o rumo de seu discurso:

Neste momento uma mulher apareceu no jardim, e trazia na mão um papel dobrado. A sua face tostada denunciava um pouco de aflição, seus lábios pareciam não querer abrir-se; as suas pernas pareciam obedecer à sua indecisão, porque ela apenas desceu a escada da parte da cãs que dava para o jardim, deu dous passos, e ficou parada olhando para as senhoras que estavam conversando.

– Anastácia! Exclamavam todas as três vendo-a.

– Minha senhora! Exclamou a mulata com voz submissa e respeitosa.

– Aqui? Perguntou Mariana. Há tantos dias que não tens vindo visitar-me; julguei que estivesses zangada comigo; outrora eu não passava um só dia sem ver-te. Tenho estranhado isto tanto!...

– Minha senhora! ... repetiu Anastácia.

– Anastácia, disse Ana por seu turno, precisava tanto de ti esta manhã! ... Procurei-te e não te achei.

– Não estava em casa, minha senhora, disse Anastácia; há três dias que caminho sem cessar!... Não tenho dormido durante estes tempos uma só hora, porque as aflições dos meus protetores pertencem-me, são minhas, e tornar-me-ia odiosa a mim mesma se eu não fizesse o que fiz; se eu não trabalhasse noite e dia em alívio daqueles que também me têm aliviado. Convinha salvar... [...]

– Minha Anastácia! ... como sois boa! ... nunca haveis de negar que fostes a minha protetora, e que o seríeis de todo o mundo, se todo o mundo precisasse de vós.¹⁴⁶

¹⁴³ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Valle. *A divina pastora*, op. cit., p. 140.

¹⁴⁴ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Valle. *A divina pastora*, op. cit., p. 204.

¹⁴⁵ SHWARCZ, L. M.; REIS, L.V.S. *Negras imagens*. São Paulo: Edusp, 1995.

¹⁴⁶ CALDRE e FIÃO. José Antonio do Valle. *O Corsário*, op. cit., p. 139.

4.3 Heróis e vilões

A crença de que um bom romance era aquele que trazia *lições de moral* para os leitores, recorrente nos textos brasileiros que se pronunciaram sobre os romances estrangeiros, esteve presente também nas críticas que se propuseram a analisar as produções nacionais. Esse aspecto pode ser flagrado na primeira crítica de romance brasileiro localizada: o texto que Dutra e Mello escreveu por ocasião da publicação de *A Moreninha*, de Macedo, publicado na *Minerva Brasiliense* em 1844, mesmo ano em que veio a lume a mencionada obra.

Primeiramente, o autor assinalou o grande aumento da publicação de romance, demonstrando não olhar com bons olhos a maior parte das produções. A essa abundância de narrativas corresponderia uma leitura extensiva das obras que Dutra e Mello não aprovava, pois insinuou que as pessoas “devoravam” os livros ao invés de apreciá-los e depois os esqueciam, não tirando qualquer proveito da leitura além da mera distração. Por isso, reconheceu que o público era o grande incentivador da produção do gênero e acusou-o de haver retirado o romance do “berço horaciano”. Essa acusação se deveu ao fato de que, a seu ver, o apelo do público para que se publicassem sempre mais romances levou os escritores a esquecerem de que deveriam agradar e também instruir os leitores:

[O romance] esqueceu-se de que devia fazer a educação do povo, ou pelo menos de que podia aproveitar o seu prestígio para isso. Penetrando na cabana humilde, na recâmara sumptuosa, no leito da indigência, no aposento do fausto, perdeu de vista o fanal que devia guiar-o; deslembrou-se de levar a toda a parte a imagem da virtude, a consolação mitigadora, a esperança e o horror do vício.¹⁴⁷

O autor queixou-se da falta de instruções moralizantes nas narrativas, alegando que o romance, devido ao fato de alcançar um público muito vasto, deveria empenhar-se em educá-lo. Assim como os críticos, alguns romancistas brasileiros que publicaram entre as décadas de 1830 e 1870, como Caldre e Fião, pareciam acreditar que um dos caminhos seguros para produzir um bom romance era incluir nele passagens e ensinamentos moralizantes. Um

¹⁴⁷ MELLO, Antonio Francisco Dutra e. *A Moreninha*. *Minerva Brasiliense*, 1 de outubro de 1844.

exemplo bastante significativo desse aspecto são as concepções de romance e da função do romancista, que se pode apreender na leitura de paratextos de Teixeira e Sousa, um dos primeiros romancistas brasileiros. Em seus prefácios, o autor parecia estar ciente da importância de incluir moral em seus romances:

O fim porém do romancista é (si o fundo de sua obra é fabuloso) apresentar quase sempre o bello da natureza, deleitar e moralisar. Si nesse fundo ha alguma cousa, ou muito de historico, então melhorar as scenas desagradaveis da natureza, corrigir em parte os defeitos da especie humana; adoçar os mais terriveis traços de horrorosos quadros, tendo sempre por fim deleitar, e moralisar, ainda que instrua pouco, ou nada.¹⁴⁸

Conto-vos, pois, uma história, que me hão contado.
Escrevo para agradar-vos; junto aos meus escritos o quanto posso de moral, para que vos sejam úteis; junto-lhes as belezas da literatura, para que vos deleitem. Não corrijo este meu escrito, porque essa honra vós lhe fareis!¹⁴⁹

O narrador aproveita a ocasião para declarar aos seus leitores, se lhe perguntarem no fim desta história quem é o herói dela, e qual a ação principal, que ele os não quis designar abertamente [...] Não obstante, o leitor judicioso verá que todos os fatos se reúnem afinal na vida de um homem, que todavia não parece ser o principal personagem, ao menos em grande parte desta história: e então no fim dela, ou quase no fim, o leitor notará claramente o alvo que o narrador quis ferir, e a moralidade da sua história.¹⁵⁰

Na concepção da missão do romancista, expressa pelo autor no primeiro fragmento, um dos requisitos postulados é o dever de moralizar, aspecto que ecoa nos dois textos seguintes, os quais fornecem pistas ao leitor a respeito da obra que precedem e instigam-no a avaliá-la. A presença da moralidade nos textos é previamente anunciada pelo escritor, parecendo ser uma forma de criar no público uma predisposição positiva em relação a eles. O autor não insistiria tanto nesse ponto se não imaginasse que agradaria ao público, o que indica que ele acreditava que seus contemporâneos esperavam encontrar princípios morais nos bons romances.

¹⁴⁸ SOUZA, Antonio Gonçalves Teixeira e. *Gonzaga ou A Conjuração de Tira-Dentes*. Rio de Janeiro, Typographia de Teixeira & Cia. Rua dos Ourives n. 21. 1848.

¹⁴⁹ SOUSA, Antônio Gonçalves Teixeira e. *O filho do pescador*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

¹⁵⁰ SOUSA, Antonio Gonçalves Teixeira e. (Apud CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. p. 116. v. II).

Assim, podemos dizer que houve um diálogo entre os parâmetros de avaliação da crítica de romances divulgada na imprensa brasileira entre as décadas de 1830 e 1870 e as narrativas publicadas naquele período, o que permite pensar a influência dessas críticas sobre as produções dos nossos primeiros romancistas, visto que foram publicadas num momento em que os brasileiros iniciavam a produção do gênero no País. Nesse sentido, pode-se dizer que esses escritores, destituídos de modelos nacionais e movidos pelo intuito de obter êxito em suas produções e corresponder ao gosto do público leitor, certamente levaram em conta as considerações dos críticos que se pronunciaram sobre o romance quando produziram seus textos. Além disso, a leitura de romances estrangeiros que circulavam no País, naquele momento, de certa forma forçava a idéia de que a moral deveria ser um dos elementos centrais de um bom romance. Como mencionado, muitas das narrativas importadas para o País, naquela época, haviam sido escritas com o intuito de deleitar e instruir e acabaram fornecendo tanto modelos para os romancistas brasileiros quanto parâmetros de análise para os críticos.

Nesse sentido, a abordagem das críticas de romances publicadas pela imprensa brasileira oitocentista, entre as décadas de 1830 e 1870, mostra-se de fundamental importância, pois possibilita que nos aproximemos da noção de romance compartilhada por parte dos intelectuais da época e compreendamos melhor o contexto em que se deu a formação do romance brasileiro.

A leitura dos textos que constituem o *corpus* de estudo desta pesquisa, permite que se atribua às personagens que carregam todas as características típicas dos rio-grandenses, o título de heróis e as quais o leitor entrega sua afeição. Caldre e Fião, seguindo os ensinamentos da crítica da época, faz questão de, seguidamente, em suas narrativas, caracterizar o rio-grandense e reforçar sua postura moral.

A divina pastora traz consigo diversos momentos de narrativa, enaltecendo os deveres morais e apontando-os no cotidiano das personagens. O autor emprega a palavra

divina e parece seguir o exemplo de Dante Alighieri, em *A divina comédia*, apontando o caminho dos bons e dos maus.

A vida do justo é como um ligeiro batel nas mansas águas do prateado Taquari, no calmoso estio, em noite de luar. Soprado meigamente pelas brandas auras perfumadas pelas flores das margens, voga tão brandamente e nem mesmo move a superfície das águas. A vida do mau é, pelo contrário, igual a armado iate na Lagoa dos Patos, lutando com o furor das ondas encapeladas pelos furiosos ventos, que depois de inútil e cansada resistência se quebra sobre os baixios do estreito ou sobre a arenosa Ponta de Cristóvão Pereira.¹⁵¹

Segundo Coutinho,¹⁵² a crítica moral reage contra as tendências naturalistas a só enxergar os aspectos vis do homem, e a exacerbação romântica que idealisa e exagera o culto do indivíduo. A literatura possui uma finalidade ética. Para ela, moral e religião se confundem. A crítica assim é um instrumento da ação religiosa pela defesa dos valores morais.

Pode-se perceber que o discurso de Caldre e Fião esclarece a afirmativa de Coutinho, pois faz questão de vincular os valores éticos e morais aos ensinamentos da Igreja cristã. Veja-se o trecho abaixo:

No rosto pálido e desfeito de Francisco assomou um vislumbre de fugitivo rubor que denunciava a vergonha de uma mentira dita e que a franqueza e a inconsideração de uma criança haviam patenteado. A mentira forma a vanguarda de todos os crimes na carreira da vida. Quem mente está apto a praticar todos os pecados contra o próximo e contra Deus.¹⁵³

Nosso romancista expõe a moral circundante no contexto familiar, em que a palavra divina é pregada pelo patriarca, visando ao agradecimento pela vida e pelo trabalho, sendo mais uma vez um multiplicador da palavra cristã:

Paulo e sua família se reúnem em redor da tábua comum, onde o alimento cotidiano ministrado pela providência do Senhor Deus está depositado, todos se assentam; e

¹⁵¹ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Valle. *A divina pastora*, op. cit., p. 26.

¹⁵² COUTINHO, Afrânio. *Caminhos do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Pallas, 1980. p. 885-886.

¹⁵³ CALDRE e FIÃO. José Antonio do Valle. *A divina pastora*, op. cit., p. 131.

então, por entre o gozo do manjar simples e delicado, um salmo da sagrada Bíblia e um conto de moral verdadeira são recitados por Paulo; nunca aí tristes recordações vêm perturbar-lhes as fronte serenas. As orações terminam este ato e cada qual busca o consolador trabalho.¹⁵⁴

A família é o berço dos ensinamentos morais e, na figura do pai, encontramos o amigo, o companheiro, o confidente e o disseminador de experiências. Na figura da mãe, encontramos a conselheira, a protetora, a incansável mediadora da família e atenta assistente nos cuidados de todos, inclusive dos escravos.

Paulo era o chefe, o carinhoso pai desta reunião social onde se respeitavam estritamente os deveres naturais, onde havia amigos e nunca mandantes, onde havia convenções e nunca ordens, onde uma única idéia dominava, e a mesma fonte de conhecimentos ministrava em taça áurea o saber fecundo que fortifica o coração do homem contra a vil ignorância, que polui e aniquila. Margarida era a esposa de Paulo, a parte reflexiva de suas bondosas disposições, a consoladora, a medianeira, finalmente a mãe por excelência; filhos, parentes e escravos eram o alvo de seus cuidados: em tudo providente, as menores ações dos seus interpretava amigavelmente.¹⁵⁵

Não se pode esquecer que nosso romancista caracteriza os frutos de uma exemplar família. A filha moça, como uma donzela desprotegida, é mencionada como a única esperança de guardiã da velhice de seus pais, e de seus irmãos apreende os conhecimentos pelo ato de não freqüentar liceus:

Edélia era a filha querida deste par ditoso, a digna esperança, a estrela que eles viam fulgurar no fim de sua vida como a consoladora guia, o arrimo de uma velhice prolongada, pois na mocidade tinham gozado a doce quietação da virtude. Anibal e Acácio, filhos virtuosos que haviam proveitosamente recebido as lições de moral tantas vezes repetidas, freqüentavam os liceus e escolas e à porfia tratavam de instruir Edélia nas matérias por eles estudadas, do que se maravilhavam, enchendo-se de sumo gosto, Paulo e Margarida.¹⁵⁶

O romance dos séculos XVIII e XIX utilizou sobretudo a técnica do retrato para caracterizar direta e indiretamente as suas personagens. Nas grandes narrativas, o retrato pode incluir a fisionomia, o vestuário, o nome próprio e a sua história genealógica, o

¹⁵⁴ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Valle. *A divina pastora*, op. cit., p. 25.

¹⁵⁵ Ibidem, p. 23.

¹⁵⁶ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Valle. *A divina pastora*, op. cit., p. 24.

temperamento, etc., mas também a relação com os espaços habitados e a integração numa dada época histórica.

No estudo dedicado ao herói, incluído no capítulo referente à temática, Tomachesvski fornece elementos teóricos para o reconhecimento de personagens e, dentre esses, está herói. Para Tomachevski, “o personagem tem a função de um fio condutor [...] e deve, mais ou menos fixar nossa atenção”.¹⁵⁷

Também afirma que os personagens habitualmente carregam consigo uma carga emocional. “O personagem que recebe a carga emocional mais viva e acentuada chama-se herói. O herói é o personagem seguido pelo leitor com a maior atenção. Provoca a compaixão, a simpatia, a alegria e a tristeza do leitor.”¹⁵⁸

No romance *O Corsário* (1849), poder-se-ia esperar, pela estrutura da obra, que o monarca fosse Vanzini, o corsário veneziano. O centauro, o orfeu dos pampas não é o corsário, é Bento Gonçalves, o líder da Revolução Farroupilha. Veja-se o entrelaçamento da história com o mito.

O episódio narrado por Caldre e Fião, em *O Corsário*, situa-se na linha do fabuloso e fantástico. Mistura de história, geografia, mito, herói, anti-herói, donzela desprotegida de tipo medieval. No meio dessa história fantástica, emerge Bento Gonçalves, como monarca das coxilhas. “Apresentava um caráter índobre, mas insinuante, e capaz de destruir as vontades de todos com um simples gesto.”¹⁵⁹ Ele mesmo diz: “Não sou escravo das vontades alheias: a minha espada que cingi desde os tenros anos, e que me deu o posto militar de capitão de guerrilhas das antigas milícias, quando me achava nos campos do Cerro Largo, jamais serviu senão em defesa da pátria.”¹⁶⁰

¹⁵⁷ TOMACHEVSKI, B. Temática. In: MOREIRA, Maria Eunice. *Regionalismo e literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/ICP, 1982. p. 44.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 194.

¹⁵⁹ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Valle. *O Corsário*, op. cit., p. 193.

¹⁶⁰ Ibidem, p. 192.

Nos pagos, é conhecido como *monarca de opinião, destemido*. Uma espécie de guarda fiel do continente sulino. A corte do monarca das coxilhas compunha-se de gaúchos, que Caldre e Fião assim os descreve:

Eles traziam chapéus de abas largas; trajavam chiripás com franjas: coletes vermelhos com botões amarelos, chales de cachemira velhos amarrados à cintura, excetuando um deles que cingia uma linda e bordada guaiaca; e trazia ainda grandes e pesadas chilenas de prata; estavam armados à rio-grandense, com espada, duas pistolas, uma faca, carabina e o laço e as bolas, que estavam seguras aos tentos dos cavalos; seus aspectos eram guerreiros; em seu todo apresentavam uma lhana franqueza e alegria bem pronunciada.¹⁶¹

No meio desses gaúchos rudes, acostumados a enfrentar toda espécie de obstáculos, o monarca das coxilhas, o centauro dos pampas, o orfeu do Continente da Província de São Pedro, é Bento Gonçalves.

Para melhor demonstrar o pensamento do autor, é necessário citá-lo textualmente, justamente o excerto de sua caracterização ao líder farrapo Bento Gonçalves:

Quando Matias se viu livre dessa turma, se dirigiu com seu vaqueano para a estância de Bento Gonçalves; [...]. Bento Gonçalves o recebeu com afabilidade e com aquela natural bonomia que o caracterizava. Bento Gonçalves era um homem de estatura regular: sem ser gordo, o seu corpo não era contudo muito delgado. A sua presença agradável atraía desde logo a simpatia dos outros; simpatia que se vigorizava com o seu trato e maneiras delicadas. **Ele não parecia um oficial das guerrilhas acostumado ao trato grosseiro dos gaúchos, e à cavalheirosa altiveza dos monarcas, mas sim um homem educado nos salões polidos e magníficos das cidades:** o seu espírito ativo e a sua sagacidade própria supria bem as estudadas ilustrações que se adquirem nas escolas. A estratégia lhe era conhecida, e se ele não tinha na arte da guerra os conhecimentos matemáticos que soem fazer um hábil general na velha e carcomida Europa, a prática lhe havia ensinado mais do que era preciso a um soldado da América. (Grifos nossos.)¹⁶²

Na figura do jovem Almênio, o grande amor de Edélia *A divina pastora*, Caldre e Fião expressa a condição de um verdadeiro monarca, que enquanto muito jovem comete erros – o de pertencer ao exército republicano – mas que, depois arrepende-se e se une ao exército imperial.

[...] entrei no exército do Imperador, liguei-me à causa da minha pátria, porque a liberdade não está naquele que a pronuncia todos os dias mas no mais reto e naquele que sabe melhor fazer respeitar e sustentar os seus deveres e os seus direitos.
– Pensaste bem, menino, disse Paulo. E então! ... Estás Capitão? Quantas batalhas?

¹⁶¹ Ibidem, p. 163.

¹⁶² CALDRE e FIÃO, José Antonio do Valle. *O Corsário*, op. cit., p. 76.

– Nenhuma, meu tio, respondeu Almênio. Foram-me dadas estas insígnias e eu as recebi como um fiador dos serviços que hei de prestar em prol da integridade do Império.

Nesse momento, o romancista parece desculpar-se ao Império por dez anos de intensa problemática em virtude da grande revolução, já que, no momento em que escrevia o primeiro romance da literatura gaúcha, o fazia de longe, pois estava na Corte, no Rio de Janeiro, buscando acentuar as virtudes do seu povo e as belezas da sua terra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certau diz que “o gesto que liga as ‘idéias’ aos lugares é, precisamente um gesto de historiador”;¹⁶³ portanto, cabe aos historiadores acompanhar a trajetória de homens e mulheres no tempo, identificando suas formas de expressão e de organização em diferentes lugares, enfim, os modos de ser e de estar no mundo, característicos da condição humana, trazendo do fundo do tempo seus pensamentos e suas lembranças, a fim de restituir-lhes um lugar na memória da sociedade.

Mas esse esforço de leitura de realidades sempre distantes, espacial e temporalmente, possui diversas possibilidades de escrita e múltiplas abordagens teóricas; portanto, pode-se como pesquisadores, priorizar o que mais convier à nossa tendência pessoal ou que atenda melhor às exigências do objeto em estudo. Por conseguinte, a narrativa histórica é sempre uma versão pessoal do historiador, que resulta do conjunto da operação historiográfica diante da visão em retrospecto, que tem, dos indícios que representam, um tempo que já se foi, analisados por meio dos recursos conceituais que utiliza para interpreta-los.

Nesse sentido, a opção teórica aqui adotada definiu-se em função da utilização da literatura como principal fonte da narrativa histórica; com efeito, a história cultural forneceu os elementos fundamentais para a presente análise, porque possibilita a ênfase nos aspectos *particulares* da vida de um povo, tornando possível, pela da noção de representação, a percepção de como as “práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição”,¹⁶⁴ se manifestam num meio específico e se estruturam no tempo.¹⁶⁵

¹⁶³ CERTAU, op. cit., p. 65.

¹⁶⁴ CHARTIER, Roger. História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação. Lisboa: Difel, 1990. p. 56-57.

¹⁶⁵ A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa desse tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a

E, além disso, por corroborar a definição de que a cultura de um povo constitui uma série de representações coletivas ou não, que um grupo social tem de si mesmo e de outros, e por isso torna possível a utilização de fontes literárias de diversos tipos, e, nesse caso, é sobre a tênue fronteira existente entre história e literatura, em que paira nosso olhar investigador, ou seja, sobre como a história serviu à literatura e como a literatura contou a história, a composição da sociedade rio-grandense da segunda metade do século XIX, e tangencialmente para a narrativa dos escritores, dirigiu-se uma interrogação sobre a percepção, e por via de consequência sobre a representação de sua própria sociedade; é portanto, desse cruzamento de representações que surge a reflexão sobre o que pode ser definido por identidade cultural.¹⁶⁶

Um conceito essencial em história cultural é o de representações, pois, por meio dele é possível compreender as questões relativas à identidade, visto que não opera sozinho, ao contrário, aglutina em torno de si contribuições de outros campos do saber, tais como a sociologia, a filosofia, a psicologia e a arte, a fim de somar esforços para o entendimento, daquilo que pode ser definido como *sentidos partilhados*.¹⁶⁷ Ou, ainda, por outro lado, como *habitus*,¹⁶⁸ tal como foi definido por Bourdieu e adotado amplamente por Chartier, ou seja, a

apreensão do mundo social, como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis, consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São esses esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado.” (Apud CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002. p.17.

¹⁶⁶ Sendo a cultura um conceito construído historicamente e que, portanto, possui diversos entendimentos, a definição aqui adotada é a de Roger Chartier: “O Conceito de cultura [...] designa um conjunto de significações historicamente transmitido e inscrito em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas nestas formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu saber sobre a vida e suas atitudes diante dela.” (Apud CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. p. 60).

¹⁶⁷ A noção de representação em Psicologia Social está definida, nesta disciplina, “a partir de sua definição primeira, que é ‘interpretar a realidade que nos envolve, de um lado, mantendo com ela relações de simbolização e de outro atribuindo-lhe significações”. Desse modo, as representações sociais “recobrem o conjunto das crenças, dos acontecimentos e das opiniões que são produzidas e partilhadas pelos indivíduos de um mesmo grupo, a respeito de um dado objeto social”. É no quadro dessa disciplina, que se encontram as definições mais elaboradas, tentando distinguir diferentes níveis de construção das representações: um nível profundo, concebido com um ‘núcleo central’, no qual se constroem por consenso representações ‘não negociáveis’, que constituem a memória da identidade social; um ‘sistema periférico’, no qual se constroem ‘categorizações’ que permitem à representação ‘ancorar-se na realidade do momento, [...] como grade de ‘decifração’ das situações sociais”. In: GUIMELLI, C. *La pensée sociale*. CHARAUDEAU, Patrick. *Dicionário da análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 432.

¹⁶⁸ Roger Chartier faz uso da definição de Bourdieu da seguinte maneira: “A articulação entre as propriedades sociais objetivas e sua interiorização nos indivíduos, sob forma de um *habitus* social, que comanda pensamentos e ações, leva a considerar os conflitos ou as negociações, cujo desafio continua sendo sua

capacidade que têm alguns grupos sociais de vivenciar determinadas práticas, inculcadas a partir de valores e símbolos que obedecem a determinadas produções de sentido que, ao fim e ao cabo, lhes conferem uma distinção, uma existência e uma visão de mundo exclusiva.¹⁶⁹

Nesse aspecto, cabe um esclarecimento sobre o manejo dessas construções de sentido, ou seja, identidade, sociedade, Estado ou religião são categorias históricas e culturais, portanto, sua explicação não pode pretender a universalidade. Do mesmo modo história e cultura não são universais, ambas só adquirem seus significados pelo ser humano, isto é, são criações humanas, que representam o pensamento do homem sobre o mundo num determinado período.

Também a utilização da categoria *identidade cultural* visa a ressaltar uma questão central nessa discussão que é o regionalismo, ou seja, aquelas características específicas de cada região brasileira, que conferem ao caráter nacional essa multiplicidade cultural que compõe paradoxalmente nossa especificidade mais marcante.¹⁷⁰

Portanto, na composição de uma identidade, seja ela nacional seja regional, concorrem contribuições culturais de várias ordens, entre as quais encontra-se a literatura, pois, assim como por meio dela constroem-se novos significados, também são consolidadas antigas crenças, mas, sobretudo, revelam-se modos de percepção da realidade pela linguagem, de tal maneira que, como afirma Wittgenstein, “os limites da minha linguagem significam os limites de meu mundo”.¹⁷¹

capacidade para fazer com que se reconheça sua identidade. É do crédito concedido (ou recusado) à imagem que uma comunidade produz de si mesma, portanto seu ‘ser percebido’, que depende a afirmação (ou a negação) de seu ser social.” (Apud CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. p.10).

¹⁶⁹ Para um detalhamento sobre a importância da noção de representação, como “a pedra angular de uma abordagem ao nível da história cultural”, veja-se: CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002. p. 23.

¹⁷⁰ As estratégias utilizadas pelo Estado brasileiro no sentido de construir, mediante um discurso autorizado (do qual José de Alencar será o principal arauto), as características nacionais, afirmando o regionalismo como um movimento contrário ao nacionalismo, “pois tenderia a salientar as diferenças, e não as semelhanças, entre os brasileiros de várias regiões”, são muito claramente apresentadas por Dante Moreira Leite. In: LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Pioneira, 1993. p. 220.

¹⁷¹ MORENO, Arley R. *Wittgenstein: os labirintos da linguagem*. São Paulo: Moderna; Campinas: Ed. Unicamp, 2000. p. 105.

Com efeito, é na e pela linguagem que se revela essa especificidade da natureza do ser humano, qual seja, a singularidade de uma existência única, e a exclusividade de pertencer a um gênero variado em comportamentos sociais, ou seja, é simultaneamente uno e múltiplo. Uno porque individual e múltiplo, justamente porque cada grupamento humano revela características próprias de sua construção cultural e entre as quais está a linguagem.¹⁷²

Assim, retorna-se àquelas categorias históricas, mencionadas anteriormente, para acrescentar mais uma: a alteridade, que é a capacidade do *ser* de criar outros seres ao mesmo tempo iguais e diferentes de si, e, nesse sentido, a alteridade estabelece o confronto entre os universais.

A rigor, é desse choque que se originam as discussões em torno das categorias *identidade e cultura*, e elas tornam-se necessárias sempre que existe a percepção de distorções nos padrões de referência de indivíduos, inscritos num determinado ambiente e período histórico, isto é, quando um grupo social percebe-se diferente, seja nas atitudes e nos comportamentos, seja nos hábitos mais simples de alimentação ou habitação, enfim das diversas possibilidades de existência captadas no encontro com um outro ser.

A partir dessa percepção, surgem as lutas simbólicas que se operam tanto no interior do discurso quanto no nível da existência individual, elas resultam em classificações que os grupos sociais criam de si para os outros ou vice-versa, pois é a construção de sua identidade social que está em jogo, e no limite está sua própria manutenção, pois, conforme indica Bourdieu:

Sabe-se que os indivíduos e os grupos investem nas lutas de classificação todo o seu ser social, tudo o que define a idéia que eles têm deles próprios, todo o impensado pelo qual eles se constituem como “nós” por oposição a “eles”, aos “outros” e ao qual estão ligados por uma adesão quase corporal. É isto que explica a força mobilizadora excepcional de tudo o que toca a identidade.¹⁷³

¹⁷² Quanto à distinção para a não-universalidade dos termos, adota-se a explicação dada por Castoriadis, para esclarecer que a singularidade no ser humano não é acidental, ela é da essência do ser, por isso, segundo ele: “É cada vez a singularidade do indivíduo, ou a singularidade de uma sociedade particular, que fazem que sejam este indivíduo e esta sociedade, e que traduzem a sua essência.” In: CASTORIADIS, Cornelius et al. *A criação histórica e a instituição da sociedade*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1992. p. 84.

¹⁷³ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 124.

Sendo assim, a literatura, como uma forma da expressão humana, porque potencializa o eu da sua natureza, convertendo em arte a linguagem e a racionalidade, agregando significado e valor ao mundo pela escrita, possibilita uma visão da história por meio de textos literários, não apenas como meras fontes, mas também como depoimentos de uma realidade específica. Literatura e história, portanto, são resultado de ações eminentemente humanas, produtos de um período e de uma região específicos, estão carregadas de intencionalidade e também de contingências, e revelam, sobretudo no seu fazer, as dificuldades de traduzir em palavras a imensa diversidade de ações, sensações e pensamentos dos indivíduos e da sociedade que os cerca.

A literatura é, além disso, um *locus* privilegiado de produções de sentido, porque ela própria é uma representação simbólica da realidade na qual está inserida, porquanto a fala, o discurso, a narrativa literária são expressões de sensibilidades presentes num determinado meio social que está impregnado de significados.

Desse modo, é o discurso, a narrativa, que aproxima história e literatura, que são ambas representações do real, embora com níveis diferentes de *liberdade de criação*, pois o romancista cria seus personagens e enredo (à semelhança de uma época ou lugar), a fim de cativar seu leitor. Ele tem, via de regra, o propósito de encantar quem o lê; por isso, sua narrativa livre de contingências pode conter o que for necessário para a realização desse objetivo de sedução. Por outro lado, o historiador tem compromissos e responsabilidades metodológicas que restringem e controlam sua liberdade narrativa, pois sua escrita deve ser o meio pelo qual o passado, ou a “passeidade”,¹⁷⁴ torna a existir. Nesse sentido, ao historiador cabe revelar o que existe de palpável na vida (que realmente existiu), sem ignorar seus

¹⁷⁴ A “passeidade” é utilizada por Paul Ricoeur para referir-se à representação do passado pela narrativa histórica, ou mais exatamente refere-se “à atribuição de um conteúdo ficcional à narrativa histórica, entendendo-a como a representação de um ausente, no caso, o “real-vivido” ou a “passeidade”. Cfe. LEENHARD, Jaques, PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Org.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998. p.10. Apresentação.

próprios sentimentos nem as sensibilidades de outrora, mas também sem pretender uma recriação autêntica (tal e qual o vivido).

A escrita da história, como uma prática social, é magistralmente apresentada por Certeau,¹⁷⁵ que muito precisamente registra essa tensão entre a *mise-en-scène* literária e a operação historiográfica, ou dito de outro modo, entre o que é vivido e como é dado a ler esse vivido, enfim, da relação entre uma prática (da história) e seu resultado (o discurso). Nesse sentido, Chartier relembra o pensamento do mestre ao dizer:

Michel de Certeau formulara essa tensão fundamental da história. Ela é uma prática “científica”, produtora de conhecimentos, mas uma prática cujas modalidades dependem das variações de seus procedimentos técnicos, das restrições que lhe impõem o lugar social e a instituição de saber onde é exercida, ou ainda, das regras que necessariamente comandam sua escritura. O que pode igualmente ser enunciado ao inverso: a história é um discurso que coloca em ação construções, composições, figuras que são aquelas de toda a escritura narrativa, logo, também da fábula, mas que, ao mesmo tempo, produz um corpo de enunciados “científicos”, se entendermos por isso “a possibilidade de estabelecer um conjunto de *regras* que permitem ‘controlar’ *operações* proporcionais à *produção* de objetos determinados.”¹⁷⁶

Não obstante essa distinção quanto ao nível de controle na operação narrativa, existe uma confluência natural entre as atividades, pois se os escritores descrevem o mundo em que vivem por meio de enredos, criam dramas e romances, que refletem o tom de uma época, uma forma de ver e de sentir o mundo em determinado tempo. Por sua vez, os historiadores narram acontecimentos mediante fontes escritas ou não, mas fundamentalmente é de pessoas que ambos tratam, de existências impregnadas de sentimentos e de memórias que, igualmente, tecem tramas em que o tema central é a própria vida.

E é precisamente aí que se encontram essas narrativas, isto é, quando a história, aliada à literatura consegue captar o “melhor” conjunto de referências sobre uma época, um lugar, um grupo social, e juntas constroem um discurso que traduza algo semelhante àquilo que Hegel chamou de “espírito” e ao que Marx chamaria de “condições de existência”. Enfim,

¹⁷⁵ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 65-109.

¹⁷⁶ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre as incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. p. 100.

a literatura se estabelece como via de conhecimento do passado, justamente por proporcionar à história um depoimento indireto sobre os anseios e os sentimentos das pessoas de um determinado tempo, assim como por revelar a maneira de falar desses indivíduos. O conhecimento do passado registrado nas páginas do romance, mesmo que perdido no tempo, como é o caso de *A divina pastora*, retoma toda sua importância como narrativa da história de seu tempo. É o que exemplifica, a seguir, o discurso de Chaves, ao tomar posse da Cadeira de número 7 na Academia Rio-Grandense de Letras:

Certa noite recebi seu chamado urgente. Quando cheguei, deu-me a notícia sob todos os pontos de vista inacreditável: era iminente o deslinde do mais intrincado enigma da literatura brasileira – A divina pastora, de José Antonio do Valle Caldre e Fião. Primeiro romance rio-grandense e um dos primeiros no Brasil (antecedente às obras de Alencar, de Manoel Antonio e Bernardo Guimarães), o livro fora publicado no Rio de Janeiro em 1847 e logo sumira por completo numa espessa teia de mistérios e indagações, que permaneceram irresolúveis ao longo de um século e meio, provocando o ceticismo de todos e a descrença de muitos. Tratava-se de um livro inexistente. E, no entanto, acabava de ser descoberto por nosso amigo comum, o livreiro Adão Fernando Monquelat, dentro de uma arca de velharias adquirida na banda do Uruguai. Passamos boa parte daquela noite a garimpar as escassas indicações bibliográficas disponíveis.

Nada se pode comparar ao terrível susto que, sem querer nem perceber, pregou-nos Monquelat na manhã seguinte. Ingressando na biblioteca, retirou do bolso um pequeno volume e colocou-o à nossa frente. Sem pronunciar palavra, olhamo-nos incrédulos. Ora, nós recém havíamos lido a indicação precisa de Sacramento Blake, talvez o único a descrever a roupagem gráfica do livro; o romance compunha-se não de um mas de dois volumes, impressos com certo intervalo de tempo entre um e outro. O que não dissemos, os dois sabíamos: desgraça muito pior do que não topar jamais o encantado livro seria tê-lo incompleto e pela metade.

Ainda desta feita protegeu-nos o espírito de Simões Lopes Neto, não fosse logo ele o redator da lenda do Negrinho do Pastoreio, “que anda sempre à procura dos objetos perdidos, pondo-os de jeito a serem achados pelos seus donos, quando estes acendem um coto de vela, cuja luz ele leva para o altar da Virgem Senhora Nossa, madrinha dos que não a têm”. No caso, não tivemos tempo sequer de alumiar nossa oferenda, pois a suspeita se desfez na primeira inspeção. Ocorre que, em algum dia perdido, alguém providenciara uma encadernação e, obviamente, nesta foram juntados num só invólucro os dois exemplares. Na contracapa lia-se a

etiqueta: “Encadernado na tipografia de Echenique e Cia.”; quer dizer, a mesma casa na qual o nosso Capitão tivera sua obra editada e na mesma cidade de Pelotas.

Mais uma vez a generosidade de Carlos Reverbel associou-me a um momento importante da nossa vida literária. Entregou-me a execução da edição crítica que, ao final de 1992, foi publicada; mas, sobretudo, me permitiu observar a paixão e competência com que se dedicou a uma tarefa quase impossível, a biografia de Caldre e Fião. Ao fim e ao cabo, ele conseguiu resgatar e trazer à luz mais um autor decisivo na configuração intelectual do Rio Grande do Sul, alterando profundamente a leitura do próprio sistema cultural brasileiro.¹⁷⁷

O percurso teórico feito nesta pesquisa demonstrou que é possível resgatar a leitura da história no texto literário, pois a palavra é a materialização do pensamento humano. Ela é o meio pelo qual a vida humana adquire *status* de obra filosófica *strictu sensu*, isto é, a linguagem se revela como uma capacidade de expressão e de compreensão da realidade em que se vive, cujas idéias têm o propósito de representar um modo de ver e de sentir o mundo, construindo formas simbólicas para o entendimento de si e fundando parâmetros de distinção para os outros.

¹⁷⁷ CHAVES, Flávio Loureiro. *Discurso de posse na Cadeira 7*. Academia Rio-Grandense de Letras. Porto Alegre, 1999. p. 6-7.

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: M. Fontes, 1990.
- ADORNO, Theodor W. *Prismas: crítica cultural e sociedade*. São Paulo: Ática, 1998.
- ALEGRE, Aquiles Porto. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1916. (Coleção Especial Laudelino Teixeira de Medeiros).
- AQUINO, Ivânia Campigotto. *Literatura e história em diálogo: um olhar sobre Canudos*. Passo Fundo: UPF, 1999.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Temas de filosofia*. São Paulo: Moderna, 1992.
- ARISTÓTELES. *Poética*. Trad. de Eudoro de Souza. São Paulo: Abril Cultural, 1973. T. IV. (Coleção Os Pensadores).
- AZEVEDO, Thales de. *Gaúchos*. Bahia: Progresso, 1958.
- BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux*. Paris: Payot, 1984.
- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERND, Zilá. O maravilhoso como discurso histórico alternativo. In: LENHARD, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Unicamp, 1998.
- BOSI, Alfredo. As fronteiras da literatura. In: AGUIAR, Flávio et al. (Org.). *Gêneros de fronteira: cruzamento entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- BOUTIER, J.; JÚLIA D. *Passados recompostos*. Rio de Janeiro. Ed. da UFRJ, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: Difel, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BURKE, Peter. As fronteiras instáveis entre história e ficção. In: AGUIAR, Flávio et al. (Org.). *Gêneros de fronteira: cruzamento entre o historiográfico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 5. ed. Campinas: Unicamp, 1996.
- CALDRE e FIÃO, José Antonio do Valle. *O Corsário*. Porto Alegre: Movimento; IEL; INL, 1979.
- CALDRE e FIÃO, José Antonio do Valle. *A divina pastora*. Porto Alegre: RBS, 1992.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1998.
- CANDIDO, Antonio. *Tese e antítese*. São Paulo: Nacional, 1964.

- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Nacional, 1985.
- CARVALHO, José Murilo. *O historiador às vésperas do terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Phoênix, n. 3, 1997.
- CASTORIADIS, Cornelius et al. *A criação histórica e a instituição da sociedade*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1992.
- CAZENAVE, Michel. *Mythes et histoire*. Paris: Albin Michel, 1984.
- CESAR, Guilhermino. *O contrabando no Sul do Brasil*. Caxias do Sul: UCS; Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1978.
- CESAR, Guilhermino. Bibliografia de Caldre e Fião. In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Valle. *O Corsário*.
- CESAR, Guilhermino. O criador do romance gaúcho. In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Valle. *O Corsário*.
- CESAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1955.
- CESAR, Guilhermino. *Notícia do Rio Grande: literatura*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994.
- CERTAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (Org.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- CHALHUB, Samira. *Funções de linguagem*. São Paulo: Ática, 1995.
- CHARTIER, Roger. História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação. In: *A história cultural*. Lisboa: Difel, 1990.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre as incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CHAVES, Flávio Loureiro. *História e literatura*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991.
- CHAVES, Flávio Loureiro. *Um texto resgatado*. In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Valle. *A divina pastora*.
- CHAVES, Flávio Loureiro. *Discurso de posse na Cadeira 7*. Academia Rio-Grandense de Letras. Porto Alegre, 1999.
- CONFORTO, Marília. *Faces da personagem escrava*. Caxias do Sul: Educs, 2001.
- COUTINHO, Afrânio. *Caminhos do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Pallas, 1980.

- COSTA, Rogério Haesbaert da. *De-territorialização e identidade: a rede gaúcha no nordeste*. Rio de Janeiro: Ed. da Universidade Federal Fluminense, 1997.
- ECO, Humberto. *Lector in fabula*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- _____. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução dos habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.
- ESTEVES, Antonio R. *Fronteiras do literário*. Niterói: Eduf, 1997.
- FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. *A estratégia dos signos*. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- FERREIRA, Antonio Celso. A narrativa histórica na prosa do mundo. *Revista Itinerários* [Pós-Graduação em Letras – Unesp], Araraquara, n. 15/16, p. 133-140, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. de L. F. A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- GAY, Peter. *O estilo da história*. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Trad. de Antonio Narino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- GUIMELLI, C. La pensée sociale. In: CHARAUDEAU, Patrick. *Dicionário da análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- HESSEL, Lothar. Caldre e Fião. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 28 de agosto de 1963.
- HUNT, L. (Org.) *A nova história cultural*. Trad. de Jefferson L. Camargo. São Paulo: M. Fontes, 1992.
- KALIMAN, Ricardo. *La palabra que produce regions: el concepto de region desde la teoria literaria*. Argentina: Universidade de Tucumán, 1994.
- JORNAL *ECHO DO SUL*. Rio Grande, 24 de janeiro de 1890.
- LENHARD, Jaques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Unicamp, 1998. Apresentação.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. de Bernardo Leitão. Campinas: Unicamp, 1990.
- LEITE, Maria; CHIAPPINI, Lígia. *O foco narrativo*. São Paulo: Ática, 1991.
- _____. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1993.
- LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário: razão e imaginação no Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LIMA, Luiz Costa. 1990. Persona e sujeito ficcional. In: CONGRESSO DA ABRALIC, 2., Belo Horizonte, 1990. *Anais...* Belo Horizonte, 1990.
- LIMA, L.C. A questão da narrativa. In: _____. *Pensando nos trópicos*. Rio de Janeiro, Rocco, 1991.

- MAESTRI, Mário. *Uma história do Brasil: Império*. São Paulo: Contexto, 1997.
- MAGALHÃES, Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. *Niterói, Revista Brasiliense*, versão facsimilada pela Biblioteca da Academia Paulista de Letras, p. 134-135, 1978. t. 1.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. de F. Idursky. São Paulo: Pontes/Ed. da Unicamp, 1993.
- MELLO, Antonio Francisco Dutra e. A Moreninha. *Minerva Brasiliense*, 1 de outubro de 1844.
- MENDONÇA, Wilma Martins de. Memórias do cárcere: história sim, literatura também. *Graphos: Revista da Pós-Graduação em Letras da UFPB*, João Pessoa, n. 2, ano 1, p. 123-148, 1995.
- MEYER, Augusto. *Gaúcho: história de uma palavra*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1957.
- MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1985.
- MORENO, Arley R. *Wittgenstein: os labirintos da linguagem*. São Paulo: Moderna; Campinas: Unicamp, 2000.
- NUNES, Benedito. Narrativa histórica e narrativa ficcional. In: RIEDEL, Dirce Cortes (Org.). *Narrativa: ficção e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.
- NUNES, Benedito. *Crivo de papel*. São Paulo: Ática, 1998.
- OLIVEN, Rubem. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- ORNELAS, Manoelito. *Tradições e símbolos*. Porto Alegre: [s.n.], 1940. Obra Citada por Thales de Azevedo (assim descrita).
- PEREIRA, José Augusto Medeiros. A divina pastora e a escravidão. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 7 de janeiro de 1978, p. 4. Cadernos de Sábado.
- _____. O elogio dramático ao príncipe D. Pedro, de Caldre e Fião. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 15 de abril de 1978.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História: representações*, São Paulo: Anpuh/Contexto, v. 15, n. 29, 1995.
- POZENATO, José Clemente. Algumas considerações sobre região e regionalidade. In: FELTES, Heloísa Pedrosa de Moraes; ZILLES, Urbano (Org.). *Filosofia: diálogo de horizontes*. Caxias do Sul: Educs, 2001.
- POZENATO, José Clemente. *O regional e o universal na literatura gaúcha*. Porto Alegre: Movimento, 1974.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003.
- REVERBEL, Carlos. Traços biográficos de Caldre e Fião. In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *A divina pastora*. Porto Alegre: RBS, 1992.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Trad. de Constança M. Cesar. Campinas: Papyrus, 1994.
- ROSENFELD, Anatol. Literatura e personagem. In: A personagem de ficção. *Revista de Teoria Literária e Literatura Comparada*, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 2, p. 20-21, 1964.

- SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- SANTOS, Pedro Brum. *Teorias do romance: relações entre ficção e história*. Santa Maria: UFSM, 1996.
- SANTOS, Roberto Corrêa dos. *História como Literatura*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.
- SARAMAGO, José. *História e ficção*. *Jornal de Letras, Artes e Idéias*, Lisboa: [s.n.], 1990.
- SCHLEGEL, Friedrich. *Conversas sobre poesia e outros fragmentos*. São Paulo: Iluminuras, 1994.
- SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- SHWARCZ, L. M.; REIS, L. V. S. *Negras imagens*. São Paulo: Edusp, 1995.
- STEINER, Georg. *Nenhuma paixão desperdiçada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma velha história. Trad. de Denise Bottmann. *Revista de História*, Campinas, n. 2, p. 12-27, 1991.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- SOUZA, Antonio Gonçalves Teixeira e. *Gonzaga ou a conjuração de tiradentes*. Rio de Janeiro: Typographia de Teixeira & Cia. Rua dos Ourives, n. 21. 1848.
- SOUSA, Antônio Gonçalves Teixeira e. *O filho do pescador*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, v. II.
- TOMACHEVSKI, B. Temática. In: EIKHENBAUM, B. et al. *Teoria da literatura – formalistas russos*. Porto Alegre, Globo, 1973. In: MOREIRA, Maria Eunice. *Regionalismo e literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/ICP, 1982.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Trad. de Alda Baltar e Maria A. Kneipp. Brasília: Ed. da UnB, 1982.
- WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica no século XIX*. Trad. de José Lourênio de Melo. São Paulo: Edusp, 1992.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. de Alípio Correia de Franca Neto. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.
- WHITE, Hayden. Teoria literária e escrita da história. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 21-48, 1994.

ANEXOS

ANEXO A

A Divina Pastora e a Escravidão

José Augusto Medeiros Pereira

Há muitos anos realiza-se uma verdadeira ginástica intelectual em torno de "A Divina Pastora", romance de José Antônio do Vale Caldre e Fião, nascido a 24 de Outubro de 1813, em Porto Alegre, e falecido a 20 de março de 1876, em S. Leopoldo. Sabese que foi editado em 1847, no Rio de Janeiro, mas ninguém o viu nas últimas décadas. E Caldre e Fião não é um autor desconhecido, embora tenha sido esquecido por muito tempo. Teve grande atuação como médico, jornalista, homem de letras e político, sendo diversas vezes eleito deputado à Assembleia Provincial e uma à Geral do Império. Formou-se em medicina no Rio, e lá fundou em 1845, o Jornal "O Filantropo", através do qual madrugou na campanha abolicionista. Escreveu sobre a Homeopatia, que na época parecia promissora terapêutica, mostrando-se assim espírito aberto a idéias novas. E foi, em 1868, fundador e primeiro presidente da Sociedade Partenon Literário, que assinalou uma das fases mais florescentes da literatura rio-grandense, entidade que com recursos próprios tomou a iniciativa de libertar muitos cativos.

Em 1917, em "Homens Ilustres do Rio Grande do Sul", Aquiles Porto Alegre evoca seu nome em breve resenha biográfica e, em 1921, Múcio Teixeira dedica-lhe algumas páginas em "Os Gaúchos". Souza Doca, em 1937, a ele se refere em "Desenvolvimento Intelectual do Rio Grande do Sul", in "Terra Farroupilha", 1.º v. p. 260. Diante de Laytano, em 1949, protesta contra o esquecimento que lhe envolvia, reproduzindo em Preleções, de Luciana de Azevedo, o esboço biográfico da educadora publicado por Caldre e Fião, na Revista do Partenon Literário, de maio de 1874.

Mas sua ressurreição dá-se somente em 1954, através da conferência "O Criador do Romance no Rio Grande do Sul", de Guilherme Cesar, que integra o 1.º volume do volume "Fundamentos da Cultura Rio-grandense". Mais tarde o conferencista introduziria este estudo na "História da Literatura do Rio Grande do Sul", p. 141, de sua autoria, assim situando Caldre e Fião na literatura nacional e regional: "Antes do Guarani", d'"As Minas de Prata" e da "Iracema", mas precedia de três anos pela "A Moeninha" e de dois pelo "O Moço Louro", surge "A Divina Pastora", da autoria de Caldre e Fião, indubitavelmente o primeiro romance rio-grandense de que se tem notícia. Se o precedem, no Brasil, Norberto de Souza e Silva, Teixeira e Souza e Macedo, o certo é que Caldre e Fião aparece quase à mesma época, não se justificando, destarte, a omissão de seu nome entre os dois introdutórios do gênero na literatura nacional."

De suas produções esparsas são conhecidas as colaborações, tanto em prosa como em verso, dadas à Revista do Partenon Literário. De seus livros, restam alguns exemplares do romance "O Corsário", editado no Rio, em 1851, de tema romântico, que se desenrola durante a Revolução Farroupilha, e, ainda, Elementos de Farmácia Homeopática, Rio, 1846, este existente na Biblioteca Nacional.

Mas "A Divina Pastora"? Em princípio, não é de se estranhar o desaparecimento de obras antigas, pois no Brasil é clamorosa a omissão dos poderes responsáveis em sua preservação.



CORREIO DO POVO

Se precedente, no entanto, uma informação de Múcio Teixeira não seriam, neste caso, somente os fatores que, ordinariamente, atacam os livros, isto é, a inconsciência dos cupins, das traças, do mofo e dos homens, mas também a intenção deliberada desses últimos as causas do desaparecimento da obra. "No mais renhido da primeira luta abolicionista, em 1848, alguns possuidores de escravos ofereceram-lhe grandes somas para que um dos seus romances fosse retirado de circulação, mas Caldre e Fião, que atravessava um momento de dificuldades materiais, repeliu a oferta e continuou com maior entusiasmo a sua tenaz propaganda pelas colunas de seu jornal "O Filantropo", estimulando tal perseguição e tão repetidas ameaças de morte, que os amigos o obrigaram a não continuar a expor-se, o que o levou a transferir a sua residência para a terra natal". (1) Qual o romance de Caldre e Fião que contrariava os proprietários de escravos em 1848? Só poderia ser "A Divina Pastora", editada em 1847, pois o outro, "O Corsário", saiu em 1851. Conclui-se assim que o escritor que, como jornalista, combatia a escravidão, que, como poeta, não esquecia os sofrimentos dos pobres negros, através do romance, no caso, "A Divina Pastora", retratou a vida sofrida dos cativos. E, na opinião dos adversários, de forma insidiosa para penetração popular, com arte. Estabelecido o caráter social abolicionista da obra, estravava ela do interesse meramente literário e cumpre situá-la como o primeiro romance e mais do que isso, cremos, a primeira produção literária inspirada no drama da escravidão. É assim anterior a "Mãe" e "O Demônio Familiar", de José de Alencar; "O Cortiço" e "O Mulato", de Aluísio de Azevedo; "A Escrava Isaura", de Bernardo Guimarães; e, por certo, antecedeu a "A Escrava", de Maria Firmina dos Reis, nascida em 1825, em São Luiz do Maranhão.

Geralmente, são considerados introdutórios do negro na literatura brasileira, através da poesia, Trajano Galvão, Bittencourt Sampaio, Bruno Seabra e Souza Andrade, que precederam ao gênio lírico de Castro Alves. Pois bem, assentado que o tema de "A Divina Pastora" é a escravidão, a esses também antecede Caldre e Fião, como antecedeu à própria autora da "A Cabana do Pai Tomás", de José de Alencar, "O Corsário" e "O Mulato", de Aluísio de Azevedo; "A Escrava Isaura", de Bernardo Guimarães; e, por certo, antecedeu a "A Escrava", de Maria Firmina dos Reis, nascida em 1825, em São Luiz do Maranhão.

Mas é chegado o momento de indagar: que importa essa prioridade? Forçoso é reconhecer que nem sempre representa grande mérito. Castro Alves não foi o primeiro a cantar o drama do cativo e é, no entanto, o maior entre os congêneres. Entre ele e Trajano Galvão não há o que hesitar. Por isso, se aparecer "A Divina Pastora", como a primeira obra inspirada na escravidão, deverá, de qualquer forma, passar pelo teste da realização estética e competir com a ficção que nos deu o romantismo e o naturalismo. Tendo pela primeira vez visto a luz no Rio, embora há 130 anos, nasceu esta novela num clima que lhe deveria ser propício à sobrevivência física, pelo menos. Entretanto, não apareceu até agora. O fato faz pensar na procedência da informação de Múcio Teixeira. Face à recusa de Caldre e Fião em negociar o livro, que desagradara aos escravistas, não teria sido difícil a eles encontrar um expediente, talvez menos oneroso, tendente a eliminar, total ou parcialmente, a edição da obra. Embora essas considerações sejam pessimistas quanto ao surgimento do livro, a desorganização das bibliotecas públicas e privadas (com algumas exceções entre as quais se inclui, deste logo, a nossa biblioteca Pública do Estado) reacende as nossas esperanças de que um dia apareça.

Por que se chamou "A Divina Pastora"? Caldre e Fião nasceu em Porto Alegre, morou no Rio, voltou a Porto Alegre e veio a falecer em São Leopoldo, onde juntamente com sua

mulher abrigava, numa chácara de sua propriedade, crianças negras libertas pela lei do ventre livre. As escassas informações existentes sobre sua vida não nos afirmam e nem nos negam que tivesse ele vivências com as lides do pastoreio. Mas não podemos deixar de associar o título da obra desaparecida, pelo que se sabe de seu autor e pelo que informou Múcio Teixeira, com a Nossa Senhora do Negrinho do Pastoreio, na narrativa de Simões Lopes Neto, que, reunindo a tropilha perdida, foi uma pastora, uma divina pastora.

Dado a publicação na primeira fase da abolição, a campanha contava com poucos, mas corajosos adeptos. Em 1831 o tráfico já havia sido proibido por lei, porém, continuava intenso. Somente em 1850, graças a Euzébio de Queiroz, a vedação legal produziu efeitos eficazes na prática. Daí até a abolição, propriamente dita, ao ato da Princesa Isabel, a Redentora, em 1888, passando pela lei do ventre livre, em 1871, a luta só se generalizaria depois de 1879. "Finalmente, o governo, todos os ministérios, todos os partidos, toda a opinião, a nação, enfim — salvo raras vozes de exceção — estiveram até 1850 solidários com o tráfico", asseverou, em 1949, autor que reificou tantos dados importantes sobre o assunto, dedicando a parte estatística da escravidão acurado exame, que lhe reduziu as proporções que vinham, de longa data, sendo exageradas (2). Depois, em 1962, outro escritor analisou o que considera um mito, a propagada "democracia rural" rio-grandense. (3) Já agora psicanalista de S. Paulo, revolucionado a matéria, estuda os aspectos emocionais e psíquicos de que é rica a relação entre senhores e escravos. (4)

A situação do cativo, como se vê está passando por uma revisão crítica nas últimas décadas. Aumenta assim a expectativa em torno de "A Divina Pastora" pela possibilidade que se entrevê em trazer a novela uma contribuição valiosa, mas certamente apaixonada, sobre uma questão social "que marcou fundamentalmente, o povo brasileiro". Por outro lado, será sempre permanente o interesse literário em sua descoberta, não só quanto aos seus méritos estéticos, ainda desconhecidos, mas também pelo valor histórico, que já lhe está assegurado dentro de nossa literatura. De qualquer forma, sem o aparecimento do livro estamos no domínio das conjecturas. Múcio Teixeira não indicou a fonte informante da proposta dos escravistas, que lança suspeitas de destruição criminosa da obra, e, por isso, não sabemos se fomos vítimas do ilusionismo, a que também se dedicou o escritor gaúcho, sob o pseudônimo de Barão Ergente...

NOTAS

(1) Os Gaúchos, de Múcio Teixeira, Lette Ribeiro & Maurillo, Rio, 1921, tomo II, p. 105.

(2) A Escravidão Africana no Brasil, de Maurício Goulart, Ed. Alfa-Omega, S. Paulo, 3.ª ed., 1973, p. 261.

(3) Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional, de Fernando Henrique Cardoso, Difusão Européia do Livro, S. Paulo, 1962, p. 119.

(4) Escravidão Negra e Branca, de Eduardo Etzel, Global Ed. e Distribuidora Ltda., S. Paulo, 1977.



ANEXO B

O Elogio Dramático ao Príncipe D. Pedro, de Caldre e Fiação

José Augusto Medeiros Pereira

O Dicionário Bibliográfico Brasileiro de Sacramento Blake, em 7 volumes, publicados em 1883 a 1902, registra 9 obras literárias de José Antônio do Valle Caldre e Fiação. Duas apenas são conhecidas até o momento. O romance "O Corsário", de 1851, e o "Elogio Dramático ao Faustosíssimo Baptista do Príncipe Imperial D. Pedro, Augustíssimo Herdeiro do Solio do Brasil, oferecido ao Alto e Poderoso Imperador o Senhor D. Pedro II". Foi levado à cena no teatro do Salão da Floresta do Rio, em 1848, pela Senhora Clara Delmastra, cantora e empresária do mesmo teatro (a quem devemos a introdução das máscaras nos bailes carnavalescos cariocas, oriundas de Veneza provavelmente) e publicado na Tipografia de M. A. da Silva Lima, no mesmo ano e na mesma cidade. Acredito que haja um único exemplar desta obra, que é e pertence à biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com a legibilidade de uma das suas páginas já bastante difícil.

Das 7 obras literárias, além das 2 acima mencionadas, 2 mais são peças teatrais: "A órfã ou a herdeira em leilão", vaudeville em 2 atos, representado 4 vezes no teatro do salão da Floresta, é "O Coronel Manuel dos Santos", drama trágico em 4 atos e 7 quadros. As restantes, excluído o romance "A Divina Pastora", são livros de poesias: "Curso de Poesia Brasileira", "O Jardim da Noiva", "Imersa, com o subtítulo "As graças da natureza" e "Rama-thete". O que se pode escrever sobre estes livros dos quais só restam os títulos? Muito pouco para não dizer quase nada. E é uma pena que nenhum de seus livros de versos tenha se salvado do naufrágio do tempo, pois é bem provável que seja também Caldre e Fiação o pioneiro na poesia social de caráter abolicionista, assim como teria sido o primeiro a defender a libertação do negro, através do romance, "A Divina Pastora", conforme indícios já espontâneos. Vê-se, no entanto, que sua bagagem literária não é pequena e que seus trabalhos teatrais não ficavam no papel. Mesmo porque Caldre e Fiação, como intelectual, era um homem de ação. Sabe-se de sua atividade como médico, deputado e como jornalista em prol da abolição da escravatura e da civilização dos índios através das páginas do "Auxiliador da Indústria Nacional" ("A Substituição dos braços escravos pelos livres" e "Memória sobre a conveniência de adotar-se no Brasil o

projeto de um estabelecimento agrícola") e sobretudo no Flantropo jornal que fundou no Rio para combater a escravidão e pregar a colonização dos indígenas.

Além de "Elementos de farmácia homeopática" e sua defesa de tese na Faculdade de Medicina sobre 3 pontos que lhe foram indicados: 1) condições para que a água seja potável (tema que passa a ser atual pela poluição hoje nos grandes centros) e meio de reconhecer o ferro nas águas ferruginosas; 2) versão e evolução espontânea e 3) heterogênia, trabalhos esses, ao que me consta existentes na Biblioteca Nacional, registra ainda Sacramento Blake uma "Enciclopédia de Conhecimentos Úteis", publicação em voga por esse tempo na Europa, de que são exemplos o "Journal de Connaissances Utiles", Paris, 1830, de Girardin, e o "Panorama", editado em Lisboa, de 1837 a 1858. No início dirigido por Alexandre Herculano. O bibliógrafo hesita em anotar a data da publicação de cada uma dessas obras, ora deixando em branco o último algarismo do ano ou substituindo-o por uma interrogação. Mas pode-se ver que todas elas foram dadas a lume, no Rio, na década de 1840 até 1851.

O "Elogio Dramático" é escrito em verso branco, decassílabo heróico, e é constituído por ato único que termina com um hino em versos de sete sílabas e em quadras em que rimam o segundo e o quarto versos. Quis Caldre e Fiação homenagear D. Pedro II, na pessoa de seu filho, o Príncipe Herdeiro D. Pedro Afonso, nascido em 19 de julho de 1845 e falecido em 10 de janeiro de 1950, provavelmente vitimado pela febre amarela, que se instalara nesta época, no Rio, para permanecer durante 54 anos. A peça se inicia com um monólogo em que o Brasil, simbolizado por um indígena, proclama as vantagens decorrentes da ocupação portuguesa sob o petro imperial e sob a fé cristã recebida, o que não é realizado sem um manifesto convencionalismo. Cessa o monólogo, pois o indígena retrai-se ao ouvir os sons do hino nacional, alusivos a algum acontecimento que se passa fora da cena, e atraído pelos seus já desenvolvidos sentimentos cívicos...

Na 2.ª Cena, entra a Anarquia, simbolizada por uma mulher desgredada que, igualmente, monologa respondendo com ameaças ao otimismo e à euforia do indígena. Alude, entre outros, fatos aos acontecimentos guerreiros na Euro-

pa daquele ano, 1848, como as lutas pela unificação da Itália, a queda de Luiz Felipe, na França, e as revoluções em Viena e Berlim, a declaração de guerra do Piemonte à Áustria, atribuindo a paz reinante no país ao Imperador. Na 3.ª Cena a Anarquia apodera-se das armas do Brasil, que é ameaçado por um facho depois de uma discussão entre os dois personagens. Na 4.ª Cena surgem os anjos da Guerra e das Ciências, e a Anarquia gravemente ferida desaparece pelo chão. Na cena seguinte, celebrando-se sempre a vitória do Brasil sobre os inimigos que o rondavam, é anunciado o batizado do novo príncipe. Surge então o Anjo Mensageiro, que a todos convida para a cerimônia. Há uma mudança no palco, vê-se o templo onde aparece o retrato do Príncipe Imperial ornado de estrelas. Outros anjos formam um semicírculo, juntamente com o Anjo das Ciências, o da Guerra, o Mensageiro e o Brasil. Por fim o Anjo Mensageiro lança a bênção batismal enviada por Deus e cantam todos em coro o hino que encerra o espetáculo. Na última quadra exclamam:

Viva D. Pedro II
Viva o Príncipe Imperial
Viva o povo brasileiro
A Instituição Liberal.

A identificação com o indígena tem sido no correr dos séculos a imagem do Brasil. O "Elogio Dramático", sendo de 1848, é portanto muito anterior ao "Guarani", que é de 1857. Mas o indianismo já se impusera em nossa literatura com o "Primeiros Cantos", de Gonçalves Dias, de 1846, que a todos sobrepujaria cantando o índio, como Castro Alves mais tarde na defesa do negro. Mas veio ele de longe e Silvio Romero considerou-o inaugurado pela Prospopéia, de Bento Teixeira, em 1601. Constituiu um dos princípios do Romantismo, embora aparecesse de maneira destacada também na fase Arcáica através de "O Caramuru", de Santa Rita Durão, e em "O Uruguai", de Basílio da Gama, cujo caráter nativista, aliás, tem sido negado. O movimento de Gonçalves Magalhães, de Porto Alegre e Torres Homem já antes desencadeado por uma cultura brasileira e um teatro nacional já existente, que João Caetano e Martins Pena realizavam com êxito, não poderiam deixar de influir na concepção literária de Caldre e Fiação, apesar de escrever um poema encomiástico. A todos os nossos escritores e artistas, aliás, o movimento romântico

universal do século XIX apontava as fontes naturais e nacionais de inspiração. Era Chateaubriand cantando em prosa poética os índios da colônia francesa de Louisiana, nos Estados Unidos, e sobretudo a doutrinação de Ferdinand Denis, que antevia no Brasil o surgimento de uma literatura rica e exuberante e que fluida de sua natureza e do entrelaçamento de 3 raças diferentes. Os naturalistas que nos visitaram no princípio do século XIX e os pintores como Rugendas e Debret têm sido mencionados como fatores que fizeram despertar os motivos locais em nossos escritores. Provavelmente, em 1848, Caldre e Fiação já teria tomado conhecimento de parte de "A Confederação dos Tamoios", de Gonçalves Magalhães ou pelo menos de sua temática, pois, aparecido em 1857, seus 4 primeiros cantos já estavam prontos em 1840. A propósito da representação do Brasil pelo índio convém salientar que, ao tempo do descobrimento, correspondia a uma realidade. Posteriormente não passou de uma imagem poética. Hoje, quando lembrada pelos estrangeiros, a todos os brasileiros irrita porque revela ignorância ou má fé, pois a cultura e a civilização brasileiras não são a evolução do contingente indígena, como sabemos foi um processo no qual ficaram os primitivos habitantes à margem, que os exterminou e que deles pouco aproveitou.

Mas o "Elogio Dramático", pelo seu próprio título não é uma peça da escola romântica, lembra pelo contrário o poema encomiástico de que foi fértil a poesia barroca e arcáica no qual os poetas procuravam a proteção dos poderosos, sem o caráter essencialmente servil que hoje nos sugere. (1) Lembra o Classicismo pelo título, pelo gênero e pelo estilo, mas situa-se naquela fase de transição entre as duas escolas, afastando as surradas figuras mitológicas do passado, que substitui pelo indígena e pelas imagens cristãs, que são temas românticos. Mas, note-se, no fundo transparecem mais elementos clássicos. A Anarquia, representada pela mulher desgredada, é uma espécie de fúria ou divindade oracular grega que alude às convulsões armadas de 1848 na Europa e, implicitamente, às lutas internas nacionais decorrentes no parlamento da nacionalidade durante o longo período regencial. Não contava, por certo, Caldre e Fiação, que as desordens em Pernambuco em fins de 1847, o grito de "Mata marinho" no Recife, em 26 de junho de

1848, levariam à Insurreição Praieira, de 7 de novembro de 1848, de graves consequências que viriam ainda turvar a paz do Império. A derrota da Anarquia, com a vitória dos anjos celestiais no poema, pode ser interpretada, literariamente, como a morte dos mitos clássicos, aquelas forças demoníacas que se assenhoreavam dos destinos das pessoas e das nações.

O Príncipe Herdeiro D. Pedro Afonso nasceu a 19 de julho de 1848 e o "Elogio Dramático" foi publicado neste ano, portanto, escrito após àquela data, porém, antes ou depois de 29 de setembro, quando caiu o gabinete liberal de Paula Souza e subiram os conservadores com o 1.º gabinete do marquês de Olinda? Caiu o governo liberal insistindo na revogação da lei de 1831, que extinguiu no papel o tráfico de negros, ao invés de fazê-la cumprida, atitude que contou com a desaprovção de muitos liberais. (2) Causas de nossos partidos políticos... Mas com relação ao "Elogio Dramático" o que importa entender é que expressou ele o apoio de Caldre e Fiação à monarquia, porém, e a uma monarquia liberal. Foi assim veículo de seus ideais de liberalismo e teve esta intenção política ao homenagear o Imperador e àquela que deveria sucedê-la.

E pode-se afirmar que neste pequeno trabalho, sem maiores pretensões, Caldre e Fiação saiu-se muito bem, pois em versos bastante aliviados de carga arcáica (e arcaica...), numa concepção que apresenta aspectos ora dramáticos, ora de grande delicadeza e singularidade, enfrentou e realizou um gênero difícil, quase estéril à inspiração poética na época em que foi escrito. Pode-se no entanto fazer restrições à autenticidade do indígena, que declama como um homem branco ilustrado. Mas acaso escaparam Alencar e Gonçalves Dias deste processo de transfiguração?

Fora do ponto de vista puramente literário o "Elogio Dramático" é, como se vê, um documento que merece ser preservado pela riqueza de elementos que encerra e que interessam à crítica literária na perspectiva histórica.

NOTAS:

- 1) Manifestações Literárias do Brasil Colonial, de José Adelardo Caselato, Cultriz, 3.ª ed., p. 76.
- 2) A Insurreição Praieira, de Edison Carneiro, Conquista, 1960, p. 29 e 30.

ANEXO C

3 DE AGOSTO DE 1963

CORREIO DO POVO

STITUCIONAL

ENATO COSTA

sessão da Constituinte, de agosto de 1823, foi interpe- a Comissão incumbida de ntar o Projeto constitucio- or não o haver feito ainda. utado Antonio Carlos Ri- de Andrada, que era o Re- pediu o prazo de 15 dias oferecer o trabalho. Rea- : em 30 de agosto, desse a- Projeto foi assinado e sub- ro todos os membros da Co-), salvo pelo deputado Pe- e Araujo Lima, que o fez restrições". estudo subsequente, vere- s linhas gerais que presidi- o trabalho dos Constituin- 1823. do, 29 de 1963. do "Correio do Povo" de 25 do te.

USINA DE PURIFICA- ÇÃO NUCLEAR SERÁ INSTALADA EM S. PAULO

RIO, 27 (C. P.) — São Paulo terá a primeira usina de purifi- cação nuclear da América Lati- na, para tratamento de sais de Urânio e Tório, produzidos pela Comissão de Energia Nuclear, de acórd com a decisão tomada na última reunião plenária. Consi- derada da mais alta relevância, pois colocará o Brasil em con- dições de estabelecer uma indús- tria nuclear, integrada e total- mente autônoma, a usina faz parte do programa nacional, a- provado pelo Presidente da Re- pública e completará a linha in- dustrial dos minerais atômicos, visando a fabricação de combus- tíveis nucleares, que irão alimen- tar as centrais termoelétricas a serem implantadas a partir do próximo ano.

A primeira central será na Guanabara, com 300 mil quilo- wates em 1969.

CALDRE E FIAO

(Especial para o "Correio do Povo")

LOTHAR HESSEL

É deveras curioso como um homem da envergadura de José Antônio do Vale Caldre e Fiaõ caia em tão geral esquecimento entre seus conterrâneos, menos de um século após sua morte.

Escritor, médico, parlamentar, poeta, jornalista, orador e abolicionista, salientou-se em cada um desses setores. Foi dos primeiros que no Brasil se insurgiram contra a escravidão, dirigindo mes- mo a primeira campanha no sen- tido de sua abolição e que se vi- toriou com a promulgação da lei Eusébio de Queirós (1850) que proibiu definitivamente o tráfi- co de escravos. E influiu decis- ivamente, através dos moços do Partenon Literário, para a eclu- são da segunda etapa, a qual cul- minou com a Lei do Ventre Li- vre, em 1871.

Tendo concluído o curso de Medicina no Rio de Janeiro, fun- dou aí, em 1845, o jornal "Filân- tropo", de propaganda abolicio- nista, de idéias avançadas para a época, o que lhe propiciou tais perseguições que o levaram de volta à província natal.

Em Porto Alegre "como médi- co de grande clínica, jamais exi- giu retribuição dos seus serviços. Sô os conscienciosos, espontânea- mente, lhe recompensavam o tra- balho. Morava numa casa de mo- desta aparência na travessa Pais- sandu (hoje Rua Caldas Júnio- r)" (1)

Aquiles Porto Alegre pôe em relevo, ainda, a abnegação com que ele atendeu à população porto-alegrense, por ocasião da segunda visita do cólera-morbus à nossa capital, em 1866 e 1867.

Como escritor, não menor é sua significação nos quadros cultu- rais do Rio Grande do Sul: é o autor do primeiro romance com- posto por um sul-rio-grandense, "A Divina Pastora", publicado em 1847 no Rio de Janeiro, e que sendo quase contemporâneo de "A Moreninha" e de "O Mogo Loiro", constitui hoje, mais que uma raridade, um enigma biblio- gráfico.

Seu segundo romance, "O Corsário", foi menos infeliz, de vez que Olintho Sanmartin e Guil- hermino César o salvaram para a posteridade. O autor de "His- tória da Literatura do Rio Gran- de do Sul" dedica-lhe percuicent- astudo, asseverando que "ao lado dos precursores citados, Tei- xeira e Souza, Norberto e Mac- cedo, o rio-grandense pode figurar sem desdouro, antes com enorme vantagem sobre os primeiros, en- quanto sobrepuja o autor d' "A Moreninha" em alguns aspek- tos", e que "embora nos falte, para completarmos o estudo da obra de Caldre e Fiaõ, "A Di- vina Pastora", seu romance de estreia aparecido quatro anos an- tes d' "O Corsário", podemos dizer que se trata de um autor cap- paz de resistir a um cotejo rigo-roso com os fundadores do gé- nero" (2).

Levados pela notícia que nos dão Múcio Teixeira e Guilhermi- no César, de que nosso romancis- ta falecera em São Leopoldo, tentamos localizar sua sepultura naquela cidade. Baldados, porém, foram todos os intentos: seu no- me não consta nem no livro de Registro dos Anúncios no Cemitério Municipal daquela cidade

Vale e d. Inácia Joaquina de Al- meida, e que nasci em Porto Ale- gre "aos 15 de outubro de 1821". Declaro que constituo por minha legitima e universal herdeira a minha legitima mulher D. Maria Isabel do Vale Caldre e Fiaõ, com quem contrai nupcias em 29 de julho de 1849. Declaro que constituo por minha testamen- teira e inventariante a dita mi- nha mulher, devendo ela, segunda sua livre vontade, nomear o se- gundo e o terceiro testamentei- ros. Declaro mais que considero nulo todo o ato anterior a este, tendente à disposição de meus bens, e igualmente dou por anu- lado o ato de escritura em que perfilhei Josefina Amália Rodri- gues. E por esta forma tenho concluído e acabado este meu testamento, e disposição de últi- ma vontade, o qual é escrito por José Luis Ribeiro, e por mim as- assinado. Porto Alegre, 12 de abril de 1867. Dr. José Antonio do Va- le Caldre e Fiaõ"

O termo de abertura do testa- mento em apêço inicia-se assim: "Aos dezoove dias do mês de março" do ano de mil oitocentos e setenta e seis, nesta cidade de Porto Alegre", etc. etc. (Estante 6, Maco n.º 69, N.º do feito 1941, Ano 1876).

Finalmente, nos arquivos da Santa Casa de Misericórdia, foi- nos dado verificar o seguinte re- gistro: "Dr. José Antonio do Va- le Caldre e Fiaõ, idade cinquent- a e nove anos natural desta Pro- víncia, cor branca, casado, médi- co, faleceu de infecção puru- lenta, aos dezoove dias do mês de março de 1876; foi sepultado no dia seguinte na sepultura de Santa Bárbara, número cento e quarenta e nove. E, para constar, eu, escrivão encarregado do es- critório do cemitério, lavrei e as- sino este termo. Antonio Soares Lima. (Livro n.º 13, registro n.º 19.032).

Assim sendo, várias correções se impõem. Em primeiro lugar, sua declaração de haver nascido a "15 de outubro de 1821" colide com a data de 22 de agosto de 1813, assinada por Múcio Tei- xeira e Guilhermino César, e a de 24 de outubro de 1813, aven- tada por Aquiles Porto Alegre. El- colide ainda com a idade de 59 anos que lhe foi atribuída por o- caso da lavratura de seu regis- tro de óbito. De-se razão ao pró- prio.

De outra parte, Caldre e Fiaõ não faleceu em São Leopoldo, e no dia 20 de março de 1876, e sim em Porto Alegre, e no dia 19 de março de 1876. É admissível imaginar que ele tenha falecido em São Leopoldo e sido transla- dado para a capital, pois que, além da navegação fluvial, des- de 14 de abril de 1874 corriam trens entre Porto Alegre e São Leopoldo. Mas as fontes contem- porâneas, manuscritas, não faz- zem a menor referência a essa hipótese; e, entre os documentos e as conjecturas, é de dar-se preferência àquelles. Mormente se considerarmos que nem todos os informes dados pelo irrequieto Múcio Teixeira são dignos de fé (Guilhermino César já o obser- vou), e que Aquiles Porto Alegre que o apresenta como residente em Porto Alegre, se absteém de

RREIO DO POVO" DE 1903

DIA DE HOJE HÁ 60 ANOS

, 27 — O governo federal sociar-se as homenagens são prestadas a Santos it, por ocasião da sua pró- hegada a esta capital. Nes- do, o dr. J. J. Seabra, mi- do Interior conferenciou om o presidente da Repú- Um grupo de intelectuais de publicar uma polianteia menagem ao ilustre aero- brasileiro.

grêgo à Inglaterra, Rússia, Alemanha e Suíça visam à ques- tão do Oriente, acrescentando que o rei Jorge da Grécia cha- mava a atenção de Eduardo VII para as perseguições movidas pelos bulgaros contra os gregos. Nesse sentido, a Grécia dirigirá uma nota de protesto às potên- cias européias.

o major Setembrino de ho, comandante interino Batalhão de Engenharia, endereçou o seguinte te- a: "Alegrete, 25 — Tenho zer de comunicar-vos que ugarada a estação ferro- de Alegrete, ficando assim esta cidade à de Uruguai- via férrea. Congratulo-me ssa ilustrada redação pelo oso acontecimento, que uma nova era de progres- o Rio Grande do Sul — "Setembrino".

"Imponentes festas vão assina- lar, a 7 de setembro entrante, e inauguração oficial do Hospital de Caridade de Santa Maria. Bandas de música percorrerão as ruas em toque de alvorada, se- guindo-se a sessão de assembleia geral da Associação Protetora daquêle pio estabelecimento, em seu novo prédio à Rua Ipiranga. A tarde, terá lugar um corso na Rua do Acampamento e, à noi- te, espetáculo de gala no Teatro 13 de Maio".

IS, 27 — O rei da Grécia autemtem pela manhã a pital, seguindo na mesma para Marienbad, onde vai rar-se com o rei Eduar- da Inglaterra. Dizem os que a visita do soberano

RIO, 27 — Referem despachos telegráficos recebidos nesta capi- tal que o "Financial News", de Londres comentou elogiosamente o último relatório do consul bri- tânico no Rio de Janeiro. Depois de fazer a apologia do progresso econômico do Brasil, chamando, entretanto, a atenção dos leito- res para o tópico em que o refe- rido diplomata diz serem exces- sivos os impostos lançados pelo governo brasileiro.

DA COAP UNCIAR

erque pretende solicitar onidades federais o refor- do da COAP, até que a

"A fim de praticar na barra- gem do rio Cai, seguirá amanhã, acompanhado do respectivo len- te, dr. Dario Pederneiras, a tur- ma de alunos do 3.º ano de Hi- dráulica da Escola de Engenharia, a qual é composta dos aca- dêmicos Heferino da Silva Dias, Dionisio Teixeira, Arnaldo, Bar-

da Engenharia. Dizem que a visita do soberano

DA COAP UNCIAR

enque pretende solicitar autoridades federais o reforço da COAP, até que a seja extinta, com a ins- nesta capital da Delega- SUNAB.

mou-nos S.S.* que a vem perdendo, funciona- a ordem das autoridades res, em virtude de sua i extinção. Dessa forma, o controlador está prati- e impossibilitado de trap- por falta de elemento o. Mas, enquanto a COAP queada, não se instala a maior Juarez Albuquerque se não for atendido seu para que a COAP tenha es de funcionamento, del- cargo, voltando às filei- Exército.

LEITOR

istas

ermisso para a venda do armos o fato, porém, cabe- nos sim o direito e o dever que ando publico o nosso reconhecimento, e o agradecimento iores ao ano de 63, que, apesar de tódas as razões já

anos de serviço, agora, ado, sempre fui muito sendo. ex-servidores do Estade- dentes em Gramado, e em Camela, queremos público uma anomalia nos sofrendo de tempos parte e que, cada vez e acouta e nos preju- nenhuma vantagem Estado.

ns trinta anos, pouco menos, quando era no- um funcionário, fôsse egoria que fôsse — ao isso aconteceu comigo partição pagadora re- ordem de pagamento e lia enquanto o referido ário estivesse em fun- tarde, essa ordem era a, anualmente, mas sem- início do ano estava na a local; depois, além n, era preciso ainda o " para se poder re-

á poucos meses atrás, ento era efetuado pon- te até o dia 3 ou 4 do uinte. com o atual secretá- o mudou e para pior vejamos: No primeiro sua gestão, recebemos dia 15; no segundo já tarde, e, hoje, já são ia chegou.

situação de verdadei- dade, pois os vencí- dos modestos funcioná- Interior, que iam dan- samente para mantê- do pagos em dia — na te, e com esse atrasoável, não é mais pos- nha classe, tivemos um aumento, mas não a- o "por que" ou a ra- us só nos vem pagan- do do referido ampen-

economico do Brasil, chamando, entretanto, a atenção dos leito- res para o tópico em que o refer- ido diplomata diz serem excessi- vos os impostos lançados pelo governo brasileiro.

X X

"A fim de praticar na barra- gem do rio Cai, seguirá amanhã, acompanhado do respectivo len- te, dr. Dario Pedernheiras, a tur- ma de alunos do 3.º ano de Hid- ráulica da Escola de Engenharia, a qual é composta dos aca- dêmicos Ildelfonso da Silva Dias, Diogenes Tourinho, Arnaldo Por- to Alegre, Armando P. Chaves e João Brasileiro. Também a tur- ma do 3.º ano de Estradas, em companhia do seu professor, dr. José Diég de Carvalho, visitou ontem a fundação dos sr. Sô & Filhos, onde fez diversos estudos práticos".

X X

BERLIM, 27 — A companhia de navegação Loyd Alemão de- sistiu de vender passagens de seus vapores que fazem a linha da América do Sul aos religiosos expulsos do território francês e que se destinam à República Ar- gentina, sob a alegação de que esta já recusou a recebê-los.

Sr. Redator — Lemos tan- to no "Correio do Povo", co- mo na "Fôlha da Tarde", uma notícia referente à deliberação tomada anteriormente e ratifi- cada ontem, por unanimidade de seus membros, da negativa do Conselho Fiscal e Delibera- do do terreno onde está situado o- ramos o fato, porém, cabe- nos sim o direito e o dever que ando publico o nosso reconhecimento, e o agradecimento iores ao ano de 63, que, apesar de tódas as razões já

aqueles que já têm direitos ad- quiridos, não fiquem nessa es- pectativa angustiante, sem sa- ber quando vão receber seus salários e saldar seus comp- omisos.

Grato pela publicação.

(a) — P. S.

Teria existido a Carta?

Sr. Diretor — 24 de agosto de 1963! Nove anos decorria- ram da data da maior tragédia da história brasileira: a da- ta em que Getúlio Vargas, o grande presidente, combatido por seus inimigos e traído por seus amigos, punha termo à vida.

E, todos os anos, nesta épo- ca, explora-se de tódas as for- mas, a memória do grande bra- sileiro, com referência à "Car- ta-Testamento", última mensa- gem que teria sido deixada por Vargas.

Durante nove anos, como ge- talista que sou, esperei que fô- se exibida e apresentada aque- la carta. Mas, o documento, de que tanto se fala, e que a tanta mistificação se prestou, nunca apareceu, nunca foi apresenta- do!

Hoje, cheguei à dolorosa con- clusão: a "carta que ninguém não viu" não é exibida, não é apresentada, porque não existe. Estou convencido de que o homem, que foi tão injustiçado em vida, que foi traído e comba- tido por seus inimigos, nem no seu sacrifício é respeitado: insultam a sua memória atrib- uindo-lhe a autoria de um documento que nunca existiu.

E, se os que a éle tanto se referem, puderem desmentir-

para completarmos o estudo da obra de Caldre e Fião, "A Di- vina Pastora", seu romance de estreia aparecido quatro anos antes d' "O Corsário", podemos dizer que se trata de um autor ca- paz de resistir a um cotejo rigo-roso com os fundadores do gé- nero" (2).

Levados pela notícia que nos dão Múcio Teixeira e Guilhermi- no César, de que nosso romanci- ta falecera em São Leopoldo, tentamos localizar sua sepultura naquela cidade. Baldados, porém, foram todos os intentos: seu no- me não consta nem no livro de Registro dos inumados no Cemitério Municipal daquela cidade, nem no do Cartório do Registro Civil (cujos assentamentos come- çam em agosto de 1876, quando Caldre e Fião faleceu em março daquele ano), nem existe títu- lo seu no antiquíssimo cemitério do bairro da Feltria. É verda- de que existiu outrora um cemitério mais próximo ao centro de São Leopoldo, onde hoje se acha a risonha praça C. Otaviano de Paula; mas os restos dos que ali repousavam, foram trasladados (tódos?) para o Cemitério Muni- cipal.

Diante disso, examinamos a possibilidade de haver o patriar- ca de nossas letras falecido, e si- do enterrado, em Pôrto Alegre.

Com efeito, na Cúria Metropolita- na, graças à prestatividade de Mons. Colling, encontramos o seguinte assento: "Aos 19 de mar- ço do ano de 1876, "nesta cidade de Pôrto Alegre, faleceu de infec- ção purulenta, na idade de 59 a- nos, o doutor José Antônio do Vale Caldre Fião, branco, casa- do, natural desta Província; foi encomendado nesta Catedral pe- lo revdo. Cura Hildebrando de Freitas Pedroso. E, para constar, mandei fazer este termo que as- sino — O cura Cônego Francis- co Antônio Pereira de Oliveira". (Livro de Obitos da Catedral, auxiliar 2.º do livro 10 — 14.8.1876 e 28.6.1877).

No Arquivo Público deparamos com o testamento do escritor: "Em nome da Santíssima Trin- dade, Padre, Filho e Espírito Santo, três pessoas distintas e só Deus verdadeiro. (sic) Declaro que sou católico, apostólico ro- mano, e que nesta religião dese- jo morrer, encomendando minha alma à Igreja e à misericórdia infinita de Deus. Declaro que sou filho legítimo de José Antônio do

em São Leopoldo e sido trasia- dado para a capital, pois que, além da navegação fluvial, des- de 14 de abril de 1874 corriam trens entre Pôrto Alegre e São Leopoldo. Mas as fontes contem- porâneas, manuscritas, não fa- zem a menor referência a essa hipótese; e, entre os documentos e as conjecturas, é de dar-se preferência àqueles. Mórmente se consideramos que nem todos os informes dados são pelo irrequieto Múcio Teixeira são dignos de fé (Guilhermino César já o obser- vou), e que Aquiles Pôrto Alegre que o apresenta como residente em Pôrto Alegre, se abstém de mencionar o local de falecimen- to. Talvez o único vestígio que o abnegado médico deixou em São Leopoldo tenha sido o nome atual, do Bairro Fião.

Ainda mais: dos termos de seu testamento infere-se que o escri- tor não deixou descendentes, os quais — presume-se — não teriam permitido que seu nome caísse tão depressa no óvido e no mistério. É a ausência de fi- lhos quicá explique, parcialmen- te, o extraordinário devotamento com que tanto éle como sua esp- ôsa atenderam aos necessitados. "Sua esposa, d. Maria Isabel, fi- zera de um pequeno sítio que possuía em São Leopoldo, a sua habitual vivenda, asilando aí as crianças, libertas pela lei de 28 de setembro e abandonadas pelos senhores que exploravam as mães escravas" (3).

Resta ainda o grande proble- ma: encontrar um exemplar de "A Divina Pastora", o primeiro romance de um sul-rio-grandem- se. Enquanto tal não ocorrer é de almejar-se que se esclareçam os derradeiros enigmas que gravi- tam em torno de sua vida, sua obra e sua morte. E que seu nome de escritor, médico, parlamentar, poeta, jornalista, orador e abo- licionista rompa definitivamen- te o gelado silêncio que tão ime- recidamente o envolveu.

1) Aquiles Pôrto Alegre, "Ho- mens Ilustres do Rio Grande do Sul", Livraria Selbach, P. Ale- gre, 2.ª ed., p. 44.

2) Guilhermino César, "Histó- ria da Literatura do Rio Gran- de do Sul", Ed. Globo, P. Alegre, 1956, págs. 143 e 150.

3) Aquiles Pôrto Alegre, op. cit., pág. 45.

DE ORIENTAÇÃO CRISTA

Será criada a Central Única dos Trabalhadores

RIO, 27 (C.P.) — Com a par- ticipação de 13 Estados da Federa- ção, que enviaram 150 delega- dos, foi encerrado, domingo à noite, o primeiro Congresso Na- cional do Movimento de Orien- tação Sindicalista, em sessão so- lene, na Pontifícia Universidade Católica.

Entre as resoluções adotadas no conclave, figura a reivindica- ção máxima dos congressistas, que é a fundação de uma Central Única de Trabalhadores Cristãos. Foram, ainda, debati- dos os problemas dos trabalha- dores brasileiros, desde as con- dições de trabalho e remunera- ção até as reformas de base.

A Central Sindical de Orien- tação Sindicalista será estrutu- rada por uma assessoria técnica de trabalhadores cristãos, inte- grada de economistas, advogados, sociólogos, professores e dirigen- tes sindicais. A Central Única será o órgão de cúpula do mo- vimento e orientará a posição dos trabalhadores filiados sábr-

tautes e pela semana de 5 dias ou 40 horas de trabalho, criação do Ministério da Previdência Social e, finalmente, a fiscalização das contas dos sindicatos pelo Tribunal de Contas e não pelo Ministério do Trabalho, como vem sendo feito.

I MOSTRA DE PRODUTIVIDADE NACIONAL

RIO, 27 (CP) — De 15 a 30 de outubro próximo, será instalada, no Museu de Arte Moderna, no Rio de Janeiro, a "Primeira Mostra Nacional de Produtividade", promovida pela Associação dos Diretores de Vendas do Rio. O certame, pioneiro na espécie e aberto às grandes organizações oficiais e particulares do país, além de expôr equipamentos pe-

ANEXO D



BIOGRAPHIA

O DR. JOSÉ ANTONIO DO VALLE CALDRE E FIÃO

Ha trez annos haviamos escripto a biographia de nosso saudoso amigo o Dr. Caldre e Fião, que ora estampamos nas paginas da *Revista*.

Era um preito de homenagem votado á virtude, ao talento e aos incontestaveis serviços prestados por um grande homem ao paiz, que lhe servira de berço e que elle amava com todo o estremecimento.

Se a excessiva modestia do biographado, nos privou do cumprimento d'esse sacrosanto dever, agora o fundo silencio do seu tumulo nos impõe a realisação de nosso ardente desejo.

Só lamentamos de coração, é que obiographo não esteja na altura, em que se destaca entre uma aureola de luz, o busto venerando do nosso amigo e mestre.

II

Retraçar a vida de um homem que vive entre nós, que quotidianamente nos falla, que existe ligado a este prosaismo da vida commum é cousa pouco agradavel, senão ingrata.

Talvez amanhã junto ao cruzeiro do seu jazigo, commovido pelas lagrimas de sua consorte e filhos adoptivos, agitado pela saudade, atrahido pelo prestigio da morte, poderemos dizer duas palavras dorida, e cumprir assim menos mal a tarefa que nos impozemos.

Mas vel-o e tratál-o ; recebél-o em nossa modesta habitação como

— 4 —
 medico e amigo, para dizer d'elle o que nos pedem, que é a apreciação imparcial de todos os seus actos durante meio seculo de existencia, e que ninguém faria sem perplexidade, e nós estamos convictos do peso d'este encargo.

Mas seja.
 Ha pontos de vista em que podemos encarar o Dr. Caldre, presidente honorario do *Parthenon*, e fazer um estudo que seja proveitoso á humanidade e as letras em mais de uma questão.

Ainda hontem, na qualidade de presidente da sociedade *Libertadora*, por motivo de ter proposto e promovido um *Azylo da liberdade* para crear e educar os novos livres, filhos da mulher escrava, que a ambição descomedida dos senhores atira ao abandono ou envelhece para reter no servilismo, um jornal acreditado d'esta cidade, diz algumas palavras que photographio o seu caracter moral, e isso em resposta aos que querião tornar em ridiculo tão nobre e humanitario pensamento:

« E' innegavel que o Dr. Caldre e Fião é um dos homens do nosso tempo, que mais serviços procura de interessadamente prestar á humanidade e á sociedade, em cujo seio vive honoravelmente, por meio de sua laboriosa profissão, e não á custa dos cofres publicos, aos quaes em nada tem pesado. »

Não seríamos suspeitos, pois, nós seu amigo, si n'este tom nos demorássemos, tratando de muitos factos de sua vida, que tem o cunho do sacrificio em prol da humanidade e de sua dedicação ao progresso, do paiz e adiantamento do povo.

Mas preferimos tratar das que lhes em que o vemos envolto desde a sua mocidade e acompanhar o desenvolvimento que ellas tiveram devido a seus esforços, ou a propaganda á que se atirou com todo o entusiasmo dos espiritos claros e convencidos.

O Dr. Caldre goza entre nós dos creditos de bom medico, e os que frequentão seu consultorio são testemunhas do quanto depende de cuidados indistinctamente a quantos o procurão, o sabe-se o grande numero de pobres que lá vão e ali recebem o alivio, o conforto, as consolações de toda a natureza para os seus e para si.

Porto Alegre ainda ha de lembrar-se das quadras calamitosas de 1855 e 1867 em que o cholera morbus assolou a nossa terra querida. N'esta tela destaca-se bem em relevo o busto respeitoso do nosso biographado.

O Dr. Caldre foi um medico dedicado que não recuou ante as incriminações, e um trabalho que dir-e-ia superior ás forças humanas.

Outro menos modesto teria feito alarde das demonstrações que recebeu pelos seus serviços em prol da pobreza, que é a sua familia, da pobreza com quem elle reparte o suor do seu trabalho, da pobreza de quem tem sido tantas e tantas vezes a providencia.

Sabe-se que o Dr. Caldre não tem filhos, mas é certo que muitas

— 5 —
 crianças recebem d'elle a criação e os cuidados paternaes, todos os desvelos e carinhos de que somos te testemunha.

Mais de uma vez nos temos demorado apreciando a sua *menina flhinha*, como elle a chama, e que faz as suas delicias. E' esta uma menina branca liberta pela nossa associação e que elle recebeu quasi exanime.

Tem-o ouvido dizer que suas inclinações o atiravão para os estudos das sciencias naturaes e pratica da agricultura, ou ainda para as grandes questões sociaes, mas que acceitara a imposição de seu pai que o desejava medico, porque por essa forma poderia quotidianamente e com vantagem fazer o bem sem alarde e sem o tentação.

Suas idéas sociaes, seus estudos economicos costumam pol-os em pratica no seio da sua familia, e na gerencia dos poucos bens agricolas que possui.

Ha pouco tempo tem libertado com o seu dinheiro alguns pardos escravos, e d'estes tem dous na sua granja, que são seus socios; a examinarmos as vantagens que lhes faz na produção dos seus campos e na fabrica de tijollos de que vão occupar-se este anno, repeliremos aqui, a proposito, as suas palavras:

« Quando libertos estes homens quero logo dar-lhes occupação; meios de viver honesto pelo trabalho — é assim que ainda me não arrependi de dar a liberdade aos escravos. »

II

José Antonio do Valle Caldre e Fião, nasceu em Porto Alegre, capital d'esta provincia no dia 15 de Outubro de 1821. Forão seus pais José Antonio do Valle e sua mulher D. Ignacia Joaquina de Almeida.

Nem riquezas nem titulos de nobreza lhe deixarão seus pais. E para que os quiereria quando o educarão no amor ao trabalho? A morte de seu pai o entregou á adversidade logo no verdor dos annos, o que tornou difficil a sua aprendizagem litteraria, mas robusteceu o seu espirito e o seu braço no exercicio da profissão que abraçou a espera de melhores dias.

De 1834 a 1842 foi pharmaceutico ou antes praticou a pharmacia; alguns annos d'este periodo passou-os na Santa Casa do Misericordia d'esta cidade.

Em principios de 1843 foi que o joven José Antonio do Valle então já proprietario da botica que fóra do fallecido Brillhante, pôde realisar um pequeno capital e ir para o Rio de Janeiro para matricular-se na Escola de Medicina e seguir o curso medico, como havia desejado

seu pai, o que realison algum tempo depois, deixando em abandono os seu negocio.

Terminava o seu 4º anno medico quando contrahiu nupcias com D. Maria Izabel de Lemos, então directora do *Collegio da Estrella*, estabelecido havia pouco tempo no Rio de Janeiro.

Sua mãe que desvelada sempre o acompanhara, falleceu mezes antes de elle receber o grão de doutor em medicina, o que se realison em 20 de Dezembro de 1851.

Nas eleições do anno seguinte, o Dr. Caldre era candidato a deputação geral, e obteve volação que o levou á camara dos senhores deputados, onde em 1855 votou a lei das incompatibilidades e dos circulos, triumpho que o ministerio Paraná deu a causa liberal por motivo da conciliação então havida entre os partidos constitucionaes.

Em 1853 recolheu-se á esta provincia com sua familia, e escolheu para sua residencia a villa de S. Leopoldo, onde esteve alguns annos como medico da municipalidade, sendo eleito deputado provincial por duas vezes, de 1854 a 1855 e de 1856 a 1857.

Foi na sua volta a esta provincia, depois da sessão das camaras em 1855, que appareceu n'esta cidade pela primeira vez a epidemia do *cholera-morbus*, em que prestou os seus serviços medicos com a dedicação e a contracção que tanto o recommendarão á gratidão da pobreza.

Por esta occasião foi condecorado com o habito de Cavalheiro da Imperial Ordem da Rosa.

Por amor a verdade devemos dizer que nunca o vimos com este distinctivo.

Nem um medico pôde n'esta occasião fazer mais, nem ser mais assiduo no seu irabalho, que o Dr. Caldre. Elle durante este periodo achou-se n'esta cidade, em Taquary e no 1º districto d'Aldéa e em todos esses lugares quantos corações agradecidos não abençoão ainda hoje o seu nome?

Tendo voltado para S. Leopoldo ahí esteve pouco tempo.

Sua vida activa na politica de então o chamou á capital, onde cooperou effcazmente com seu particular amigo o Barão de Porto Alegre na organização do partido progressista, retirando-se em 1861, quando o seu partido triumphava esplendidamente, para suas terras em Sapucaia, municipio de S. Leopoldo, a viver no retiro, na vida privada mas pacífica dos campos, tendo regeitado a candidatura que de direito lhe era offerecida.

Em 1864 ainda veio a assembléa provincial para que fôra de novo eleito e onde propoz medidas que a serem aceitas terião dado o cunho do partido, trazendo immensas vantagens a provincia.

Ha gosos na vida que parece que Deus não quer dal-os em sua plenitude a todas as creaturas.

O Dr. Caldre ama apaixonadamente o campo e a vida agricola.

Quando o Dr. Caldre emprehendia augmentar suas culturas e seu pouco gado, especialmente o rebanho de merinós por cuja criação se desvelava, recebeu cartas pedindo que viesse á esta cidade porque nella apparecera de novo o *cholera-morbus* em 1867. Não heitou, e seu apparecimento no 3º districto foi um acontecimento, que ainda não esqueceu áquelle bom e agradecido povo.

A sociedade de *Beneficencia Brasileira* aproveitou o ensejo de ter a seu serviço gratuito um homem como o Dr. Caldre e nomeou-o seu presidente. Foi n'este encargo que elle apresentou toda a força de vontade, toda a energia de que é capaz iniciando a idéa da fundação do *Hospicio*, idéa exclusivamente sua, e que levou á realidade, construindo até o respaldo do socco.

E' o *Hospicio* um edificio duplamente magestoso, pelo fim e pela architectura, que hoje possui o 3º districto d'esta cidade, e que não pôde deixar de lembrar o nome do seu fundador o Dr. Caldre e Fião.

Foi n'esta associação que elle propoz a criação das *aulas nocturnas professionaes para os operarios*, que tiverão exercicio, especialmente durante sua presidencia. Um decreto imperial com data de Janeiro de 1868, o condecorou com o habito de cavalheiro da ordem de Christo, por ter concorrido para esta criação.

A nossa sociedade — o *Parthenon Litterario*, levantando-se forte e altiva, como a mocidade que a compõe, para a cultura das letras riograndenses, o escolheu para seu presidente honorario, e justo é confessar que devido a sua inspiração e aos sentimentos generosos que ella professa, é que praticou o mais nobre dos seus actos publicos — a libertação de 50 captivos, pela maior parte innocentes creaturas que havião nascido sob o céu risonho da nossa patria querida.

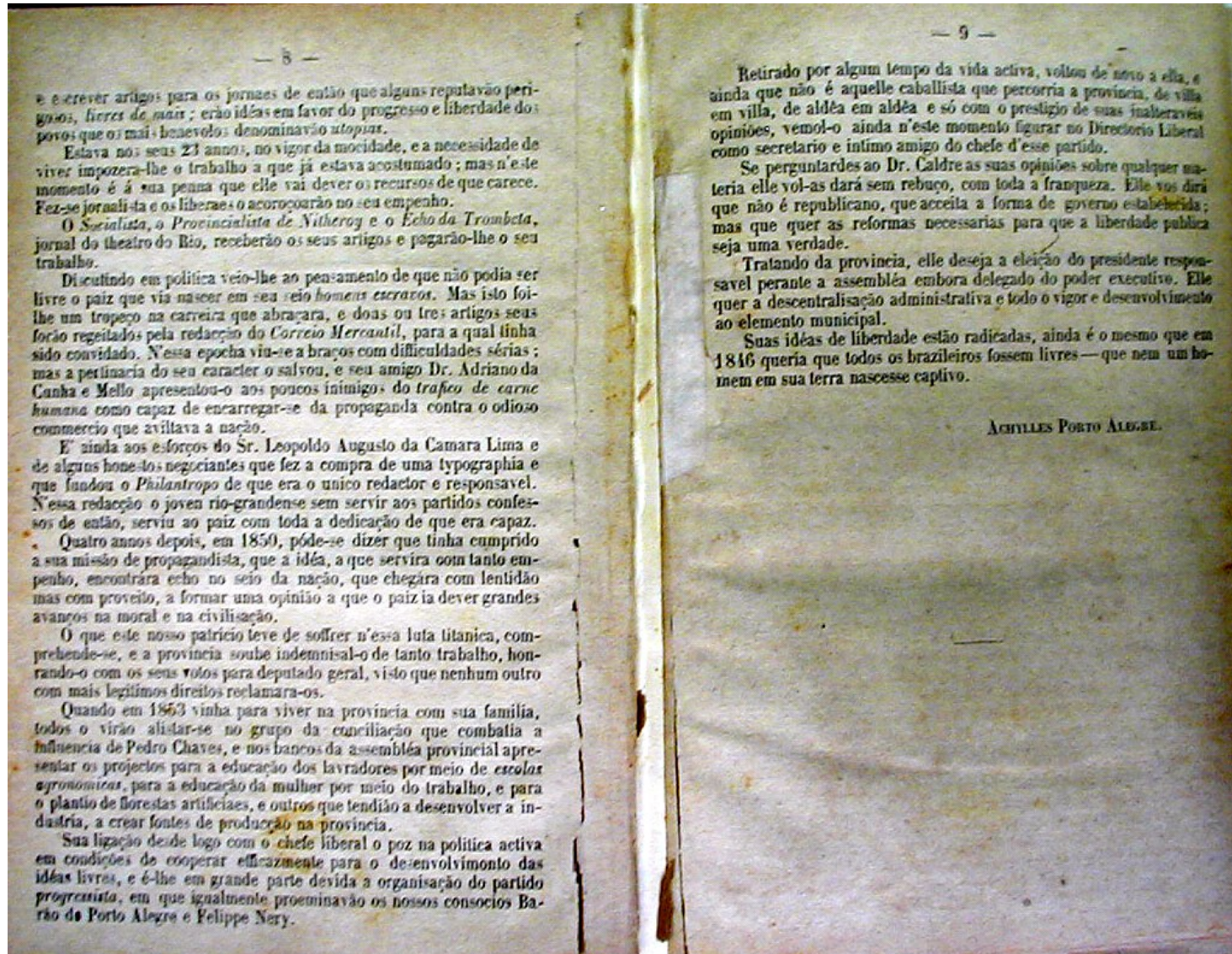
III

Nascido um anno antes da independencia do Brazil, é claro que embalarão seu berço as auras da liberdade e primeiro chegarão a seus ouvidos o fremito e ribombo do canhão festivo que saudava a redempção de sua patria.

Seus parentes mais proximos estavam ligados á causa da liberdade, e foi seu proprio pai, portuguez de nascimento e antigo servidor da marinha de sua velha patria, quem lhe collocou no braço o angulo que continha estas palavras magicas — Independencia ou Morte.

Mal sabia o velho o talisman que entregava ao filho. O Dr. Caldre nascido liberal, educado nas crenças santas da liberdade, conservou-se tal em toda a carreira da sua vida.

Nos seus primeiros annos, virão-no ensaiar seus cantos á liberdade,



À VENERANDA MEMORIA

DO DR. CALDRE E FIÃO

Porque morreu. — E' um mysterio som-
brio e profundo, que ficou entre o homem
e Deus na vida, e foi consummar-se no
leito de agonia, no mysterio ainda mais
escuro do «ser» e do «não ser».

(ALVARES DE AZEVEDO.)

I

Mocidade, morreu o ancião poeta !
Aquelle velho e vigoroso athleta
Da tua causa santa,
Vôou nàs azas lutulentas, negras
D'esse corvo sinistro, omnipotente
Que o homem não suplanta !

A morte ! que cruel fatalidade !
Que fatal e funerea potentade !
Que transe inevitavel !
Automato, mechanico cutello,
Um golpe despedindo em cada instante,
Certeiro, indesviavel !

A morte !... essa antithese luctuosa,
Contraria encarniçada e temerosa
Da vida que irradia !

— 140 —

Mais forte do que o raio que fulmina !
 Mais triste do que a noite no degredo,
 Que o vento que assobia !

Quando passa feroz no trem funereo
 Arrasta mais um corpo ao cemiterio,
 Atraz deixa mil dores !

Os crepes que nos cercão, funerarios,
 São os traços feraes que denunciação
 O seu carro de horrores !

II

Mocidade, morreu o ancião poeta !
 Aquelle velho e vigoroso athleta
 Da tua causa santa,
 Vòu nas azas lutulentas, negras
 D'esse corvo sinistro, omnipotente
 Que o homem não supplanta !

Era irmão, era irmão, Parthenonistas !
 Soldado das phalanges progressistas
 Foi nosso companheiro.
 Veio a morte, a rajada sibilante,
 E o álamo soberbo prosternou-se
 A' furia do pampeiro !

Nauta audaz, ancorou no final porto.
 Uma lagrima pois ao irmão morto,
 Louvor á sua memoria !

Morte, tiveste mais um corpo frio !
 Deus que áquella alma libertaste
 A' ti eterna gloria !

AMARO DA SILVEIRA.

DISCURSO

LIDO PELO SR. AURELIO DE BITTENCOURT AO SER DADO Á SEPULTURA O CORPO DO DR. CALDRE E FIÃO.

Senhores

Um tristissimo dever me obriga a vir hoje a esta sombria morada. Representando o *Parthenon Litterario*, venho chorar junto d'este feretro, onde eslão os restos mortaes do Dr. José Antonio do Valle Caldre e Fião.

A associação de que sou orgão soffreu uma perda irreparavel; abriu-se em seu seio vacuo tão grande como o que deixou-lhe a morte d'aquelle nobre mancebo, que ha de viver para sempre em nossa lembrança e em nossa saudade — Affonso Marques.

Já não pertence ao numero dos vivos o Dr. Caldre e Fião. Estão prestes a ser depositados no tumulo os despojos mortaes d'esse homem extraordinario, cuja biographia fôra longa, porque extensos forão os seus serviços a todas as causas nobres e grandiosas.

Agora que lhe viemos dizer o derradeiro adeus e soluçar aqui sentidas nenias á sua memoria, eu não vos fallarei do medico distincto, que mais que todos foi sempre digno no exercicio de seu sublime apostolado, levando a vida e a consolação a muitos lares em desespero, com o maior desinteresse e a mais louvavel abnegação.

Não vos direi quantos serviços a humanidade deve á intelligencia, á boa vontade, aos esforços infatigaveis do Dr. Caldre e Fião, elle dos primeiros e mais activos na iniciação e propaganda das generosas idéas, que vierão a ser consagrada na lei de 28 de Setembro de 1871.

Não tratarei do litterato profundo e estudioso, ora a consagrar-se a investigações historicas, ora a escrever romances e dramas, ora a des-

ferir da lyra inspirada cantos suavissimos, como se fangesse harpa de anjos.

Passarei por alto o homem politico, que se impoz sempre ao respeito de todos pela força de suas convicções, pela lealdade aos principios, pela dedicação e coragem com que em todos os tempos se empenhou nas lutas para fazer tremular garbosa aos beijos da victoria a bandeira de seu partido.

Fallar-vos-hei abreviadamente do illustre finado em relação aos seus grandes serviços ao *Parthenon*.

No dia em que a mocidade porto-alegrense, por um d'esses movimentos energicos de que só ella é capaz, acordou de sua indolencia e alirou á circulação a idéa de fundar o *Parthenon*, teve a seu lado tão entusiasta como o mais novo dos jovens o Dr. Caldre e Fião.

Os seus conhecimentos e a sua idade, a sua pratica e o seu glorioso renome como homem de letras impunhão-nos o dever de conferir-lhe a posição de honra no commettimento a realisar, e elle tomou a frente e apresentou-se na arena com as polidas armas do batalhador consciante do seu valor.

Combateu como um bravo; pôz em jogo os variados recursos de seu brilhante talento e ninguem o excedeu no trabalho de solidificar os alicerces da nascente associação e procurar eleva-la até a altura que de-vera allingir.

O *Parthenon* foi justo; o Dr. Caldre e Fião viu-se eleito pelo sentimento unanime dos socios pre-idente honorario.

Como correspondeu elle á merecida homenagem com que a mocidade distinguio-o d'entre a pleiade dos incausaveis operarios do desenvolvimento do *Parthenon*?

Demonstrando ao povo, em escriptos cheios de verdade e inspirados pelo mais santo patriotismo, pelo mais decidido amor á nossa cara provincia, a seriedade da associação de-tinada a fins de incontestavel utilidade; auxiliando com a efficacissimo concurso para que o *Parthenon* ouvisse dominado do mais legitimo orgulho o coro magifico entoado em seu louvor por cincoenta eriancinhas, que tiahão recebido a esforço da sociedade o baptismo da liberdade na data memoravel que assignala a nossa autonomia; promovendo ou secundando todos os nobres empenhos que o *Parthenon* tomou a peito para chegar a ser a respeitavel instituição que é.

Nas festas esplendidas que a mocidade tem promovido, ou nas lugubres ceremonias que o dever lhe tem imposto, sempre appareceu o Dr. Caldre e Fião, completamente identificado com os sentimentos da associação.

E funda a ferida que ranga-nos o coração, a nós os moços do *Parthenon*, diante da perda immensa que acabamos de soffrer. O Dr. Caldre e Fião honrou o seu lugar entre nós; e quem se sentar na cadeira que elle deixa vaga ha de desafiar a nossa estima e os nossos applau-

dos quando chegar a imitar o de-dito o finado, pois que não é dado exceder em zelo e dedicação as raças em que elle ficou.

Dr. Caldre e Fião, tu que partí te d'èta vida cheio de illusões e de sonhos grandiosos na idade em que outros sentem as proximidades do inverno e têm já as flores da imaginação crestadas; tu que foste o medico por excellencia, o medico da pobreza, o amparo e salvador de muita familia, que só tinha para pagar-te protestos de agradecimento proferidos por entre lagrimas; tu, que desde os primeiros annos collocaste a tua intelligencia ao serviço da liberdade, pegnando com mascula energia para vir a ser uma realidade a emancipação d'esses infelizes, que trazem a fronte marcada com o sello da escravidão; tu, jornalista patriota, que manejava a penna sempre pelo bem social e nunca a manchaste no lodaçal do vicio, da calumnia e da mentira; tu, poeta de arrojados vãos, que, qual aguia, te elevavas ás alturas do céu n'um cantar singelo e suave; tu, homem das mais nobres qualidades, que poderas com a tua sciencia ser um Cre-o e morte Job, que foste grande pelo talento, grande pelo coração; que foste fidalgo pela nobreza que te deu o povo, — dorme socegado o somno eterno.

Deixas na pobreza a companheira extremosa que te foi conforto na peregrinação d'este mundo; deixas orphã de teus affectos a filha que adoptaste como tua d'entre as que o *Parthenon* remiu.

Se alguma cousa pôde consolar-nos, a nós teus discipulos e amigos, é a esperanza de que partilharás das recompensas que o Eterno promette aos que forão como tu na vida.

Hoje este punhado de amigos vem trazer-te ao cemiterio, commovidos todos pelo doloroso acontecimento que te rouba ás nossas vistas; amanhã será a vez de escrever o teu nome no livro da historia, na pagina consagrada aos benemeritos, para que a posteridade te tribute as homenagens que te são devidas.

Mestre e amigo, adeus pelo *Parthenon*, adeus por mim.

DISCURSO

PRONUNCIADO PELO 2º ORADOR DO PARTHENON LITTERARIO O
SR. APPELES PORTO ALEGRE NA SESSÃO FUNEBRE EM ME-
MORIA DO DR. CALDRE E FIÃO.

Meus senhores.

Que triste realidade, senhores, traduz o crepe que cobre esta sala, que amarga verdade traduz o funebre dever que nos reúne n'este momento!?

Que painel doloroso, que pavoroso espectáculo ensombra as vossas frentes, reflectindo n'esse espelho d'alma o traço de fundas agonias, o selo de sombrias cogitações!?

Que magoa profunda dilacera o coração da mocidade, que pezar acabrunhador entristece vossas frentes sonhadoras de moços?

O' que pavorosa verdade, que pungente desgraça traduz o vosso silencio aterrador e o crepe funerario de vosso lar! O' mocidade, que magoa profunda a fatalidade traçou com caracteres de fogo no livro santo de vosso coração!?

Foi a morte, verdade vulgar para o mundo, mas sempre aterradora para o homem; sim, foi a morte que passou pelas nossas tendas de guerra e arrebatou-nos mais um campeão, valente lutador de gloriosas pugnas, que deixou um claro impreenchivel nas fileiras parthenonistas.

Sim, José Antonio do Valle Caldre e Fião é mais um nome que a mão da morte inscreveu no livro luctuoso dos cemiterios, é mais uma existencia que baqueou na arena dos tumulos, trocando os esplendores da vida pelos mysterios dos sepulchros.

Na voragem de uma tremenda catastrophe cahiu o esforçado cam-

peão como no vasto chão da serrania tomba o angio secular ás lufadas do vendaval.

O batalhador de tantas lutas titanicas contra o destino que sempre lhe foi adverso, contra o mundo que mais de uma vez o cobriu de baldões, já não existe, senhores; seu corpo envolto nas dobras de um sudario, atravessa o período de sua decomposição revelando o nada das cousas humanas, enquanto sua alma na eternidade recebe do Creator dos mundos um raio d'essa luz divina, um raio d'essa justiça absoluta que remunera os martyrios d'aquelles que como o illustre morto na terra sempre forão uns forasteiros da sorte.

A vida do Dr. Caldre e Fião é a historia de uma abnegação sem limites votada nas aras das grandes causas da humanidade, é a historia de uma lucla constante do bem contra o mal, do direito contra a força, da liberdade contra o despotismo.

Um ligeiro bosquejo sobre a vida do illustre finado será a prova mais brilhante da profunda verdade que acabamos de proferir.

Na carreira publica onde desempenhou diversos cargos de confiança popular, sempre inspirou-se no seu nunca desmentido patriotismo, foi politico desinteressado, puro como suas intenções, sincero como seus principios.

Espírito illustrado e liberal combateu sempre com ardor e enthusiasmo a favor da abolição da escravidão, idéa á qual dedicou não pequena somma de sacrificios, combatendo na imprensa com inexcedivel coragem, tendo de lutar com os preconceitos de uns e as paixões inconfessaveis de outros.

O norte e o sul do Brazil forão theatros d'esses pleitos brilhantes, onde o Dr. Caldre e Fião sempre revelou-se um dos mais esforçados paladinos do progresso e da civilisação de nossa patria.

Não menos gloriosa foi sua carreira nas letras e sciencias, onde mais do que cullor, soube ser verdadeiro sacerdote.

Seu nome não está só ligado á produções litterarias de sua lavra como tambem se acha identificado com os mais importantes serviços prestados pelo *Parthenon* á litteratura nacional.

Como homem de sciencias José Antonio do Valle Caldre e Fião era medico, e seu maior titulo de gloria é o de ter sido durante toda a sua vida — medico da pobreza.

A caridade, essa bella filha da religião do Golgotha, essa mãe de todas as virtudes que mata a fome do faminto, que sacia a sede do sedento, que cobre a nudez do mendigo e enxuga a lagrima do afflicto, encontrou no Dr. Caldre e Fião um leal interprete de seus nobres sentimentos.

Os factos do 1867 ainda estão gravados na memoria popular. Quem, senhores, ignora e desconhece os serviços prestados pelo illustre medico á pobreza do 3º districto durante o tempo em que o flagello asiatico assolou pela segunda vez a capital da provincia!

Quem, senhores, não admirou a inexcedível abnegação do sacerdote da sciencia n'essa quadra calamitosa, em que elle generosamente votou-se ao bem publico, identificando-se com as dores dos enfermos, attendendo á tudo, acudindo á todos e só descuidando sua pessoa, para mais lembrar-se dos infelizes, tornando-se deshumano para consigo mesmo para ser ainda mais humano para com os outros?

Não irei mais longe, senhores; a vida do Dr. Caldre e Fião é uma biographia brilhante que não comporta os limites de um discurso, e que pede mais alguma coisa do que as phrases toscas do obscuro orador que vos dirige a palavra, é uma biographia brilhante que o povo sabe de cór, porque a justiça dos homens cega por paixões inconfessaveis, póde chegar a crucificar uma reputação nos braços da calumnia sem conseguir jamais apagar o nome d'essa reputação da memoria popular, que é uma fonte historica.

Memorando as virtudes do illustre morto não vim até aqui lavrar com minha palavra um protesto contra a injustiça dos homens, só tenho n'este momento um dever a cumprir, permitti que desempenhe minha missão.

O *Parthenon* pela voz de seu obscuro orgão rende a memoria d'aquelle, que como Presidente Honorario d'esta casa guiou por muitos annos a caravana da mocidade atravez os espinhos de sua affanosa romagem, um tributo de respeito e amizade, uma homenagem de gratidão posthuma, e em nome da mocidade faço votos para que o esforçado campeão parthenonista durma nos seios de Deus, para que o nobre apostolo da caridade durma em paz, porque o tumulto que é a raia d'este mundo tambem é a fronteira de um mundo novo, porque a morte que é o poente d'esta vida é tambem a aurora de uma nova vida.

Que durma em paz a alma do nobre batalhador nos seios de Deus, porque na terra seu nome jamais se apagará de nossa memoria, porque se aquelle que eleva-se pelo estudo, que nobilita-se pelo trabalho, que glorifica-se pela virtude, merece respeito, é um homem de bem, o Dr. Caldre e Fião que foi homem do estudo, do trabalho e da virtude tem jus á gratidão do povo, tem jus ás benções da posteridade.

BIOGRAPHIA

O DR. JOSE' ANTONIO DO VALLE CALDRE E FIÃO.

(CONTINUAÇÃO)

IV

E' agradavel ver o homem que passa seus dias sobre os livros, no exame e cura das molestias, entre as fadigas e os cuidados, descurar por um instante todos os seus labores e deixal-o escoar rapido á sombra das arvores ou gosando os perfumes das flores dos campos.

As horas vagas do homem da sciencia dá-as elle ordinariamente a communicacão dos seus semelhantes, quer fazendo-os scientes de suas observações, quer atirando ao seu coração idéas santas em favor da humanidade que soffre e que precisa de soccorros.

No seio da familia pôde a amenidade do seu caracter tornar doces os labores domesticos dos seus e enebriar-se nas doçuras que derramão os labios da infancia.

O homem publico, afadigado, victima muitas vezes do travo da maledicencia e da inveja, recolhendo-se ao lar domestico, retempera o seu espirito e acha o conforto e lenitivo precisos para proseguir na sua vereda de espinhos.

E' no seio da familia que é grato vel-o ; ama com estremecimento sua consorte e companheira de muitos annos e despende seus cuidados com seus filhos adoptivos.

O seu sitio ou morada campestre é o remanso da paz dos seus, que ali sempre o aguardão com prazer.

Algumas vezes, n'outro tempo, deixava suas occupações para ir passar dias nas lidas dos campos, o que occasionava queixas de seus doentes — era um erro que se lhe apontava, porque o reputavão necessario no exercicio de sua profissão.

Como medico dos pobres e como libertador dos escravos, o Dr. Caldre teria já um nome digno de sympathia.

Entretanto em meio de seus companheiros o conhecião por seu genio creador e organisador, e o prognosticavão proprio para a administração.

E' assim que entre os moços do seu tempo elle era o regenerador e sustentador do *Gymnasio Litterario*, que por tantos annos fez brilhar bellos talentos da mocidade do Rio

Quando sustentava a causa da liberdade dos escravos, fundou ainda no Rio a sociedade *contra o trafico e promottora da colonisação e civilisação dos indigenas*, que existiu até a sua retirada d'aquella cidade

Membro da *Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional*, e da *Imperial Sociedade Amante da Instrucção*, cooperou com proveito em ambas as associações para os fins a que ellas se destinavão.

Nos jornaes que ali redigiu-se tem propostas de proveito para o paiz — as escolas de agricultura, as estradas de ferro, o telegrapho, fabricas importantes e culturas proveitosas.

N'esta provincia fundou na cidade de S. Leopoldo, o templo do Senhor Bom Jesus dos Passos, o qual ainda não está concluido mas já adiantado.

No municipio do mesmo nome fundou a povoação de S. Christovão de Itapuy para cuja igreja concorreu com dinheiro seu.

N'esta capital, quando incumbido da inspectoría da instrucção publica da provincia fundou o *Instituto Historico e Geographico Rio-Grandense*.

Quando presidente da sociedade de *Beneficencia Brasileira* fundou o *Hospicio*, magestoso edificio cuja construcção se deve ao zelo e trabalho do Sr. Luiz Cavalcanti.

E' fundação sua, e devida somente a sua iniciativa, a *companhia de exploração e manufactura dos marmores da provincia*, que a ser bem dirigida e administrada pode ser a sustentadora de uma fonte de riqueza e producção para nossa terra, alem de dar trabalho e desenvolver as aptidões artisticas dos nossos patricios.

O que elle ha feito cooperando na *Libertadora de crianças*, sociedade levantada pelo Conde de Perto Alegre, mas confiada a sua direcção, todos nós sabemos.

E ainda se póde esperar alguma cousa mais, do homem que vive, que gosa saude e forças e que póde ter ainda diante de si alguns annos para empregal-os em proveito da nação e da humanidade.

(Continúa).